

Representação e realidade na procura de habitação no centro do Porto

Inês Lencastre Fernandes

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

FAUP . 2011

Docente acompanhante: Professor Álvaro Domingues

Ao Professor Álvaro Domingues por todas as metáforas, orientação e disponibilidade,
ao meu pai e mãe pela paciência e motivação deste percurso como estudante,
ao meu avô por me inculcar o “pensar a cidade”,
às minhas queridas “Elas” por toda a ajuda, vírgulas e interesse que demonstraram,
à Verinha e Kikas e mesmo à Cassandra, mais longe, pela companhia e apoio,
a quem partilhou comigo as suas experiências e conhecimento,
e a todos os outros que me foram acompanhando, ouvindo e ajudando quando eu precisava,

um muito obrigada.

Texto da apresentação 20.07.2011

Bom dia aos elementos dos Júri e a todos aqui presentes. Gostaria de agradecer a disponibilidade e presença do Arquitecto Francisco Barata, da Arquitecta Marta Rocha e do Professor Álvaro Domingues, meu orientador ao longo deste ano.

Decidi começar esta apresentação, por explicar o meu percurso e motivações pessoais ao elaborar este trabalho que estão intimamente relacionadas com a minha visão do papel do arquitecto e da arquitectura, e para isso escrevi um texto para não me perder e assegurar que digo tudo o que quero.

Uma vez que o arquitecto é, segundo a definição do dicionário, “aquele que exerce a arte de construir edificios, aquele que planeia, o que fantasia”, segundo Amos Rapoport, “a arquitectura não é uma actividade artística ‘livre’, mas uma profissão baseada na ciência cujo objectivo é resolver problemas. (...) estes problemas devem ser descobertos e identificados, e não definidos, que é como quem diz, inventados, pelos projectistas”. Esta premissa lançou-me então numa procura de identificar os problemas no centro histórico relativos à habitação. Perceber o que os clientes querem, sonham. O arquitecto trabalha para um cliente, e mesmo que não haja um contacto directo entre os dois, a habitação com um carácter mais geral mas, mesmo assim, responde à procura, às expectativas. Porque é de expectativas que falamos. O mercado da procura de habitação, especialmente no centro histórico, cria-se e mantém-se pelas expectativas. Vendem-se sonhos, estilos de vida, criam-se utopias, o mercado imobiliário torna-se numa verdadeira “loja de sonhos”. São vendidas as mesmas imagens que vemos nos postais, e numa acção instantânea de Photoshop mental, imaginamo-nos lá a conviver com os actuais residentes, a cumprimentar o Sr. António da mercearia, a ir comprar fruta ao Mercado do Bolhão, um Pátio das Cantigas portuense.

Devo dizer, que escolhi o centro histórico do Porto como caso de estudo pelo meu próprio fascínio pela cidade e pelas transformações de que está a ser alvo, um

fascínio-fetichismo por esta área, de que também sou “vítima”, acho que também me venderam o sonho. Como mera espectadora, dei por mim a não ter resposta para as minhas perguntas e aí decidi pôr mãos à obra e fazer a minha própria investigação. Devo dizer que escolhi primeiro a área de estudo, do que a problemática. Isso veio mais tarde. Só a partir dos meus passeios sem olhar para o chão é que me apercebi da quantidade de placas a dizer “vende-se” e “arrenda-se” que decoram as janelas quer dos edifícios devolutos, quer dos “novos em folha”.

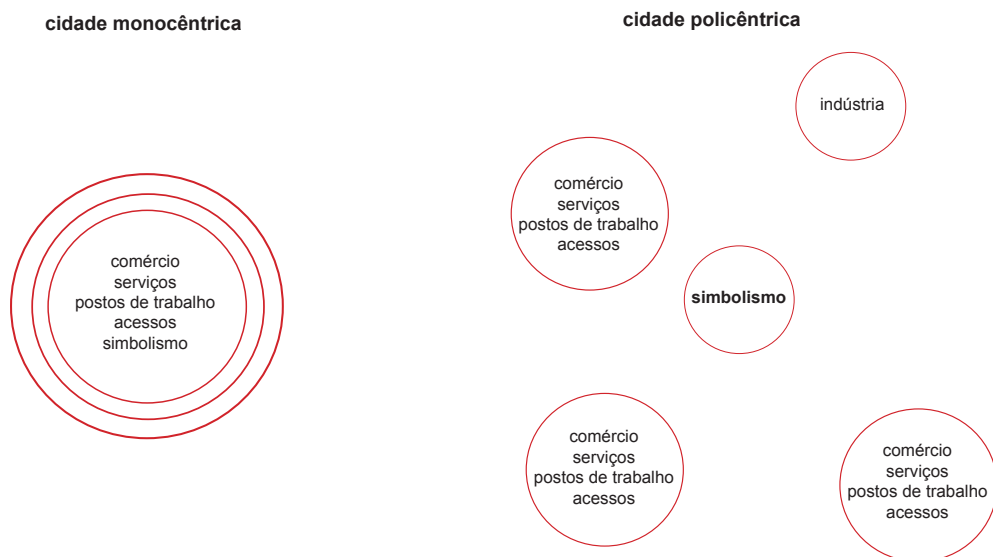
O principal objectivo não foi atribuir culpas do que hoje nos deparamos. Comecei por dizer no início do ano que não estava muito interessada em remoer o passado, mas sim ajudar a encontrar uma resposta para o presente e futuro, e na minha credência e inocência que achei seria uma solução linear, que poderia estar debaixo do nariz e ninguém a ver, um Ovo do Colombo. Ao longo deste trabalho percebi exactamente o contrário. De linear não tem nada, e o Ovo continua a não estar de pé. A pergunta foi “mas quem é que quer vir para a Baixa e porquê?” e a partir daí comecei a desenvolver este trabalho que hoje vim aqui apresentar.

1ª parte	1. Metamorfoses do centro
	2. Processos de patrimonialização
2ª parte	3. O caso do centro do Porto

Embora esteja aqui projectado o índice desta dissertação, não irei fazer um inventário dos conteúdos e recursos bibliográficos, mas sim partilhar o porquê de o fazer. Este trabalho encontra-se então dividido em duas partes.

Na primeira vemos então uma necessidade de tentar entender o ponto a que chegamos e as transformações que se deram até aqui chegar, desde a localização de funções na cidade como intervenções na mesma. E na segunda, é o momento em que

“saio para a rua”, em que começo a investigar o porquê de viver na Baixa, o que é a Baixa, a partir de um inquérito, mas iremos lá mais tarde.



Depois dos tempos em que a cidade era um espaço delimitado e encerrado, e centro era sinónimo de local onde se encontrava serviços e comércio. Um pólo de atracção de habitação, polarizador, caracterizado pela trilogia de acessibilidades, direccionalidades, simbolismo.

Na cidade de hoje em dia, a história é outra. Nas cidades policêntricas, o centro histórico depara-se com a funcionalidade quase única do simbolismo, espaço de memória colectiva, espaço onde estão expressos os valores do passado que hoje em dia tanto se valorizam. É isso que encontramos no Porto, uma carga simbólica que se sobrepõe às outras funcionalidades. Fruto de marketing, do desejo de competitividade entre cidades, de atracção turística.

Dá-se então um fenómeno de moda, o movimento de retorno ao centro, concretizado por uns, sonhado por outros, surge uma máxima de “viver no presente, habitando o passado”, sendo a história e a memória colectiva do local, mesmo que pouco real, o novo elemento polarizador.



Neste slide podemos ver uma fotografia, cedida pelo Professor Álvaro Domingues, onde observamos a ironia das aproximações ao centro histórico de uma cidade. Nesta, podemos ver a preferência pela autenticidade mas ao mesmo tempo uma cenarização evidente, tornar o centro histórico como se de o Portugal do Pequeninós se tratasse mas em tamanho real.

Vemos aqui então uma nova noção do conceito “património” uma nova atitude relativamente à História e aos elementos do passado. Uma necessidade quase levada ao exagero, uma febre, de manter tudo o que nos foi deixado, sem cronologias, não importa se tem 200 anos ou apenas 30. Um medo da perda de algo, uma necessidade de lembrar e preservar para ser lembrado.

Isto não impede, claro, as recriações. À boa maneira de Viollet-le-Duc vemos hoje em dia o passado que nunca lá esteve, um hino à memória de algo que foi imaginado. Vista a valorização dos elementos

arquitectónicos característicos do passado, percebemos, alguns de nós, este tipo de intervenção. Claro que todos sabemos que aqueles estuques colocados na estrutura de betão não são verdadeiros, é um falso verdadeiro ou verdadeiro falso conforme a interpretação de cada um, mas também ninguém quer, por exemplo, as casa de banho na fachada tardoiz como muitas vezes encontramos nas casas burguesas da cidade do Porto, há que saber adaptar e comprometer.

Vemos esta hipervalorização da História e de elementos do passado em vários campos, não só na arquitectura, vemos no design de objectos, de roupa, reinterpretções dos carros de antigamente, vemos também esta histeria em eventos culturais como as corridas de carros antigos na Boavista, festas de música dos anos 80. É uma característica geral desta sociedade que tem medo de se perder com tanta informação e hipótese de futuro.

perguntas - chave:

- Porquê viver na Baixa do Porto?
- O que valoriza / idealiza numa Casa na Baixa?

O inquérito permitiu-me ir para o campo e perceber o que se procura na Baixa, quem procura na Baixa, o que é a Baixa principalmente. Posso e devo afirmar que a análise feita é muito pessoal pois as respostas dependem do modo como as perguntas são colocadas, a amostra pode não ser ilustrativa e o meio de divulgação, neste caso a internet, pode limitar o acesso a diferentes indivíduos. Mesmo com estas limitações consegui perceber a maior valorização de passado histórico, charme, carácter cultural e carácter da rua e que se encontram naturalmente interligados. Tentei partir com uma mente vazia sem esperar nada mas isso não me foi possível, e o que mais me intrigou na análise deste inquérito foi a falta de respostas-padrão. Demorei a perceber que a não obtenção de resultados seria já um resultado em si.

As contradições encontradas foram no início um entrave pela sua complexidade, por nada parecer fazer sentido mas mais uma vez, a inexistência de coerência revela-se uma característica do ser humano e do seu discurso. Nunca poderei saber se as respostas que foram dadas são as verdadeiras, se eram as mais práticas, se eram as mais politicamente correctas. Há que ter sempre isto em conta neste tipo de análise, e a sua falibilidade, mas isso não se pode controlar.

Não posso deixar de referir as entrevistas que fiz a diferentes intervenientes neste fenómeno do centro do Porto, que me ajudaram a olhar a cidade de diferentes pontos de vista. Tive a sorte de conseguir falar com várias pessoas em várias situações. O engenheiro Rui Quelhas, administrador da Sociedade Porto Vivo na data, um casal que não encontrou a casa dos sonhos nem incentivos para a ter por isso abandonou a área, um casal com um filho que escolheu viver no centro, um jovem investidor que se apaixonou pela casa que ia vender e optou por ficar com ela, um arquitecto que influenciado pela vida em Barcelona e Amsterdão lançou a iniciativa LowCost Houses, uma designer do Porto que quis ir viver sozinha para o centro do Porto e continua a trabalhar fora da cidade, e um senhor que nunca pôs a hipótese de viver fora do centro e decidiu reabilitar a sua própria casa e adequá-la aos seus sonhos. Todos eles partilharam as suas experiências, ajudaram-me a perceber melhor sua a realidade e talvez a do sítio.

Este é um trabalho onde se procura a conjugação de vários tipos de conhecimento e intervenção, uma aproximação ao mundo real. O recurso a documentos e bibliografia dita erudita, e a sua aproximação ao senso comum, a conjugação de uma cultura erudita a uma cultura light, a conjugação do conceito da “casa dos sonhos” com cumprimento de regulamento da construção. Reunindo todos estas combinações e mais algumas, temos então a minha aproximação à arquitectura. Mais uma vez digo, gostava, e era mais fácil, se fosse tudo linear, mas não temos, ou temos, essa sorte e

devemos jogar com todos os elementos que nos oferecem.

<i>população residente</i>	2011	2001	<i>variação</i>
Porto	237.559	263.131	-9,7%
Aldoar	12.834	13.957	-8,0%
Bonfim	24.335	28.578	-14,8%
Campanhã	32.659	38.757	-15,7%
Cedofeita	22.022	24.784	-11,1%
Foz do Douro	11.105	12.235	-9,2%
Lordelo do Ouro	22.189	22.212	-0,1%
Massarelos	6.859	7.756	-11,6%
Nevogilde	4.998	5.257	-4,9%
Paranhos	44.247	48.686	-9,1%
Ramalde	38.002	37.647	0,9%
Santo Ildefonso	8.995	10.044	-10,4%
Miragaia	2.070	2.810	-26,3%
São Nicolau	1.908	2.937	-35,0%
Sé	3.440	4.751	-27,6%
Vitória	1.896	2.720	-30,3%
Total Centro Histórico	9.314	13.218	-29,5%
Vila Nova de Gaia	302.092	288.749	4,6%
Matosinhos	174.931	167.026	4,7%

Termino, então, esta apresentação a partilhar apenas este pensamento que me surgiu ao ver ontem este quadro dos Censos 2011: talvez ainda não se tenha chegado à conjugação perfeita entre sonhos e pragmatismo mas espero que lá cheguemos.

Será o centro histórico do Porto como local de habitação a “galinha dos ovos de ouro” ou mais um caso de “o rei vai nu”?

Obrigada pela vossa atenção.

Resumo

Nos dias que correm, observamos um aumento exponencial da indústria cultural, uma hipervalorização da História, cultura e património, numa tentativa de acréscimo de competitividade da cidade e do seu centro e, também, numa reacção diante do sentimento de perda. Os centros históricos, nas cidades policêntricas, (sobre)vivem, agora, como a imagem da cidade, o seu simbolismo, o seu carácter pitoresco, onde são geradas representações mentais que ultrapassam, largamente, o seu significado, indo para um patamar mais abstracto, idealizado, estados de alma.

É neste ponto que o trabalho se foca, na tradução das representações nos elementos componentes do centro do Porto, que foi usado como laboratório experimental.

Através da elaboração de um inquérito sobre o centro do Porto, conversas com pessoas que partilharam as suas experiências como residentes, investidores, utilizadores, numa tentativa de entendimento das várias imagens da Baixa do Porto, os diferentes discursos, contradições e constatações, para uma melhor percepção da realidade.

Abstract

Nowadays we can see an exponential rise of the cultural industry, a hyper appreciation of History, culture and patrimony, in an attempt to increase the city competitiveness and its centre and, as well, in a reaction towards the sense of loss. The historic centres, in the polycentric cities, live, now, as the city image, its symbolism, its picturesque nature, where mental representations are generated that overcome, largely, its meaning, going to a more abstract baseline, idealized, states of mind.

It's in this point that this work is focused, in the translation of representations in the composing elements of Porto's city centre, that was used as a experimental laboratory.

Through the formulation of a questionnaire on the Porto city centre, conversations with people that shared theirs experiences as residents, investors, users, to try to realize the various images of Porto downtown, the different speeches, contradictions and findings, for a better perception of reality.

Índice geral

Introdução.....	09
1. Metamorfoses do centro	
1.1 A cidade contemporânea.....	15
1.2 O centro na cidade contemporânea	
1.2.1 Uma cidade, um centro.....	17
1.2.2 A fuga para a periferia.....	20
1.2.3 Retorno ao centro.....	23
1.2.4 Estratégias actuais	26
1.2.5 Habitação e centro.....	28
2. Processos de patrimonialização	
2.1 Monumento, monumento histórico e património.....	31
2.2 Conservação e Restauro ao longo da História.....	35
2.3 Património urbano e preservação.....	40
2.4 Cultura e indústria cultural.....	43
2.5 Clarificação de conceitos	46
2.6 Mercado, marketing, estratégias.....	47
2.7 Fichas.....	51
3. O caso do centro do Porto	
3.1 Análise do inquérito.....	61
3.1.1 Passado histórico.....	67
3.1.2 Carácter cultural.....	73
3.1.3 Charme.....	76
3.1.4 Carácter da rua.....	81
3.1.5 Condição de centro.....	86
3.1.6 Preferências da casa na Baixa.....	89
3.1.7 Observações gerais do inquérito.....	91
3.2 Estratégias aplicadas	
3.2.1 Intervenção no Morro da Sé (Residência de Estudantes).....	94
3.2.2 Casa na Cidade 3.....	99
3.2.3 LowCost Houses.....	102
3.3 Considerações.....	105
4. Conclusão Prospectiva.....	107
Anexo 1.....	111
Bibliografia.....	129
Índice de imagens e tabelas.....	137

Introdução

“Como em todos os campos de conhecimento – mas particularmente nas Ciências Sociais –, o cruzamento entre o conhecimento de senso comum e a erudição do conhecimento científico, produzem efeitos cruzados e de resultados poderosos. A renovação teórica e conceptual no campo da Urbanística e da Geografia Urbana depara-se frequentemente com duas dificuldades para além das que resultam do desconhecimento da realidade; a contraposição face ao conhecimento do senso comum, e a resistência a paradigmas – corpo de teorias, conceitos, método de análise e outras questões relativas à problematização do objecto científico – dominantes com os quais é necessário entrar em ruptura, provando a objectividade das novas abordagens.

Por isso, a questão da *realidade e representação* não se confina aqui apenas a uma oposição simples entre conhecimento erudito (científico, disciplinar, como no campo da Urbanística ou Geografia Urbana) e o senso comum (veiculado sobretudo pelos *mass media* e exemplificado aqui com a publicidade).”

DOMINGUES, Álvaro: “Da cidade ao Urbano” in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João: *Políticas Urbanas II – transformações, regulações e projectos*, FCG

Centros históricos urbanos despovoados, edificado degradado, serviços a sair do centro, comércio a perder terreno...; as cidades conheceram profundas metamorfoses dando lugar a extensões urbanizadas descontínuas e sem limites, a construção nova há muito que estagnou pela disparidade de números entre habitação e habitantes. É neste contexto que evoluem os desígnios da reabilitação e do “regresso ao centro”. Viver na baixa do Porto torna-se um luxo, uma moda, “é como usar roupa de marca”¹, algo pouco alcançável pelas classes já residentes. A velha cidade parece dividida entre “novos ricos e velhos pobres”, registando dinâmicas diversas e de sinal oposto. Transformado em *slogan* publicitário e intensamente veiculado pelos *mass media* e pelo discurso político, o “regresso ao centro” convoca um poderoso imaginário onde realidade e representação se misturam entre a nostalgia e o desejo de uma certa ideia de vivência e forma urbana, e uma espécie de exorcismo pela ameaça da perda da “boa e velha cidade”.

Estas metamorfoses do centro são discutidas e aplicadas em várias cidades mas neste estudo decidi usar a cidade do Porto como laboratório, pelo jogo de expectativas quando falamos dum centro histórico que perdeu, em tempos, o seu carácter funcional e está a tentar reerguer-se. Esta zona da cidade tem vindo a sofrer alterações: os espaços nocturnos e lazer, o movimento de estudantes Erasmus, o aparecimento de eventos culturais, uma mediatização dos mesmos, a sensibilização generalizada da emergência de revitalização dos novos centros, o movimento de turista fomentados pelos voos lowcost, campanhas de turismo no país e fora, espaços culturais com iniciativas, o movimento de reabilitação da Porto Vivo, SRU. Uma tentativa de colocar o Porto no mapa.

Programas públicos de reabilitação, intervenção, investidores privados, proprietários entram neste jogo de expectativas em relação a uma zona no Porto que foi abandonada e esquecida para um novo dinamismo, uma nova moda, o mote

¹ Arlindo Cunha, na data Administrador da Sociedade de Reabilitação Urbana, Porto Vivo - em entrevista ao Jornal de Notícias de 12.12.2006 in www.jn.pt

“todos à Baixa!”.

Este estudo tem como objectivo o estudo das representações e a realidade do centro histórico - o que se imagina, idealiza e as várias interpretações do que existe. Trata-se de perceber qual é o papel da habitação num centro, em particular num centro histórico, quando decorrem processos de patrimonialização, onde o passado e a história adquiriram um valor extremo, porque viver o centro é um estado de alma.

Qual é, então, o papel do arquitecto neste cenário, mercado e expectativas? É baseada nesta questão que inicio o meu percurso.

Estruturalmente, este trabalho traduz-se em duas partes, duas fases da abordagem ao tema. A primeira, composta pelo primeiro e segundo capítulos, numa componente mais teórica com apoio bibliográfico e a segunda, o terceiro capítulo, de um modo empírico baseada em ferramentas e instrumentos adaptados à natureza do tema estudado.

Numa primeira parte temos, então, o primeiro capítulo cujo objectivo é o esclarecimento do papel do centro na cidade contemporânea e dos elementos que o compõe assim como quem dele usufrui, quer como residente ou apenas utilizador. É feita uma primeira abordagem ao significado de cidade para partir para o conceito de centro. Ao falar de centro falamos dos seus três momentos e etapas de diferente significação relativamente à cidade: a cidade monocêntrica, o movimento para as periferias e o retorno ao centro, de que somos espectadores e expectantes hoje em dia. Há que referir que o fenómeno de “retorno ao centro” é a tradução de uma moda, onde nos apercebemos do ênfase da excepcionalidade do centro histórico e da velha cidade no âmbito da diversidade, escala e extensão do que é hoje a urbanização e os seus múltiplos padrões e territórios, visto que, hoje em dia, a localização de emprego e actividades económicas condicionam o local a habitar. É necessário ter em conta que hoje em dia o modelo de cidade centro/periferia está já ultrapassado e estamos a lidar com uma noção de crescimento por contiguidade e não com o modelo de cidade

como elemento cerrado onde tudo se encontra.

Nos três momentos de alteração da significação de centro (incluindo o velho centro) são estudadas as componentes funcionais e simbólicas, assim como são explicitadas as características da população residente e utilizadora. Neste capítulo é também questionada a importância da habitação no centro antigo, o que torna um centro habitável e qual o seu papel nesta nova etapa de revitalização.

No segundo capítulo, ainda pertencente à primeira parte do trabalho, serão abordadas definições e várias visões dos conceitos “monumento”, “monumento histórico” e “património”, assim como, o seu desenvolvimento ao longo dos tempos. É também estudada a mudança do alcance do significado de “património” que beneficiou de diferentes alcances de significação assim como as possíveis intervenções para perpetuação patrimonial e as suas consequências e implicações no futuro. Iremo-nos focar na actual valorização da cultura, nas indústrias culturais e nos processos de patrimonialização assim como estratégias para obtenção do melhor resultado. Trata-se de perceber os fenómenos de “nobilitação” (gentrificação) enquanto dinâmicas sociais que distinguem positivamente lugares, contextos e ambiências que há pouco eram ruína, abandono e degradação física e social. A esteticização da cidade velha é o motor mais poderoso da sua re-significação e o mercado (oferta e procura) é apenas uma esfera de mediação para novas procuras, funções, residentes, city-users, etc.

Numa fase final deste capítulo serão dados quatro exemplos de intervenção que foram escolhidos por serem ilustrativos de diferentes tipos de utilização, escala, definição de património, para uma aplicação mais prática de toda a componente teórica referida anteriormente.

No terceiro e último capítulo, segunda parte desta dissertação, faz-se, numa primeira fase, a análise do inquérito elaborado com vista a entender o lado da procura no caso da habitação no centro (histórico) do Porto. Perceber as representações em relação a este tema, os seus significados, associações e contradições.

Numa segunda fase deste capítulo é são estudados três casos de intervenção e reabilitação na Baixa do Porto onde podemos ver diversas estratégias utilizadas de modo a uma melhor correspondência entre cliente-arquitecto, dinamização de áreas degradadas e valorização de elementos do passado na habitação mantendo um equilíbrio entre desejo e pragmatismo.

Para finalizar este trabalho, é feita uma conclusão prospectiva onde são apresentadas as problemáticas referentes ao assunto, os intervenientes, e algumas conclusões relativas ao processo de obtenção de dados.



capítulo 1 • Metamorfoses do Centro

Este capítulo tem como objectivo o esclarecimento do papel do centro na cidade contemporânea e dos elementos que o compõe assim como de quem o utiliza, seja temporariamente ou de um modo permanente como é o caso dos residentes.

É necessária a explicação do conceito de cidade e as suas metamorfoses e reflexos em que isso se traduz no centro. Há então três grandes momentos que será importante referir: uma cidade – um centro, a saída para a periferia e o movimento de retorno ao centro. Em cada um destes momentos há parâmetros que definem centro e as suas características demográficas alteram-se.

Sabendo que, hoje em dia, os centros se encontram em crise e abandono pelas mais variadas razões, e se estão a efectuar políticas de revitalização e movimento de “volta ao centro”, qual será então o papel da habitação neste processo?

1.1 A cidade contemporânea

O conceito de cidade varia consoante a perspectiva de cada análise e estudo. Uma das definições é dada pelo número de habitantes, a partir de um número ditado pelas entidades governamentais de cada país. Quando um aglomerado ultrapassa um número estipulado, de vila passa a ser cidade. Mas a verdade é que cidade é muito mais que um quantitativo de habitantes, daí que seja objecto de análise de vários estudiosos e teóricos.

Cidade é um domínio do construído sobre o não-construído, um espaço no qual a exploração de recursos naturais se pode mais ou menos inscrever mas não estrutura.¹ As suas características sócio-demográficas são deixadas para segundo plano e é realçado então o seu carácter como local de excelência onde se efectuam trocas, quer de carácter social quer económico, onde se agrupam as mais diversas funções, pelo menos nesta abordagem. Cidades são também “lugares centrais” caracterizados pela sua maior ou menor hierarquia e área de influência regional. Segundo W. Christaller e A. Lösch, na sua *Teoria de Lugares Centrais*, de 1933, ao explicar o tamanho e

¹ REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *A Cidade: rumo a uma nova definição*, 3ª edição, Maio 2004, pág.14

número de cidade e o seu espaçamento no território, afirmam que cidade se define essencialmente como um centro de distribuição de bens e serviços a uma população dispersa.

A cidade favorece o anonimato em oposição às relações sociais no meio rural, algo que é pretendido por vários, mas também promove o desenvolvimento social. Também aqui vemos que a cidade é simultaneamente um acumular de contrastes onde se encontram as realidades e “estilos de vida” diversos e abertos à mudança. É resultado de um conjunto de vibrações, vontades e decisões, lugar de trocas e encontros por excelência, produto de um contexto determinado e mutável²; é também onde as várias funções se interligam na sua relação com o espaço visto que “desperta a formação de redes relacionais a partir das trocas aleatórias que suscita”.³

Focando a sua natureza económica sabe-se que é o centro económico do capitalismo moderno – centro industrial, financeiro e terciário.⁴ A cidade é um mercado, onde mercadorias e serviços e bens simbólicos são trocados, monetariamente ou em géneros, o espaço urbano é transformado também em mercadoria e assim se julgará o desenvolvimento de uma cidade. Segundo Nuno Portas⁵, além do crescimento populacional é possível determinar o crescimento físico das cidades através da alteração dos estilos de vida, aumentos de renda, consumo e poupança ou o seu contrário, aumento dos sectores terciários assim como do consumo da indústria cultural, turismo e por fim a conjugação de mobilidade e oferta imobiliária.

De todas estas qualidades mais ou menos consensuais e que se referem a modos de aglomeração, intensificação, transacção e diversidade da organização social, resta a questão da inscrição territorial e a morfologia da cidade. De entidades geográficas

2 MARTINS, Joana Maria Nunes: *A Condição de Centro na Cidade Contemporânea, abordagem temática, visão territorial*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, FAUP, 2007, pág.11

3 REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *ob. Cit.*, pág. 15

4 SILVA, Augusto Santos: *Dinâmicas Sociais do nosso Tempo, uma perspectiva sociológica para estudantes de gestão*, Universidade do Porto, 2002

5 PORTAS, Nuno: “Opções de Estratégia e Formas Urbanas” in PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João: *Políticas Urbanas – tendências, estratégias e oportunidades*, CEFA/FCG, 2007, 3ª edição

dotadas de centro, forma e limites definidos - recintos mais ou menos delimitado pelas suas fronteiras e descontinuidades com o território envolvente -, as cidades são hoje “desconfinadas”, mais inteligíveis enquanto campos de relação, do que lugares fixos ou “contentores” da vida social. A extensão geográfica, a fragmentação e a imprecisão de limites, sugerem-nos que a proximidade física e a aglomeração já não explicam todas as formas e padrões da urbanização.

1.2 O centro na cidade contemporânea

O centro, a par com a cidade, foi sofrendo grandes transformações ao longo dos tempos e aqui organizar-nos-emos nos três momentos mais importantes, ordenados cronologicamente, quando falamos de centro: o sistema “uma cidade - um centro”, a cidade policêntrica e o movimento de retorno ao centro contemporâneo.

1.2.1 Uma cidade, um centro

Historicamente, o centro representa o local onde a cidade começou, a sua fundação, o local escolhido, tendo como fundamento parâmetros de topografia, melhores condições de defesa, acessibilidades, e de maior capacidade de influência sobre o território envolvente. A partir daí a cidade foi-se desenvolvendo e centro não significa “ponto que está a igual distância de todos os pontos de uma superfície” mas sim “ponto para onde as coisas convergem, como para uma natural posição de repouso”⁶, ou seja, deixa de ser relevante o seu carácter geográfico para dar importância ao seu papel na vida de uma cidade.

A falar de uma cidade monocêntrica, podemos afirmar que o centro é definido por parâmetros de máximo de acessibilidades (transportes e facilidade de circulação), direccionalidades (aglomeração com carácter direccionado nas várias esferas da

⁶ Dicionário Prático Ilustrado Luso-Brasileiro, Lello & Irmão, 1979 – significado de *centro*

vida social – militar, religiosa, político-administrativa, económica, cultura, etc.) e carácter simbólico (imagens e valores identitários, representações e referências, imagem da cidade)⁷. Não sendo possível dissociar as três características referidas anteriormente, é necessária uma abordagem simultânea, pois quando falamos de urbanismo e de factores socio-económicos, os seus vários factores inerentes são dificilmente desagregados visto que “a concentração de actividades económicas, a representação do poder administrativo e do Estado, do poder coercivo e protector, do religioso, as dinâmicas e diversidades sociais, a capacidade de relação e de articulação territorial, a dimensão simbólica e a materialização dos espaços de natureza pública e ou colectiva constituem, então, os princípios fundadores da condição central.”⁸

Visto que no centro se encontra “a quase totalidade dos equipamentos serviços da cidade”⁹, entra aqui a associação entre dois dos parâmetros mencionados anteriormente, pois o centro da cidade, elemento polarizador, necessita de bons acessos e transportes para um melhor funcionamento de serviços e para que proporcione ao habitante tudo o que ele procura num perímetro limitado. Aqui é onde encontramos uma terciarização do espaço urbano, definido principalmente pela existência de funções de topo como prestação de serviços às empresas, comércio; um agrupamento de funções que “desempenham um papel de grande relevância na dinâmica global da cidade”¹⁰ e, acima de tudo, produzem atractividade, movimento e postos de trabalho.

O comércio é considerado por Balsas¹¹ como a sua componente essencial e o próprio acredita que, se um centro perder a sua capacidade e atractividade comercial, dificilmente pode sobreviver como um centro, no seu verdadeiro sentido.

7 DOMINGUES, Álvaro: “Da cidade ao Urbano” in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João: *Políticas Urbanas II – transformações, regulações e projectos*, FCG – pág. 41

8 LOPES, Nuno Antunes, *Novos Processos de Polarização em Contexto Metropolitano – O caso da Maia*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, docente acompanhante Prof. Álvaro Domingues, FAUP, 2005, pág.55

9 REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *ob. Cit.*, pág. 79

10 MARTINS, Joana Maria Nunes: *ob. Cit.*, pág. 32

11 BALSAS, Carlos José Lopes: *ob. Cit.*, pág. 51

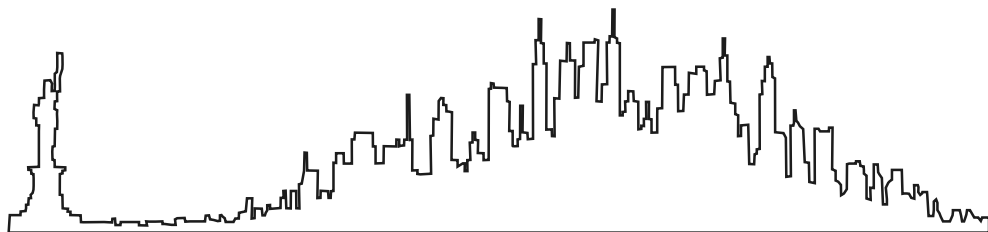
Além de comércio a retalho e serviços às empresas e bancos, etc., observa-se também no centro de uma cidade edifícios públicos, sedes de funções administrativas superiores como ministérios, tribunais, universidades, hospitais, edifícios representativos das instituições político-institucionais, reservados a servir os habitantes da cidade. Uma vez que uma cidade reúne elementos e espaços destinados à cidadania, é no centro onde mais frequentemente os encontramos.



01. indicações centro

Espaços públicos, como praças ou parques, “abertos a todos e a cada um”¹², suportes da vida e identidade colectivas, locais onde se expressam pontos de vista e opiniões diversos e se debatem questões que dizem respeito quer a interesses comuns quer a interesses individuais, são elementos geradores de centralidade. Estes espaços fazem, portanto, parte dos elementos identitários e simbólicos de uma cidade.

Elementos identitários e simbólicos de uma cidade são componentes da imagem de uma cidade, de pequenos edifícios, passam também por esculturas, conjuntos de edificado, antigos ou contemporâneos, ao perfil duma cidade, vulgarmente designado por *skyline*.



02. skyline NY

¹² REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *ob. Cit.*, pág. 14

Kevin Lynch¹³ refere alguns destes elementos como *elementos marcantes* ao observador que podem funcionar como indicações do caminho, do espaço em que está inserido. Segundo o autor, “são simples elementos físicos variáveis em tamanho” cuja grande característica é possuir “um aspecto que é memorável ou único num contexto”¹⁴, o que corrobora Nuno Portas ao afirmar que “independentemente da transcendência ou nobreza da sua função específica, destacam-se pela singularidade em relação à tipologia construída vizinha, ou pela identidade que ganharam no imaginário colectivo”.¹⁵

Os chamados *monumentos* que, muitas vezes, em cidades cuja imagem já se encontra bem difundida, adquirem uma significação máxima da cidade onde se inserem, como o caso da Torre Eiffel em Paris ou o Empire State Building em Nova Iorque; outras vezes são só elementos como o caso dos guardas do Buckingham Palace em Londres.

1.2.2 A fuga para a periferia

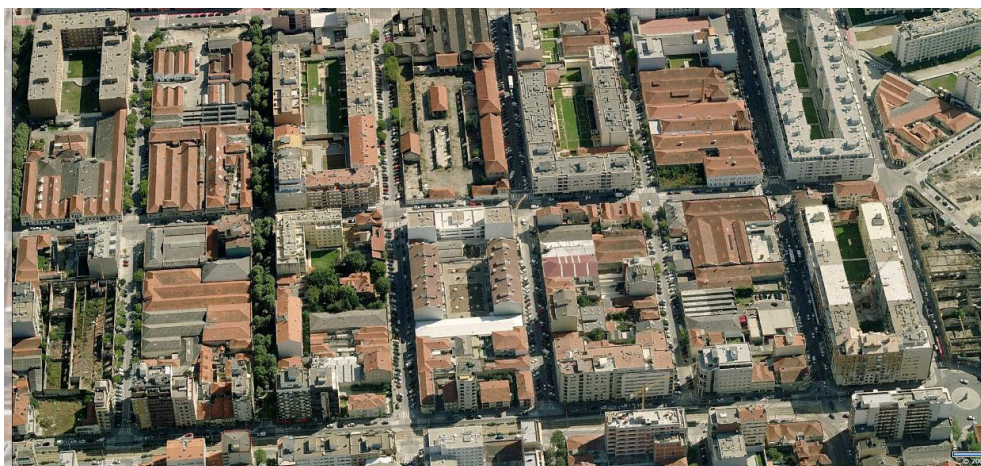
Contudo, a partir dos anos 30 e especialmente 50, observa-se uma “crise do centro” devido a uma maior mobilidade de onde advém uma crescente descentralização dos serviços. A democratização do automóvel e a sua importância acrescida permite trabalhar e viver em zonas diferentes e, assim, podemos ver uma crescente deslocação para a periferia onde há espaço e condições para casas modernas, estacionamento e tudo a que têm direito, a preços mais baixos que no centro da cidade. Assim, observa-se uma grande alteração na organização territorial e na própria definição de cidade, por estes novos movimentos pendulares. Esta metamorfose justifica-se ao observar a cidade, vemos o seu funcionamento traduzido num sistema de anéis, sendo o centro o local mais rico, de grande oferta funcional e ao dirigirmo-nos para fora, o preços e custo de nível de vida diminuem. Numa altura de grande mobilidade, foi este o

13 LYNCH, Kevin: *A Imagem da Cidade*, edições 70, Lisboa, 2009

14 LYNCH, Kevin: *ob. Cit.*, pág. 82

15 PORTAS, Nuno: *ob. Cit.*, pág. 107

grande motivo da “fuga” da habitação para a periferia, mas também porque a ideia de crescimento e progresso estava subjacente à nova construção destas zonas.¹⁶



03. fotografia aérea Matosinhos Sul

Serviços e pequeno comércio acompanham os novos residentes periféricos pois já não há necessidade de se estabelecerem no centro, que começa a ter uma significação mais simbólica e, as grandes superfícies comerciais, com amplos parques de estacionamento, são pequenas réplicas do funcionamento duma cidade, com *praças, ruas*, lojas, serviços, pequenas cidades na periferia de outras mas com lugar para o automóvel. Embora alguns serviços e comércio se tenham mudado para os subúrbios, muitos postos de trabalho continuam a situar-se no centro original da cidade e, simultaneamente emergem noutros pólos periféricos, o que implica grandes e longas movimentações pendulares, nascendo assim o conceito de cidade-dormitório.¹⁷

De acordo com Nuno Portas, “o modelo *“uma cidade – um centro”* está ser decisivamente ultrapassado”¹⁸ pois o modelo de cidade concêntrica torna-se numa

16 SALGUEIRO, Teresa Barata: *A cidade em Portugal – uma geografia urbana*, Porto, 1992, pág.385

17 cidade ou aglomeração urbana de carácter principalmente residencial na qual os residentes normalmente trabalham numa cidade próxima, de maior tamanho ou importância

18 PORTAS, Nuno: *ob. Cit.*, pág. 98

nova organização territorial, claramente policêntrica onde o uso do automóvel e a liberdade que daí advém são os grandes protagonistas.

Algumas das grandes mudanças observadas no centro das cidades são constatadas por Balsas¹⁹ ao afirmarem existirem três grandes alterações: mudanças físicas no edificado que se tornou antiquado, desocupado e perdeu importância devido a alterações no fluxo pedestre e de tráfego; alterações sociais, visto que a dificuldade de circulação automóvel e estacionamento fez com que os consumidores perdessem o interesse pelo centro urbano; e alterações económicas onde investidores, comerciantes e promotores económicos perdem confiança no centro e decidem apostar em novas localizações mais acessíveis. Estas alterações, e todas as outras, assinalam a perda de importância do velho centro, que perde o monopólio da centralidade.

Entende-se, também, que o centro de uma cidade tem várias componentes habitacionais e de diferentes dinâmicas de pessoas: os *city users* (turistas, trabalhadores no centro, usufruidores dos serviços e comércio que voltam a casa ao fim do dia) e os residentes. Com base em Remy e Voyé e a sua observação do velho centro, nas cidades policêntricas, acredita-se que “durante a manhã e ao fim da tarde cruzam-se assim dois fluxos de trabalhadores: os *professionais* que chegam ao centro da cidade ou o deixam vindo de ou regressando ao seu domicílio situado na periferia, e os trabalhadores não qualificados que trabalham nas grandes empresas e nos grandes equipamentos situados na periferia, embora residindo no centro, num habitat vetusto e deteriorado.”²⁰ Com a descentralização e movimento da habitação para a periferia, os trabalhadores deslocam-se ao centro pela sua particularidade de polarização nas actividades, como serviços e comércio, que apenas trazem os chamados *city users* que vêm trabalhar “das 9h às 5h”, podem contribuir para estas mesmas actividades mas em número mais pequeno pois não são estes *city users* que

19 BALSAS, Carlos José Lopes: *Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades*, GEPE, Lisboa, 1999, pág.50

20 REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *ob. Cit.*, pág. 105

vão habitar o centro à noite e ao fim de semana.²¹

Os residentes fazem parte de populações mais desfavorecidas que não puderam ou quiseram mudar-se para as periferias e continuaram a habitar o edificado já degradado do velho centro e que beneficiam da profusão (pelo menos, na teoria) de transportes públicos para se deslocarem para o seu posto de trabalho periférico. É nos centros, especialmente perto das estações de transportes, onde se observa a aglomeração residencial de imigrantes em *habitats* decadentes.

1.2.3 Retorno ao centro

Com o crescimento da cidade e o aumento exponencial de novas centralidades, os centros antigos, onde o centro histórico se insere, ficam vazios onde é evidente a deterioração do edificado, que já não descrito pelo seu carácter funcional mas prevalece então o seu lado simbólico, como que uma nostalgia valorizadora da História e do passado onde se observa uma sacralização do património, uma hipervalorização da cidade velha, que no cerne da questão não passa de um fenómeno de moda²².

Como afirma Álvaro Domingues, “um sistema policêntrico repartido por condições de centralidade distintas (ligadas às acessibilidades, a diferentes especializações funcionais, a diferentes pulsações e cargas urbanas, etc.)”²³

Com isto, clarificamos aqui que o significado de centro varia para cada pessoa pois o centro é onde se encontra a maior concentração e diversidade do que se procura. Para um economista poderá ser o local onde existe uma maior convergência de serviços, banco e empresas, o chamando *business centre*, para alguém que procura cuidados médicos poderá ser o local onde o maior serviço médico se encontra, os *centros hospitalares*, para outros indivíduos e tipos de procura poderá ser a maior

21 BALSAS, Carlos José Lopes: *ob. Cit.*, pág. 55

22 moda é abordada como um fenómeno sociocultural que expressa os valores da sociedade - usos, hábitos e costumes - em um determinado momento – definição em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moda>

23 DOMINGUES, Álvaro: “Da cidade ao Urbano” in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João: *Políticas Urbanas II – transformações, regulações e projectos*, FCG – pág. 29

concentração de restaurantes, lojas e pequenos serviços, o que é a base dos *centros comerciais*, se alguém habita e frequenta uma determinada zona apelidam-no o seu *centro vivencial*, para um historiador será o *centro histórico* onde encontra os testemunhos da História, para um estudante será o *centro universitário*, etc. Hoje em dia, a palavra centro é usada frequentemente apenas associando à ideia de centro o seu carácter polarizador, visto que cada vez é mais comum o policentrismo e deixando para trás a antiga noção da a trilogia que outrora o definia onde centro significava, por excelência, o local onde, como já referimos, existe o máximo de acessibilidade, direcionalidade funcional e identidade, o seu valor simbólico. Com a dispersão da cidade e dos seus serviços e funções, o centro *original* fica quase somente definido pela sua representação, o seu símbolo, onde a identidade do centro remete-se à sua representação, é a sua função na cidade.

Quer se remeta para a crise do centro ou para a questão de voltar ao centro, a questão das acessibilidades e mobilidade é sempre colocada, uma vez que uso do automóvel se intensificou relativamente ao uso dos transportes públicos. Posto que a acessibilidade é, neste caso, definida como a facilidade com que se chega ao centro²⁴, e vista a extensão do parque imobiliário, o centro histórico, definido como local de convergência – com as suas ruas estreitas e edificado bastante compacto –, encontra aqui um dos seus maiores problemas: depara-se com grandes problemas de congestionamento de trânsito, falta de espaços de estacionamento até haver uma mudança de estilos de vida, onde o carro não prevaleça como primeira escolha de modo de locomoção.

Não podemos esquecer que embora o centro seja o local por excelência onde tudo acontece e onde o nível de vida em tempos era mais elevado, ao longo dos tempos perdeu a sua importância e o seu valor foi decaindo (com a maior expansão urbana de movimentação para a periferia) e espalhando-se pois hoje em dia há um novo

²⁴ BALSAS, Carlos José Lopes: *ob. Cit.*, pág.50

sistema que funciona com a existência de vários centros onde se acumulam, ou não, várias funções, actualmente, observa-se mais uma vez um movimento em direcção ao centro, uma nova revalorização do seu significado, uma nova tendência. Há que ter em mente que isto é um processo que demora o seu tempo, por isso, hoje em dia, os centros apresentam-se numa fase de mutação onde podemos encontrar realidades completamente antagónicas ao lado uma da outra, dependendo muito do estado do progresso deste fenómeno.

Alguns autores tentam entender este movimento de “volta ao centro” e compreender quem são os principais protagonistas. Uns defendem serem as populações que sempre viveram na cidade ou mesmo no centro, nunca nas periferias, que se vão mudar para a zona antiga da cidade, já reabilitada ou que elas mesmas vão reabilitar, outros, numa posição completamente oposta, acreditam serem populações das periferias à procura de um habitat socialmente privilegiado e simbolicamente valorizado, percebendo-se a atracção exercida pelos elementos simbólicos do centro vendo, assim, o surgimento de uma nova cultura que valoriza o património histórico e a estética, pois acreditam que a história e a arquitectónica conferem um estatuto de legitimação social.²⁵

Crê-se que os actores deste processo de *gentrificação*²⁶ são: jovens querendo-se afastar do bairro onde nasceram e dos pais para procurar o começo da sua vida; agregados familiares de pequena dimensão, pois apenas têm necessidade de habitação de pequenas dimensões, visto tirarem partidos dos espaços públicos oferecidos pela cidade para efeitos de lazer; profissionais liberais ou pessoas que trabalham a tempo inteiro ou parcial, em sua casa, que, neste caso, já necessitam de uma habitação um pouco maior dado à quantidade de tempo que lá passam pois a sua vida decorre neste espaço. São novos estilos de vida que surgem com novos agregados familiares,

25 RODRIGUES, Walter: “*Gentrification* e Emergência de Novos Estilos de Vida na Cidade” in *Colóquio Viver (n) a Cidade*, Lisboa, 1990

26 conjunto de processos de transformação do espaço urbano que ocorre, com ou sem intervenção governamental, nas mais variadas cidades do mundo

como o aumento de indivíduos a viver sozinhos, famílias monoparentais, casais sem filhos ou com poucos, uniões de facto... São populações que procuram não só as características *pitorescas* dos centros mas também a mobilidade que lhes proporciona, pois é mais fácil o arrendamento (ou pelo menos, idealmente). Agora, as áreas centrais onde apenas habitavam populações de baixo rendimento são vítimas de um processo de movimentação por estratos de maior poder económico, classes jovens, artistas e intelectuais como no caso do SoHo de Nova Iorque ou Bairro Alto, em Lisboa. E também se veja o centro “progressivamente ocupado por centros de negócios e alguns prédios de apartamentos de grande luxo”²⁷

Encontramos então, no centro grupos mais abastados, artistas ávidos por mudar essa área e uma população extremamente envelhecida e sem recursos financeiros, são camadas desfavorecidas que vivem no edificado degradado e que apresentam bastantes problemas sociais.

São necessárias então políticas e estratégias urbanas para uma maior atractividade de residentes – daí estarem a ser empregues medidas de revitalização e reabilitação dos centros históricos, tentando manter as características-chave que muitos procuram e que lhes confere o chamado charme não descurando os residentes mais antigos sem meios e apoios financeiros.

1.2.4. estratégias actuais

No caso de cidades detentoras de centro com edificado de características arquitectónicas históricas, este passa muitas vezes a ser a sua marca, o seu *ex-libris*, com as suas ruas muito estreitas, edifícios antigos, e todo o *charme* que lhe está subjacente. Estamos já a falar de património, que será estudado mais detalhadamente no próximo capítulo, que conduz a um imenso simbolismo e a uma verdadeira identidade urbana.

Estes elementos fazem também parte do poder de atracção de uma cidade e,

27 REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *ob. Cit.*, pág. 105

sabendo que o turismo é uma grande receita e factor de competitividade da cidade, o património entra assim na lógica de competição entre cidades, para se promoverem e fazerem conhecer entrando, desta forma, na chamada *indústria da cultura*, tirando partido do pitoresco, testemunhos de outros tempos, querendo fazer da sua cidade merecedora de ser considerada *sui generis*. Outrora, as cidades modernistas tinham como objectivo uma standardização dos elementos urbanos; hoje em dia, observa-se um movimento contrário de enaltecimento das características diferentes em cada cidade num mundo cada vez mais globalizado.

Atracções como eventos culturais, feiras, espectáculos de rua fazem do centro o “local por excelência da representação artística e social, onde se destacam os equipamentos culturais relevantes”²⁸. Estes acontecimentos, assim como as características e estilos de vida e dinâmicas urbanas, são também *elementos marcantes* numa cidade embora efémeros mas polos de atractividade não só para utentes da cidade como para visitantes, enquadrando-se também no *marketing e branding* da cidade.



04. cartaz publicitário Rua Miguel Bombarda

Compreendendo o acima mencionado *marketing* urbano, entende-se a importância destas três características componentes de um centro em ser elementos polarizadores, os serviços e entidades político-institucionais direccionados para a atracção de novos residentes e para providenciar os utentes do centro; para quem lá trabalha mas não vive e, por fim, para o comércio e elementos simbólicos mais direccionados para um tipo de utilização mais temporária como o turismo – habitantes temporários. Considerando já que habitação é o “lugar privilegiado de investimento afectivo com referência ao qual os espaços exteriores – lugar de trabalho, de compras, de lazeres... – se vêem distribuídos”.²⁹

28 MARTINS, Joana Maria Nunes: *ob. Cit.*, pág. 32

29 REMY, Jean; VOYÉ, Liliane: *ob. Cit.*, pág. 92



05. Rua comercial no Porto, Rua Sta. Catarina

Segundo vários autores, uma estratégia de marketing favorável à longevidade do negócio será a de reagrupar estes comércios e serviços de modo proporcionar um maior poder de atracção de clientes e usufruidores para uma maior oferta de produtos com oportunidade de comparação.

Colocando todos os comerciantes de um certo produto na mesma rua, o cliente terá que se deslocar até lá e, aí, poder comparar qualidade e preço; isto cria também “fama” à rua, como se de uma grande superfície comercial (como os centros comerciais na periferia já referidos) se tratasse. Isto não quer dizer que não se deva agrupar serviços diversos, mas a sua associação deve ser imediata e complementar como, por exemplo, vender café e tabaco.

O factores de atractividade do centro, como comércio, e também os elementos simbólicos vão atrair turistas e moradores; daí ser necessária uma conservação e estratégia urbanas para os albergar, assim como unidades hoteleiras neste local e habitação reabilitada. Estes habitantes temporários trazem com eles grandes fontes de rendimento; no entanto, é necessário, além de estabelecimentos que os recebam, oferta actividades culturais para fomentar uma nova visita e divulgação da cidade, elementos de competitividade urbana.

1.2.5. Habitação e centro

É também importante ponderar n’ “o que torna um centro de cidade um local habitável?”³⁰, ao que Kevin Lynch responde defendendo a existência de cinco medidas de desempenho: vitalidade (ambiente urbano, económico, social e cultura saudável e estimulante), orientação (percepção do local, identidade dos locais reforça aspectos da identidade de pessoas e grupos), adequação (saber se o local funciona correctamente), acesso (acesso fácil a grande variedade de bens, serviços

30 LYNCH, Kevin: *A Boa Forma da Cidade*, edições 70, Lisboa, 2010

e pessoas) e controlo (controlo espacial que tem fortes consequências psicológicas, está relacionado com o que é público e com comportamentos individuais livres). A localização da habitação depende dos mais variados factores como geografia, morfologia e História mas está, essencialmente, ligada a factores económicos³¹. A habitação acompanha, ou mesmo provoca, as transformações do tecido urbano e a cidade deverá preocupar-se em satisfazer os interesses e procura de quem aí habita ou procura habitar, pois hoje em dia a local da habitação acompanha os movimentos do comércio e serviços, postos de trabalho. Não há regras para definir onde é ou não local de habitação e isto será algo a ter em conta quando falamos do centro histórico e seu repovoamento.

Compreendemos assim as várias dinâmicas do centro na cidade e os três grandes parâmetros que o definem (acessibilidades, direccionalidades e elementos identitários e simbólicos), bem como, o que daí resulta ao analisarmos também quem utiliza o centro nos vários registos temporais. Tendo em conta a descentralização e o abandono do centro e todas as acções que o despoletam, qual é então o papel da habitação no centro? Porque entra o tema da habitação quando discutimos a revitalização nesta zona da cidade, se um centro não se define como concentração de área residencial?

31 ROSSI, Aldo: *La arquitectura de la Ciudad*, GG, Barcelona, 1982, pág. 128



capítulo 2. Processos de patrimonialização

Neste capítulo serão abordadas várias definições e visões dos conceitos “monumento”, “monumento histórico” e “património”, assim como, o seu desenvolvimento ao longo dos tempos e seus principais intervenientes e pensadores, a partir do momento em que estes assuntos começaram a ter principal relevância, visto serem conteúdos essenciais para o desenrolar desta dissertação. Relacionada com estas definições está também a questão do restauro e conservação dos mesmos, sendo processos de perpetuação da memória colectiva das cidades.

Iniciando o estudo com base nos ideais de John Ruskin juntamente com William Morris e Viollet-le-Duc, pensadores-chave deste tópico da era da industrialização, período em que começam as maiores preocupações acerca dos significados indicados anteriormente, com o apoio de Françoise Choay, com a Alegoria do Património, onde é feita uma síntese da evolução das supra referidas definições e onde é contraposta a complexidade e contradição do tema, utilizando os pensadores mencionados e as resoluções a que chegaram nos Conselhos Internacionais dos Monumentos e, também, Joan Busquets com o sua síntese sobre conservação, restauro, preservação nas cidades. Ao longo dos tempos dá-se uma crescente valorização da cultura e a emergência de uma indústria cultural que aqui serão abordadas assim como as suas consequências e implicações no presente e futuro.

Numa última fase serão dados elaboradas em formato de ficha, quatro exemplos de utilização das práticas interventivas citadas e respectivas linhas de pensamento. Os exemplos usados foram escolhidos por serem ilustrativos de diferentes tipos de utilização, escala, definição de património, para uma aplicação mais prática de toda a componente teórica referida anteriormente.

2.1 Monumento, monumento histórico e património

Segundo Françoise Choay, no seu livro Alegoria do Património, de 1992, monumento, do latim *monumentum*, deriva de *monere*, advertir, recordar. Conforme outro ponto de vista, o da Wikipédia, “um monumento é uma estrutura construída

por motivos simbólicos e/ou comemorativos, mais do que para uma utilização de ordem funcional. Os monumentos são geralmente construídos com o duplo propósito de comemorar um acontecimento importante, ou homenagear uma figura ilustre e, simultaneamente, criar um objecto artístico que aprimorará o aspecto de uma cidade ou local. Estruturas funcionais que se tornaram notáveis pela sua antiguidade, tamanho ou significado histórico, podem também ser consideradas monumentos”¹, o que significa que a noção de monumento foi sendo desenvolvida e acrescentada.

Apesar de a noção de monumento estar sempre relacionada com um registo de memória, também significa poder, grandeza e beleza. Respostas como “porque é antigo” à pergunta do porquê de um edifício ser monumento surgem logo, não se questiona por exemplo a beleza porque ser um monumento já implica tal, como já se verificou, assim como “antiguidade” e “tamanho”. Françoise Choay afirma também que “ao prazer dispensado pela beleza do edifício, sucedeu a admiração ou o espanto que provocam a mestria técnica e uma versão moderna do colossal”.²

Atribui-se um valor particular ao tempo e duração, ao seu papel na História mas a sua definição e consagração vem só em 1964, data da redacção da Carta de Veneza, que iremos ver mais tarde.

Uma maior preocupação com estes significados surge com a Revolução Industrial, pela grande mudança que veio trazer ao mundo de então; a chegada de uma nova era que provoca um alerta na conservação dos elementos do passado, um aumento de cuidado com a memória e representação dos edifícios, assim como, de conjuntos edificados. Iniciam-se aqui as divergências quanto à interpretação das consequências deste acontecimento e, consequentemente, dão-se os primeiros passos quanto às medidas a tomar, sendo os principais intervenientes John Ruskin, por um movimento mais orientado em Inglaterra para as tradições, e Viollet-le-Duc em França, com a sua

¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento> em 28.03.2011

² CHOAY, Françoise; *Alegoria do Património*, edições 70, 2010, pág.19

crença em alcançar a perfeição de monumentos que poderão nunca a ter possuído.

Afirmada a memória como valor do monumento histórico, John Ruskin refere que “podemos viver sem ela [a arquitectura], adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos recordar”³. Veio reforçar a definição de monumento relativamente à memória, assim como Ferreira de Almeida, ao afirmar que “todas as comunidades têm, pois, os seus monumentos que são como que âncoras onde se firma a memória das pessoas e as memórias das pessoas e a prosápia das comunidades, que são os indicadores da sua identidade e da sua classificação. Eles dão segurança às comunidades, servem-lhe de referência, ajudam a axializar os seus itinerários e incitam a perspectivar o futuro”.⁴

Alois Riegl, acrescenta à definição e distinção de monumento e monumento histórico, emergida em Itália no século XVI, que tem por base o acumular de valores que sofreu ao longo dos anos. Usa então duas categorias de valores: rememoração, ligada ao tempo, idade e as marcas que estes imprimem nos edifícios; e contemporaneidade que, como o próprio nome indica, se relaciona com o presente e utilização do edifício pois se não são utilizados, são apenas ruínas. Para Riegl, monumento histórico não foi originalmente concebido para tal, mas o seu uso social e imagem colectiva o transformam em testemunho histórico⁵, o valor de antiguidade é, então, próprio de os monumentos históricos, quer tenham conservado o seu papel memorial original e as suas antigas funções, quer tenham recebido novos destinos. Para Otto Wagner, quando os monumentos são necessários para abrigar novos programas, são exigidas adaptações procurando sempre uma coerência no edifício existente embora acredite que não se deverá proceder a uma restauração ou preservação dos monumentos arquitectónicos, seguindo o pensamento anti-restauro de Ruskin.

3 RUSKIN, John: “La Lampara de Arquitectura” in *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*, Editorial Alta Fulla, Barcelona, 1987, pág.206

4 ALMEIDA, C. A. Ferreira de: “Património - Riegl e Hoje” in *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, Volume X, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, pág.411

5 BUSQUETS, Joan: *Cities: 10 lines, a new lens for the urbanistic project=ciudades : 10 formas, una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico*, Harvard University, 2007, pág.271

Ao afirmar na Carta Internacional sobre a Conservação dos Monumentos e dos Sítios, aprovada em Veneza, em 1931, que “a noção de monumento histórico (...) estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem com o tempo um significado cultural”, percebemos uma maior abrangência do seu significado a áreas que não a da arquitectura “com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.”⁶

Várias entidades internacionais reuniram-se em Cracóvia, no ano 2000, na Conferência Internacional sobre Conservação onde foi enaltecida a qualidade memorial assim como John Ruskin inicialmente defendia, é esclarecida também a noção de património que engloba “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica” sendo necessária uma selecção de valores na sua identificação e valorização. Simultaneamente assinala uma das principais características do património, a alteração de valores que se observa ao longo da História, é portador dos valores patrimoniais comuns de cada comunidade, daí a sua necessidade de preservação visto que “o património arquitectónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem resultam de uma dialéctica entre os diferentes monumentos históricos e os respectivos contextos socioculturais”.

Baseado num estudo da evolução do termo património, Ferreira de Almeida, em 1993, sustenta que “património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades”⁷ e, citando Jean-Michel Leniaud, afirma que património é o “conjunto de bens que uma geração sente que deve transmitir às seguintes porque pensa que esses bens são um talismã que permite à sociedade compreender o tempo nas três dimensões”⁸. Deve-se em grande parte à retoma e revalorização das obras da Idade Média, vista pelos estudiosos como o caminho para a identidade nacional.

6 Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

7 ALMEIDA, C. A. Ferreira de: *ob.cit.*, *pág.407*

8 LENIAUD, Jean-Michel: *L'utopie Française, Éssai sus le Patrimoine*, Paris, 1992, *pág.3*

Será necessário apontar que a noção de património já teria sido referida desde o século XVII, ao designar os bens que se herdam por relações familiares, sendo estes materiais, técnicos, saberes, valores, mas também bens herdados pela comunidade como obras, monumentos. A ideia de património é algo que passa de geração em geração, como “um sistema simbólico gerador de identidade colectiva.”⁹

2.2 Conservação e Restauro ao longo da História

“A conservação e restauro é uma disciplina técnica cujo objectivo é conservar ou restaurar objectos de reconhecido valor. A validade e pertinência de intervenções em determinadas obras, particularmente, aquelas de maior importância e representatividade para a História da Arte são sempre muito questionadas.” *in* Wikipédia

Como já foi referido, estas práticas interventivas surgem relacionadas com a era industrial e, a partir daqui, opõem-se duas opiniões: Viollet-le-Duc, mais intervencionista, e John Ruskin anti-intervencionista. Este último, juntamente com William Morris, entende que as marcas que o tempo deixa sobre os edifícios fazem parte da sua essência. No seu livro, *As Sete Lâmpadas da Arquitectura* publicado em 1849, defende acima de tudo a manutenção dos edifícios de modo a que a necessidade de restauro seja evitada e, ao afirmar que “o restauro é a destruição dos edifício (...) É melhor manter uma ruína do que restaurá-la”¹⁰, faz uma clara distinção entre restauro e conservação e reforça a sua posição frente às várias técnicas de intervenção.

Para John Ruskin a palavra *restauro* “significa a mais total destruição que um edifício possa sofrer”¹¹, a impossibilidade de restabelecer um monumento que foi grandioso e carregado de beleza, “é tão impossível como ressuscitar dos mortos”.¹²

9 MÊO, Guy Di: “Processus de patrimonialisation et construction des territoires” in Colóquio *Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser*, Poitiers-Châtelleraut, França, 2007 – pág.1 (tradução da autora)

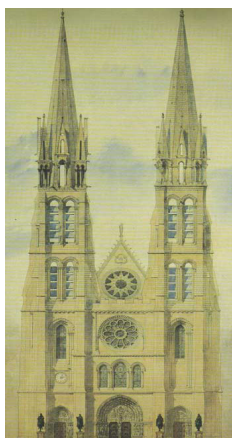
10 RUSKIN, John: ob.cit., pág.227

11 *idem*

12 *idem*

Para Ruskin e Morris, tradicionalistas, não se deve tocar nos monumentos do passado, pois “nós não temos o mínimo direito de o fazer. Eles não nos pertencem”¹³, e acreditam na efeméride da arquitectura daí a sua rejeição do projecto restaurador. Em síntese, Ruskin defende que os edifícios têm vida e morte e não se podem recriar após a sua morte mas deve-se fomentar a sua conservação uma vez que os mesmos edifícios são elementos do passado e que a “arquitectura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser”¹⁴, o que está de acordo com o sentido de monumento apresentado por Choay no início.

Do lado francês surge Eugène Viollet-le-Duc, que define no seu Dicionário (*Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, de 1856) que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é estabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento”, a completa antítese da definição dada William Morris, citada por Choay, ao afirmar que “preservar os edifícios antigos significa conservá-los no próprio estado em que nos foram transmitidos, reconhecíveis.”¹⁵



07. Notre-Dame de Paris

Viollet-le-Duc, procura obter a unidade estilística do monumento segundo o seu estilo, pois acreditava que acrescentando camadas de história a um edifício (como, por exemplo, os coruchéus em Notre Dame de Paris) seria permitida ao observador uma experiência mais valiosa da história do edifício, ainda que ao retirar essas camadas, informação e valor do tempo são retirados também e nunca poderão ser recriados. O autor foca-se na procura pelo original e perfeição formal dos edifícios que muitas vezes lhes falta, independentemente da

13 CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 159

14 CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 147

15 CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, notas, pág. 185

sua história. Para Eugène Viollet-le-Duc dever-se-ia retirar todos os acrescentos e testemunhos de outras épocas que não a da altura de construção do edifício e se necessário adicionar elementos que consolidariam o seu estilo.

Camillo Boito, numa altura em que a teoria de Viollet-le-Duc começa a ser questionada, surge com uma teoria, no seu escrito *Prima Carta del Restauro* de 1883, mais moderada, que abriga alguns ideais, quer de John Ruskin quer de Viollet-le-Duc; apesar de estes ideais serem antagónicos, a teoria apresentada por Boito nasce de uma conjugação do melhor de cada um. A par de Ruskin e Morris defende a noção de autenticidade na conservação dos monumentos mas, em oposição aos mesmos, apoia Viollet-le-Duc na pertinência do restauro. Como afirma Françoise Choay, para Boito “o restauro não deve ser praticado senão *in extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda, como manutenção, consolidação, reparações não expostas à vista, falharam (...) revela-se como o complemento necessário de uma conservação cujo próprio projecto não pode subsistir sem ele.”¹⁶ Argumenta também que artificios como o uso diferentes materiais, de diferente cor, devem ser utilizados para distinguir a zona restaurada do edifício restante; devem-se usar, igualmente, inscrições com condições e datas de intervenção, assim como uma documentação exaustiva das fases e operações de intervenção e conservação.

Em 1931, juntam-se em Atenas peritos, críticos e historiadores internacionais para debater o restauro de monumentos históricos e seu significado, no 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos; a partir daí foi redigida a Carta de Atenas. Tomaram como princípio as ideias de John Ruskin quanto à conservação em contraposição ao restauro; embora afirmem, como Camillo Boito, que se mostre indispensável, dever-se-á recorrer ao restauro com “o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem proscriver o estilo de nenhuma

¹⁶ CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 167

época”¹⁷. Este manifesto apoia também a ocupação dos monumentos com vista ao prolongamento e continuidade da sua vida.

Aquando da discussão sobre o restauro e uso de materiais foi defendido o recurso ao uso da técnica moderna, o cimento armado, desde que usado de um modo disfarçado de forma a não alterar nem interferir no aspecto do edifício em questão, embora seja necessário reconhecer que cada “caso apresenta a sua especificidade própria”.

Visto que o respeito e dedicação das populações garantem, nas suas opiniões, uma melhor garantia para a conservação dos monumentos e obras, salientam, ao terminar o debate, o papel da educação respeitante aos monumentos. É extremamente importante a existência de uma documentação internacional da responsabilidade do IMO (International Museums Office) que deverá efectuar uma recolha e quadro comparativo e actualizado em vigor nos diferentes Estados; deverá também manter-se ao corrente dos trabalhos em cada país e suas publicações.

Na Carta de Veneza de 1964, anteriormente referida, demonstra-se a importância das opiniões e ideias de John Ruskin e Viollet-le-Duc, visto que se pretende uma manutenção permanente dos edifícios ou conjuntos edificados em vista, uma conservação, como defende Ruskin. Ao reforçar a Carta de Atenas e Riegl, afirma a necessidade de utilização dos monumentos e acrescenta que “a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afectação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios”, e ainda realça a importância de um cuidado acrescido na envolvente próxima dos monumentos em questão tendo em vista manter o enquadramento desejável.

As suas conclusões revelam-se completamente antagónicas a Viollet-le-Duc quando afirma que “os contributos válidos das diferentes épocas referentes à edificação de um monumento devem ser respeitados, não sendo a unidade de estilo um

¹⁷ Carta de Atenas

objectivo a alcançar no decurso de um restauro. Quando um edifício contiver vários estilos sobrepostos, a eleição de um desses estilos em detrimento dos restantes, não se justifica a não ser excepcionalmente na condição de que os elementos eliminados tenham pouco interesse; que o conjunto de elementos subjacentes a esse estilo constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético, e que o seu estado de conservação seja aceitável.“

Com a Carta de Cracóvia, em 2000, vieram acrescidas as preocupações sobre a preservação do património e seus elementos. Foram usados conceitos como *conservação*: “conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos”; e também de *restauro*: “intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade”, que nos remete para um outro conceito esclarecido no documento: “*autenticidade*: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”. É afirmada a necessidade de respeitar todas as fases construtivas de diferentes alturas e períodos da História de modo a “manter a sua autenticidade e integridade”, e também uma utilização adequada respeitando o seu valor patrimonial e espaços. A intervenção deverá honrar a função de origem assim como procurar a conciliação de “materiais, estruturas e valores arquitectónicos” pois as técnicas de intervenção devem estar interligada com a investigação de “materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado.”¹⁸

18 Carta de Cracóvia, 2000

2.3 Património urbano e preservação

“Podemos afirmar que existe uma vasta cultura que exige que os projectos urbanos sejam construídos por cima da cidade existente tendo um cuidado especial para elementos urbanos preexistentes, com o conhecimento que “conservar” às vezes significa redesenhar ou demolir algumas das suas partes”.

BUSQUETS, Joan: *Cities : 10 lines, a new lens for the urbanistic project=ciudades : 10 formas, una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico*, Harvard University, 2007

Embora já referida uns anos antes por John Ruskin, a ideia de património urbano histórico munida de projecto de conservação aparece com Haussmann, quatrocentos anos depois da invenção da cidade histórica e noção de monumento histórico.

Para John Ruskin, forte opositor das intervenções na estrutura das cidades, a cidade atinge o estatuto de monumento histórico. Aí vem expresso o carácter, já falado por Ruskin e expresso por Choay, de memória da cidade, novos monumentos, ao afirmar que nós devemos continuar a habitar as cidades como pelo passado.

Camillo Sitte, arquitecto e historiador de arte austríaco, autor do estudo urbanístico *Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos*, de 1889, constata a falta de qualidade estética da cidade. Para ele, as cidades antigas e seus espaços são objectos de um processo pedagógico. Quanto às cidades do passado, Sitte afirma que “o seu papel terminou, a sua beleza plástica permanece”¹⁹ contudo não se preocupa com a destruição iminente das cidades de então. Segundo este autor, “enquanto o planeamento da cidade avança em aspectos técnicos, no campo artístico não alcançamos nada e, em comparação com as majestosas, modernas e monumentais construções, como regra vemos apenas desajeitadas formações de praças e divisões de lotes imprudentes.”²⁰

Com as preocupações de conservação, preservação da cidade pensa-se que, pelo seu carácter de museu, se deve evitar o seu uso visto ser “um objecto, frágil,

¹⁹ CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 203

²⁰ BUSQUETS, Joan: *ob. cit.*, pág.269

precisos para a arte e para a história”.²¹ As pequenas cidades, testemunhos da pré-industrialização e de um estilo de vida original, devem, seguindo a mesma lógica de raciocínio, ser resultado de um grande esforço de preservação.

Em 1925, com o Plano Voisin de Le Corbusier, os CIAM rejeitam a carácter histórico de cidade com a sua proposta de arrasar com a cidade velha substituindo-os por arranha-céus apenas conservando alguns monumentos como Notre-Dame de Paris, o Arco do Triunfo, o Sagrado Coração e a Torre Eiffel.



08. Plano Voisin, Le Corbusier

Gustavo Giovannoni, arquitecto e engenheiro italiano, articula paralelamente nos centros urbanos, o valor de utilização e valor museológico e afirma em *Vecchie Città ed Edilizia nuova*, de 1931, que “o urbanista, tal como o arquitecto, deve elaborar uma escala de intervenção adequada à cidade moderna de vários milhões de habitantes” ao sugerir então uma mudança de escala para uma nova abordagem ao modo de conservação da cidade antiga. De acordo com Giovannoni, os velhos tecidos urbanos contêm, pelo seu valor utilização, valores artísticos e históricos e também valor pedagógico, já referidos por Viollet-le-Duc e por Sitte, pois segundo o arquitecto italiano “uma cidade histórica constitui em si um monumento”.²² Visto isto, o monumento histórico como elemento singular não tem lugar na sua teoria, pois é sempre necessário o contexto edificado pois esta é uma relação indissociável.

A teoria de Sitte foi então ridicularizada nos congressos do CIAM, pois era visto como teórico retrógrado da cidade do passado, embora a partir de 1970 tenha sido novamente utilizada pois “a reabilitação da cidade estava a começar a encontrar o

²¹ CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 204

²² GIOVANNONI, Gustavo: *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, 1931, citado por CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág.210

seu caminho”.²³

Completando a Carta de Veneza, 1964, a Carta para Salvaguarda das Cidades Históricas (Washington D.C., 1987) afirma que “a conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do que está construído” e “o melhoramento do “habitat” deve constituir um dos objectivos fundamentais da salvaguarda”, tendo sempre em conta que as acções necessárias à conservação devem ser feitas respeitando os princípios e métodos da presente Carta e da Carta de Veneza.

Nesta abordagem aos conjuntos urbanos e a sua perpetuação, entendemos que se passa para uma apreciação global do edificado e não do caso-excepção, será necessário salvaguardar que a disciplina de restauro e conservação terão que ser abordadas de modo diferente visto que são parte integrante de uma cidade e é fundamental ter mais elementos em consideração. Pelas características de cidade como escala, complexidade, genealogia e história passaram quatrocentos anos desde a invenção de *monumento histórico* e de *cidade histórica*.

Nos conjuntos urbanos históricos questões como conservação quase não eram abordadas visto os grandes problemas de salubridade, circulação, higiene ou, até mesmo, a sua destruição para enaltecimento dos ditos monumentos do passado, uma vez que as características deste edificado eram comprometidas para “o melhor” da cidade pois a sua era e charme e beleza inerentes não seriam recuperados. A ausência de pensamento de perpetuação do passado em relação às cidades não passou despercebida Camillo Sitte que afirma no seu livro que “mesmo a nossa história da arte, que trata dos fragmentos mais insignificantes, não reservou o mais pequeno lugar à construção das cidades”²⁴, daí defende o papel educacional das mesmas.

Para os novos objectivos, será necessária uma intervenção diferente das de um monumento isolado para garantir que a cidade do passado seja parte da cidade do

²³ BUSQUETS, Joan: *ob. cit.*, pág.269

²⁴ SITTE, Camillo: *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen* – citado por CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 192

presente, com as condições de vida e qualidades que isso acarreta.

2.4 Cultura e indústria cultural

“Muito se vem falando de “Património”. É uma palavra que está na moda dos profissionais e dos aficionados da Cultura, dos empresários que funcionam e lucram em seu nome, dos técnicos de Planeamento e até dos políticos.”

ALMEIDA, C. A. Ferreira de: “Património - Riegl e Hoje” in *Revista da Faculdade de Letras* - História, II série, Volume X, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993

Na Convenção Para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, em Nairobi, afirma-se a necessidade de uma valorização activa. Há, assim, uma expansão tipológica do património assim como das construções da segunda metade do século XIX e século XX que se anexaram e a preocupação de preservação destas por más condições provoca o que Françoise Choay denomina de “complexo de Noé”, onde quase todos os conjuntos tipológicos se inserem.

Com o fenómeno de popularização do saber é desenvolvido um turismo cultural de massas, onde a cultura passa a ser uma indústria com benefícios económicos para as cidades contentoras de património e, assim, de uma extrema preocupação com a historicidade, passa-se para um produto de consumo, produto económico. As indústrias culturais fazem parte dos nossos tempos onde tudo está associado ao mercado visto que a noção de desenvolvimento e melhoramento estão inerentes a posses, valores económicos. A cultura democratizou-se e popularizou-se graças aos meios de comunicação que existem hoje em dia, há uma grande troca de informações e de experiências que pode ser efectuada a partir, principalmente, do aparecimento da internet, fóruns, redes sociais, etc. A cultura deixa de ser algo para as elites, mas algo que a maioria da população partilha. Cidades de vários países, museus, concertos observaram um grande número de visitantes; os turistas visitam igualmente uma catedral do século XI como uma rua só com lojas de marca, como New Bond

Street em Londres. É uma cultura não só usufruída por toda a gente mas, também, criada por toda a gente, sem diferenciações de classe, país, formação, que concede estatuto social e distinção pelo seu consumo. A cultura torna-se uma indústria, hoje em dia, um dos maiores factores de competitividade dos países, desde música a património e, assim, é pensada como mercado, volume de exportação, visibilidade, rentabilidade, onde os factores, já referidos, particulares e diferenças culturais se tornam uma mais-valia para valorização dessa mesma cultura. Dá-se assim uma fusão entre a significação de cultura no passado, mais erudita e apreciada por um público mais restrito com outro grau de educação, e a cultura de hoje em dia, mais *light* e comercial para a qual não é necessária um grande entendimento do que se está a experienciar, mas só a experiência em si que passa por uma actividade de lazer e entretenimento. Cultura hoje em dia é sinónimo de entretenimento seja a ver um filme como a visitar uma catedral ou passear por uma cidade.

Poder-se-á dizer que apesar da globalização maciça e da heterogeneização cultural dos dias que correm, é dado, ao mesmo tempo, um grande valor à diversidade cultural à identidade de cada país, região, cidade, às suas tradições, valores, educação, tendo em conta a necessidade de afirmação das particularidades e das diferenças. Um fenómeno antitético ao que se havia observado anteriormente onde havia uma grande rejeição dos valores do passado e apenas se olhava para o futuro, por exemplo no Movimento Moderno, como possível hipótese de desenvolvimento. Dá-se um fenómeno onde globalização é substituída por *glocalização*²⁵ onde há uma grande preocupação em enaltecer as características “pitorescas” das sociedades em questão, o que significa que globalização e particularização avançam lado a lado e tornam-se directamente proporcionais, é feita como que uma *emblematisação*.

O destino de um monumento ou de conjunto urbano histórico depende das políticas postas em prática pelas entidades camarárias, por arquitectos e urbanistas, por entidades responsáveis pela gestão e administração do património, e não tanto

25 LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean: *ob.cit.*, pág. 143

por quem se dedica à disciplina de perpetuação do património histórico. Visto isso, tornar, por exemplo, o monumento um palco ou mesmo o centro de uma encenação, como espectáculos de luz, a própria iluminação nocturna e interior que pode causar uma falsa interpretação, tornou-se um meio de valorização. O monumento tornado em palco de torna-se facilmente consumível como, por exemplo, com passagens de modelos, festas, concertos, o que no seu extremo podem depreciar o próprio monumento. Estes modelos de valorização ou extracção de lucro de um monumento, são ainda mais rentáveis pelo aluguer do mesmo para publicidade ou eventos.

Um bom usufruto de um monumento sem utilizar as práticas anteriormente referidas, é a reutilização, a utilização do espaço para um novo destino que pode não estar intrinsecamente ligado à utilização de outrora, muitas vezes fazendo-se uma adaptação às condições de vida actuais. Segundo Françoise Choay, “a *reutilização* é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial”²⁶ que deve considerar, entre outros, o estado material do edificado. Esta acção de reutilização podem exigir um domínio técnico especializado que faz disparar os custos, o que pode dissuadir os interessados, e implica também o uso de bom senso na avaliação do que se pode comprometer ao efectuar esta obra. As cidades e conjuntos urbanos históricos são o espelho da dificuldade e complexidade que este processo envolve a imagem e funcionalidade dos mesmos. Françoise Choay defende que o património urbano é mais facilmente adaptável à implantação de pequenos serviços de vizinhança que à implantação do sector terciário de grande dimensão, visto isto trazer para estes centros grande fluxo populacional durante o dia, assim como, grande afluência de automóveis, que foram grandes impulsionares da expansão da cidade.

Uma outra hipótese de estratégia de perpetuação do património é, entre outras, o *zonamento* de tradições como é defendido por Menezes²⁷ dado como exemplo o Bairro da Mouraria em Lisboa. A autora defende o, já referido, zonamento assim

26 CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 233

27 MENEZES, Marluci: “O “re” em questão: as “con”tradições socioculturais da reabilitação urbana”, Núcleo de Ecologia Social (NESO) / Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2003

como a minimização da heterogeneidade cultural e a valorização patrimonial preferindo umas parcelas em relação a outras mas “considerando o bairro como um *todo* homogéneo. Dever-se-á mencionar que cada entidade camarária, cada político, cada economista, urbanista, historiador, necessitam de definir a sua estratégia de abordagem à valorização do património visto que não é um uma estrada de sentido único e há vários caminhos a seguir dependendo do seu objectivo.

2.5 Clarificação de conceitos

Percebendo que os conjuntos urbanos são o espelho de toda a complexidade de acções de perpetuação dos mesmos, temos aqui, então, um esclarecimentos de conceitos usualmente usados para referir os vários tipos de acção de intervenção de quem pretende fazer algo pelo património urbano.

Renovação urbana: envolve intervenção de larga escala de carácter morfológico, de demolição dos edifícios e substituição destes por construções novas, substituição e instalação de novas actividades económicas, residentes ou turistas. Reocupação das zonas centrais pelas actividades de serviço, do sector financeiro e escritórios, e por residência de elevado valor financeiro, desviando os habitantes das classes médias e actividades de sectores com fraca capacidade económica para as zonas mais periféricas.

Reabilitação urbana: é readaptação do tecido urbano, procura a reabilitação dos edifícios em termos de habitabilidade, qualidade de habitação, serviços e instalações, isolamento térmico e acústico, bem como construção como construção de novos equipamentos – melhoria da paisagem urbana (elementos de visibilidade – fachadas e espaços de transição). Preocupação em preservar património histórico e arquitectónico, manter a população no centro das cidades.

Requalificação urbana: é a valorização de novas capacidades infra-estruturais (e imobiliárias), operações selectivas de “estética urbana”, como tentativa para melhorar as condições de vida das populações; reintroduzir qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade através de construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e promoção de valorização de espaço público; promoção da competitividade urbana – produção de ícones para modificar a imagem da cidade e do aumento da oferta imobiliária; estabelecer novos padrões de organização e utilização dos territórios a nível económico, cultural, social e paisagístico.

Regeneração urbana – resolução dos problemas urbanos que se reflecta nas condições económicas sociais e ambientais; articular as relações entre degradação física e funcional, fragilidade económica, vulnerabilidade social e segregação urbana; em locais onde existem terrenos /edifícios abandonados.

Revitalização urbana – integração dos vários tipos de intervenção, assenta num processo de planeamento estratégico, a médio e longo prazo, abarcando todo um conjunto de dimensões, os quais deverão interagir entre si. Tem como objectivo uma melhoria global do tecido urbano, procurando incidir sobre quatro níveis: território, ambiente e mobilidade; qualidade de vida, coesão social e bem-estar, competitividade, conhecimento e inovação; cultura e lazer urbanos.

2.6 Mercado, marketing, estratégias

Numa ânsia de reconhecimento, há, então, um mediatismo à volta das cidades históricas e seus monumentos para onde iluminação, festivais, passeios públicos, mobiliário urbano de outras épocas, mas também cafés, galerias de arte, restaurantes contribuem na sua imagem mediática para cativar turistas e distinguir cada cidade para a criação de uma identidade.

É necessário ter em atenção que esta nova indústria cultural significa a

sobrevivência de uma cidade e o seu futuro económico, visto que se criou “um mercado internacional dos centros e dos bairros antigos”²⁸ que pode por em causa o estilo de vida das classes não privilegiadas que habitam nestes centros. Também é preciso ter em atenção que o excesso de turismo e aproveitamento dos monumentos e conjuntos urbanos históricos pode por em causa o estado desses mesmos e que se perderão elementos essenciais à sua identidade.

Numa altura com tanta informação e acesso à mesma, onde são partilhados os mais diversos pontos de vista de todos os campos, onde basta *clickar* em mais um *link* para mais uma opinião e informação sobre determinado assunto, são necessários guias, sejam estes espirituais, religiosos, gurus da moda, gestores económicos, etc., e onde o mercado está na ordem do dia e é a base de tudo o que queremos alcançar e sonhamos, acabamos por ser vítimas de um marketing e branding abundantes onde se chega ao ponto de publicitar “estilos de vida” em vez de produtos e as suas qualidades, vendem-se sonhos e experiências, a tradução de um mundo de símbolos e de imaginário social pois “quase toda a nossa existência está colonizada pelas marcas e pelo mercado”²⁹ e são hoje em dia sinónimo de qualidade de vida que uns querem alcançar e outros querem manter. É dada uma maior valorização ao sector de marketing do que propriamente ao da produção do produto, mais uma vez realçando a ideia que vendem *sonhos e expectativas*. Há uns anos atrás a publicidade destinava-se quase exclusivamente às actividades comerciais, hoje em dia a publicidade tem um papel, possivelmente demasiado, essencial visto que política, mercado, cultura estão dependentes da mesma, com *lobbying*, grupos de pressão que mais uma vez promovem representações da realidade que lhes são favoráveis, imagens, estilos e ideais de vida.

Compreendendo isto e toda uma valorização dos centros históricos, o mercado imobiliário nestas áreas sofre uma grande inflação por vender a ideia de “viver no

28 CHOAY, Françoise: *ob. cit.*, pág. 241

29 LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean: *ob. cit.*, pág. 72

presente, habitando o passado” e todo o estatuto que isso implica. Dirigindo a oferta imobiliária para classes sociais mais abastadas, o comércio acompanha também esta tendência, o que pode prejudicar directamente os primeiros habitantes destas áreas. Viver no centro histórico em imóveis com conforto mas também com características do passado, mesmo que falsas, torna-se *fashion* mas se os preços se tornam extremamente elevados, estas áreas podem tornar-se em antigo centro histórico, com oferta imobiliária topo de gama e vazios. Mais uma vez se nota a complexidade da questão e é necessário arranjar estratégias que compreendam os conjuntos urbanos como seres vivos, com residentes e dinâmicas próprias e não como museus ou lojas Louis Vuitton, contudo de acordo com Nuno Portas, “o valor residencial dos bairros antigos tem de ser defendido sem que as camadas modestas que os habitam sejam as vítimas da recuperação, em vez de serem as primeiras beneficiadas”.³⁰ Entidades públicas devem andar lado a lado das intenções privadas para uma melhor organização e estratégia.

Estas estratégias devem ser discutidas pelos vários intervenientes com os seus diversos pontos de vista para uma melhor abordagem ao tema, tendo sempre em conta as características-chave e tradições dos conjuntos urbanos em questão, não esquecer que o funcionamento do mercado e pensar na cidade também na cidade onde se inserem relembrando a sua complexidade.

Ao falar de “histeria do património”,³¹ falamos numa atitude de considerar tudo património, num receio pela “morte” de algo, de um afastamento da nossa génese, o querer guardar e conservar tudo, bens materiais e simbólicos, sem questionar o seu valor, utilidade e significado ou mesmo dando a tudo valor e simbolismo, o que

30 PORTAS, NUNO: “Velhos Centro Vida Nova” de 1981 in *Os Tempos das Formas, vol.I: A Cidade Feita e Refeita*, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005, pág. 163

31 PEIXOTO, Paulo: “Os meios rurais e a descoberta do património” – comunicação apresentada na actividade “Conversas à volta das estrelas”, Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998

no seu extremo poderá ser equiparado ao Síndrome de Diógenes.³² Vemos que essa histeria do património se traduz, na sociedade de hoje, no tempo para o processo de patrimonialização que foi reduzido radicalmente e no “confronto entre um património mais oficial e elitista e um património de objectos vulgares ligados ao quotidiano”.³³



09. Fotografia maquete centro histórico

Os processos de patrimonialização e estratégias de perpetuação inerentes variam de caso para caso, assim como os seus objectivos que podem ter como alvo o turismo, a economia, política e também pessoais, e tendo em conta que estas operações acarretam determinados custos e investimento, pois implica uma lógica de gestão do património, são completados a diferentes escalas daí que cada caso tenha que ser analisado individualmente para aplicação da melhor estratégia possível.

Nos tempos que correm, com o mediatismo e marketing inerentes a todos os

³² doença também conhecida como Acumulação Compulsiva que envolve a aquisição ou colecta de bens ou objectos descartados como lixo, e a incapacidade de usá-los ou descartá-los, mesmo quando os itens são inúteis, perigosos ou insalubres.

³³ PEIXOTO, Paulo: *ob. Cit.*, pág.5

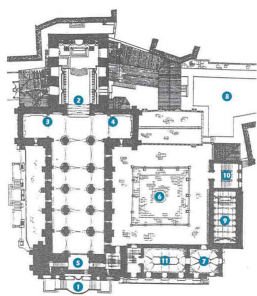
aspectos, observa-se uma queda do significado dos símbolos que passada a sua era histórica e utilização, caem em significados simbólicos, pouco definíveis e abstractos, representações mentais, com a valorização destes em torno de um mercado cujo consumo é dos principais objectivos.

Habitar num espaço com dez séculos de história torna-se equiparável a viver num espaço apenas do século passado, já não é dada a importância ao objecto em si, ao edifício, conjunto urbano, o que for, pois é feita generalização seu significado, desconsiderando factores históricos e técnicos, visto que a heterogeneidade dos territórios faz parte de uma estratégia de processos de patrimonialização. Com a referida generalização e a reinvenção constante do passado, a memória colectiva perde-se e reconfigura-se, pronta para provocar emoções. Zonamento, emblematização, glocalização, museificação, heterogeneização, iluminação, reutilização, requalificação, etc. são tudo hipóteses e estratégias de resolução para o problema do passado, deixado em aberto, para ser reordenado no presente.

2.7 Fichas

Seguidamente, são feitas fichas de exemplos de “monumentos” e um breve comentário para um melhor entendimento do que foi referido anteriormente, com o acompanhamento da sua cronologia, será mais fácil identificar a que período e por que pensamento se guiaram as acções de preservação; no entanto, é necessário ter em conta que Portugal sempre esteve atrasado alguns anos, comparativamente com o resto da Europa.

Sé do Porto *



10. Planta Sé do Porto



11. Vista geral



12. Claustro

Utilização inicial: religiosa

Propriedade: pública, estatal

Arquitectura românica, gótica, maneirista e barroca.

Utilização actual: religiosa (sé) e cultural (museu)

Época de construção: séc. 12 a 20

Cronologia de intervenções:

1927 - **demolição** da empena e da casa do sineiro entre as torres, de parede, alvenaria sobre nave central, escada de pedra, telhado nave central; **construção** pavimento de betão armado.

1931 - reparação das fachadas, e **reconstrução** parcial de um gigante; **reparação** do presépio; **consolidação** do pórtico principal.

1933 - é posta a descoberto janela geminada do claustro gótico; **reconstrução** de colunelos.

1934 - **apeamento** de seis altares das naves laterais.

1936 - **reconstrução** de gigantes primitivos; Naves: **construção** de colunas e colunelos.

1937 - Nave: **construção** de colunas e colunelos, lajeado em pavimentos térreos; **apeamento** da armação do telhado da capela-mor, endireitamento da abóbada.

1939 - **apeamento** e **reconstrução** de paredes, construção de escada.

Anos 40 – **demolição** de várias casas para construir terreiro à volta da Sé

1944 - **modificação** das sete portas da varanda da Casa do Cabido e anexo;

1946 - Sacristia do Cabido: **apeamento** do terço terminal da abóbada, **apeamento** das paredes voltadas ao claustro velho, **reconstrução** da metade superior do gigante do corpo ligado à casa do tesouro, e da abóbada; Galilé: arranjo das abóbada e **impermeabilização** do seu extradorso.

1951 - Rosácea: desmonte, reconstrução e assentamento de vitrais; instalação de pára-raios.

1954 - obras de **conservação** na sacristia paroquial e corredor de entrada.

1962 - Capela-mor: obras de **conservação** e **tratamento** das paredes envolventes.

1963 - **montagem** de instalação eléctrica.

1970 - iluminação nas zonas de acesso;

1981 - obras de **conservação** na Capela de São Vicente e na Sala do Capítulo;

1983 - **substituição** da cobertura da sacristia paroquial, **colocação** de portal metálico no acesso ao claustro velho.

1984 - **renovação** da estrutura das coberturas da Capela do Santíssimo Sacramento, obras de **renovação** da cobertura da sacristia paroquial; **arranjo** das fachadas até à altura de 3 m.

1993 a 1996 - instalação do museu

1999 a 2001 - obras na Capela de Nossa Senhora da Piedade

1999 a 2002 - **estudo** histórico e arqueológico da Sé;

2000 - **manutenção** das portas do claustro gótico, e das portas interiores da escada barroca.

2001 - **diagnóstico** sobre o estado de conservação da pedra do claustro gótico, estabilidade estrutural, estado da pedra, madeira, instalação de sistema de afastamento de pombos no claustro gótico;

2002 a 2004 - **recuperação** das torres, coberturas e fachadas; **conservação** e restauro da porta interior.

2004 - substituição do revestimento em estuque do tecto da escada barroca.

Viollet-le-Duc

John Ruskin, Camillo Boito, Carta venezia

* informação do site www.monumentos.pt em 25.03.2011

Este edifício religioso sofreu várias transformações e adições mas o trabalho de preservação, restauro, conservação foi bastante dispar ao longo dos tempos seguindo as várias opiniões teóricas já referidas.

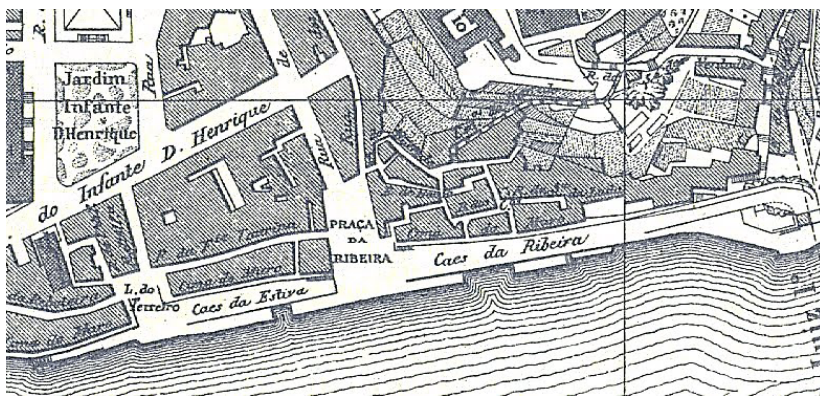
Aproximadamente até 1946, primeiros anos do Estado Novo, seguiu-se uma política vocacionada para o restauro – foi então que se registaram as mais profundas transformações do monumento, pois procurava-se recuperar o seu “estado primitivo”, o seu ar de igreja coeva da Formação da Pátria e da Nacionalidade. O aspecto de “igreja-fortaleza” veio de um objectivo de recuperar a imagem original, ou o que se imaginava que era a sua imagem original. Procurou-se principalmente anular todas as transformações efectuadas do período barroco, eliminar os seus vestígios. Conseguimos observar isso pelo emprego repetido dos termos a **laranja**: demolição, construção, apeamento, modificação. Segue então uma teoria de intervenção na linha de Viollet-le-Duc, que apoia que se ofereça aos edifícios a “perfeição” que lhes falta.

A partir desta data nota-se o seguimento de uma linha de intervenção de John Ruskin, com o objectivo de conservar o edifício como ele se encontra, uma vez que se encontra já restaurado. Aqui encontramos termos a **azul** como: conservação, manutenção, substituição, restauro, reparação. São também iniciados trabalhos de recolha de informação, estudos históricos, arqueológicos e estruturais como defendida nos congressos internacionais e antes por vários teóricos.

A iluminação do edifício à noite fez parte duma estratégia de cariz cenográfico como aos demais monumentos da cidade.

A Sé do Porto, que recebe cerca de 500 mil pessoas anualmente, tornou-se também elemento da indústria cultural, segundo o notícia do Jornal de Notícias de 25.03.2011 ir-se-ão efectuar obras de reestruturação para maior acessibilidade do Tesouro e Claustro Velho. Como declara Arnaldo Pinho, presidente do Cabido Portucalense, ao jornal “vai permitir uma melhoria do património e do aspecto cultura, porque a sé não é apenas um local de culto, mas também de cultura.”

Ribeira / Barredo | Renovação Urbana *



13. zona Ribeira/Barredo na Planta do Porto de 1892 de Augusto Geraldês Telles Ferreira



14. Praça da Ribeira antes e depois da intervenção do CRUARB

Características gerais da área inicialmente existente:

Espaços abertos assim como áreas verdes são escassas, ruas marcadamente medievais – rede irregular de avenidas estreitas e escadas sinuosas com menos de 2m de largura, excepção é a zona ampla junto ao rio da Praça da Ribeira

Casas com fachadas do séc. XVIII ou XIX mas o seu interior é anterior, junto ao rio com 4 ou 5 andares mas mais para dentro, só de 2 ou 3. O piso térreo ocupado com comércio, armazém ou produção. A única característica comum das casas é a sua degradação.

Em suma, zona com grandes construções, ambiente degradado com pouco espaço e casas muito deterioradas onde viviam muitas pessoas com o mínimo de instalações.

Objectivos da Renovação - providenciar melhor habitação, conservação arquitectónica e renovação cultural

Cronologia das intervenções:

1765 – construída Rua de São João para melhor acesso aos cais

Fim séc. XVIII – alargamento da Praça da Ribeira para imitar Praça do Comércio, Lisboa

Até industrialização, fim séc. XIX – bairro com status elevado e juntamente com Praça da Ribeira formava o centro do comércio

Após industrialização, fim séc. XIX – construção da Ponte D. Luís I e mudança do centro comercial para parte superior (zona Aliados), transportes alteraram o seu carácter, progressiva degradação da habitação e do meio, começa a ser ponto de atracção para imigrantes rurais o que levou a uma subdivisão das habitações, deterioração da área

1880 / 1886 – construção da Ponte D. Luís I e mudança do centro comercial para parte superior (zona Aliados)

1962 – Robert Auzelle produz o Plano Director da Cidade que não é seguido

1971 – densidade média de população no resto da Cidade é 76 por hectare, na zona Ribeira / Barredo é 422 por hectare

1974 – Criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira / Barredo (CRUARB)

1975, Fevereiro – CRUARB inicia o seu trabalho, 480 famílias das 750 aceitaram mudar-se para as torres do Aleixo

1978, Setembro – 93 apartamentos completos e 33 em processo

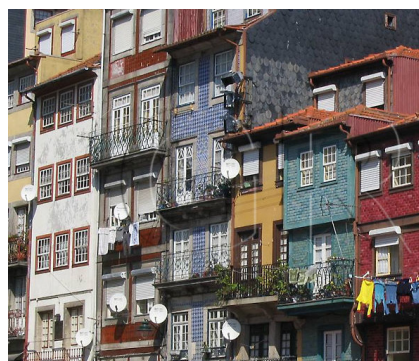
1991 – Centro Histórico do Porto considerado Património Cultural da Humanidade

1996 – Passa a incluir a área ribeirinha entre a Ponte D. Luís I e Alfândega Nova

* dados de WILLIAMS, Allan: *Conservation Planning in Oporto, an integrated approach in the Ribeira-Barredo*, 1980

O CRUARB era um comissariado, uma espécie de agência governamental usada a partir de 1974 para resolver problemas que as Câmaras não resolviam por ineficácia e o seu objectivo era providenciar melhor habitação, conservação arquitectónica e renovação cultural. Seguindo os princípios da “Carta de Veneza”, o CRUARB entendia o Centro Histórico com um valor patrimonial global que incluía, para além de valores históricos, arquitectónicos e estéticos, também uma realidade social e cultural, revaloriza o edificado anónimo para além dos monumentos consagrados e procura intervir na habitação, comércio, serviços e espaço público. Um modo de proteger e enobrecer o espaço urbano patrimonializado é feito através da restrição do acesso automóvel e tornando alguns arruamentos pedonais.

Considerando a importância do turismo como uma indústria e o proveito monetário que daí advém esta área considerada turística e pitoresca e de importância cultura ter sido escolhida mais rapidamente para intervenção que outras áreas em pior situação embora também se tivesse tido em conta as fracas condições de habitabilidade dos edifícios.



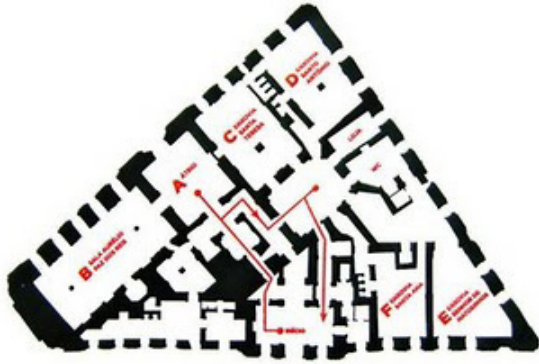
15. casas Ribeira/Barredo

A escolha de mais de metade dos habitantes se mudarem para as novas torres do Aleixo, ajudou à intervenção nesta área visto que não seria possível solucionar o problema da superlotação. Deu ao projecto margem de manobra para o esvaziamento do edificado enquanto se efectuavam as obras de renovação.

Um dos grandes problemas que enfrentaram foi o dos donos que não mostraram interesse em reparar e melhorar as suas casas. Por causa destes factores, a medida necessária a tomar foi a compra dos edifícios, quando não se entrava em acordo com os proprietários exerciam os poderes legais de expropriação segundo o Decreto de Lei 273-C/75.

Um dos aspectos mais criticados do CRUARB e o seu trabalho foi o tempo demorado que demora esta renovação e os poucos resultados apresentado.

Cadeia da Relação do Porto *



16. Planta Cadeia da Relação

Utilização Inicial – Judicial: cadeia

Utilização Actual – Cultural e científico:
arquivo, centro de exposições e biblioteca



17. Fotografia Cadeia da Relação

Propriedade – Pública: estatal

Época de construção – Século 18 / 20

Cronologia das intervenções:

1583 / 1603 - Filipe II de Espanha criava a Relação do Porto;

1608 - conclusão da obra desse

1630, cerca de - segundo a tradição este primeiro edifício teria ardido devido a fogo posto;

séc. 17, 2ª metade - da sua reconstrução resultaria o edifício do Tribunal da Relação e Cadeia

1750, Março - contrato demolição da Cadeia e construção de nova em função de planta de Nicolau Nasoni

1755 a 1760 – Elaboração de um novo projecto para a nova Cadeia, pelo Eng. e Arq. Eugénio dos Santos de Carvalho substituindo o projecto de Nicolau Nasoni

1765 - lançamento da primeira pedra para a construção de um novo Tribunal da Relação e Cadeia;

1796 - conclusão da obra

1843 - publicação do Regulamento Provisório da Polícia das Cadeias

1972 - pela Portaria n.º 374/72, de 7 de Julho (MJ), a Cadeia Civil do Porto adquire a designação de Estabelecimento Prisional do Porto;

1989, Dezembro - foi adjudicado ao Arquitecto Humberto Vieira e ao GOP, o projecto Recuperação e Remodelação do Edifício da Antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto;

1991, Setembro - apresentada a candidatura desta obra ao PRODiatec, no âmbito da qual foram executadas obras de recuperação e consolidação em todo o edifício

1933 – o edifício é classificado como “Imóvel de Interesse Público”

1940 – destruição da Clarabóia do Átrio do Tribunal, restauro da fonte

1948 – remodelação total das coberturas e reforço estrutural das fachadas

1974 a 1987 – abandono e degradação profunda do edifício. Torna-se residência de retornados das ex-colónias e albergue de ciganos.

1987 a 1996 – recuperação promovida pelo IPPC, posteriormente IPPAR, do edifício sem uso definido, projecto de recuperação e conservação adjudicado ao Arq. Humberto Vieira e ao Gabinete de Organização e Projectos, Lda

1996 – restauro das coberturas pelo IPPAR

1997 – recuperação da Sala do Tribunal, instala-se no edifício o Centro Português de Fotografia;

2000 e 2001 – recuperação de todos os espaços para o CPF, o Museu Camiliano e Cafetaria com projecto de Eduardo Souto Moura e Humberto Vieira.

2001 - ficou concluído o processo de instalação do Centro e abre as portas

* dados de CUNHA, Alexandra Manuel Marques de Sá Cunha: *Antigo Edifício da Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, a sua Transformação no Tempo*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, docente acompanhante: António Madureira, FAUP, 2005

A Cadeia da Relação sofreu várias alterações, recuperações e remodelações por parte de múltiplos intervenientes pelos mais variados motivos como incêndio, adaptação a novos regulamentos das Polícias e Cadeias e questões de salubridade.

A intervenção de que é mais importante salientar para este estudo é a adaptação da antiga Cadeira da Relação a Instituto Português da Fotografia baseada no projecto de equipa coordenado pelo arquitecto Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira.



18. Centro Português de Fotografia

É realçado o ideal da Carta de Atenas em 1931 que afirma que “a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afectação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios” e também seguindo a lógica de Otto Wagner quando diz que “os monumentos arquitectónicos não devem ser restaurados ou preservados [seguindo o pensamento anti restauro de Ruskin], mas quando são úteis para novos programas e são exigidas adaptações e/ou adições, devem ser realizadas com um conteúdo artístico que participa no estilo contemporâneo [procurando sempre uma coerência no edifícios existente].”

Aqui apercebe-se a preocupação de dar um novo uso ao edifício e não o deixar cair em ruína e desuso, ideal expresso na Carta de Atenas que afirma que “a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação e função útil a uma sociedade” para justificar as obras de restauro e conservação não o incluindo no modelo de rentabilização da cultura embora sendo um espaço de cultura.

Casa na Rua da Bandeirinha *



19. interior



20. jardim logradouro



21. fachada tardoz

Localização – Rua da Bandeirinha, 76, Miragaia, Porto

Arquitectura – António Portugal e Manuel Maria Reis

Cliente – António Portugal e Manuel Reis

Início do projecto – 1996

Início da obra – 1997

Conclusão da obra – 1999

Dimensões - Construção preexistente com 10m de frente e uma profundidade média de 18m, lote com 54m de profundidade - dimensão invulgar

Características gerais da preexistência - Alçado posterior nada característico destas construções onde, para além de não existir o típico volume vertical dos quartos de banho e as varandas, se verifica um recorte excêntrico no seu remate junto à cobertura (influência holandesa); construção que sofreu ao longo dos séculos várias intervenções e modificações mas estas seguiram sempre o modelo tradicional mantendo linguagem de alçados.

Construída no início do século XIX, com influências estrangeiras. Ocupada por várias famílias ao longo dos anos, sofreu um incêndio que apenas deixa as paredes exteriores em bom estado.

Programa – Criação de um escritório de trabalho e duas habitações para os arquitectos e suas respectivas famílias: piso 1 como zona de trabalho com escritório e sala de reuniões, estacionamento no logradouro no piso 1e jardim em patamar no piso 2 que comunicam por estrutura metálica, habitação nos pisos seguintes. Introdução de mais um piso que na edificio já existente, visto não haver telhado. Manutenção da preexistência apenas se cinge aos alçados.

* dados de CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e: *Reabitar no Porto*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, docente acompanhante: Nuno Valentim, FAUP, 2008

Este projecto de reabilitação de um edifício de habitação acaba por ser sui generis pelo estado em que se encontrava a preexistência pois após um incêndio apenas ficaram as paredes exteriores o que facilitou bastante o desenho dos novos interiores.

Este projecto de reabilitação de um edifício de habitação acaba por ser sui generis pelo estado em que se encontrava a preexistência pois após um incêndio apenas ficaram as paredes exteriores o que facilitou bastante o desenho dos novos interiores.

É feita uma abordagem muito corrente sobre o projecto. A inclusão no programa de um escritório atelier e habitação dos próprios. Visto que os clientes e projectistas são arquitectos e profissionais liberais encontraram nesta casa a hipótese de incluir no projecto todos estes requisitos programáticos assim como é resolvido também a questão de estacionamento, muito escasso nesta área, aproveitando o logradouro e desníveis próprios do terreno conseguindo manter uma zona ajardinada a outra cota.

Apenas foram mantidas, por também serem as únicas preexistências, as fachadas das casas embora com algumas adaptações.

O desejo dos arquitectos era o de escritório e habitação numa zona histórica para um maior desenvolvimento e reabilitação da área do centro do Porto.



capítulo 3. O caso do centro do Porto

Neste capítulo é feita uma análise dos conteúdos obtidos através da elaboração de um inquérito. O inquérito contava como público-alvo quem gostaria de viver ou já vive na Baixa do Porto e foram inquiridas 200 pessoas, e o seu objectivo era perceber o que se valoriza e idealiza nesta área e também numa habitação, uma casa na Baixa, também perceber o que impede e atrasa a movimentação das pessoas para esta zona visto o seu interesse, já demonstrado.

É feita uma análise directa de cada pergunta, que podemos encontrar no anexo 1.

O primeiro passo, ao analisar os resultados, foi tentar encontrar uma resposta-padrão em todo o questionário nas perguntas objectivas (questões que não são de resposta aberta) mas isso revelou-se impossível, visto isto, e como não tínhamos disponíveis ferramentas estatísticas precisas, as perguntas são “analisadas” por associações e critérios escolhidos.

Na segunda parte deste capítulo é feita uma aproximação a projectos de reabilitação que têm vindo a ser feitos para uma melhor percepção da existência de várias abordagens e resoluções do tema.

3.1 Análise do inquérito

Iremos lidar apenas com duas questões pela sua adequação à problemática da dissertação.

Porquê viver na Baixa do Porto?

O que valoriza / idealiza numa casa na Baixa?

Usando como ponto de partida estas questões iremos tentar definir conceitos vagos como *passado histórico*, *carácter cultural*, *charme*, *carácter da rua* e estudar as suas associações com outros elementos ou mesmo entre eles, e propor hipóteses para ver se se confirmam ou não.

Com base neste estudo, é feita uma análise das várias contradições encontradas.

Poder-se-iam ter colocado as mais variadas questões e a conjugação dos factores

ser diferente e levada à exaustão, contudo foram exploradas apenas estas questões pela sua pertinência para o trabalho, as restantes poderão ser trabalhadas posteriormente através da mesma base de dados.

Note-se que apenas algumas perguntas do inquérito foram mais exploradas pela sua pertinência no assunto mas todas as respostas, assim como as perguntas e elaboração do inquérito, poderão ser lidas em anexo.

De salientar que as percentagens apresentadas se encontram arredondadas para 0 números decimais.

Porquê viver na Baixa do Porto?

Para melhor entender as representações, imagens acerca desta zona da cidade, a pergunta “Porquê viver na Baixa do Porto” é a que melhor ilustra esta questão. É necessário salientar que cada inquirido poderia escolher várias opções e não apenas uma se assim o desejasse.

Tabela 1 – Porquê viver na Baixa do Porto

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	11	2	4	3	15	2
proximidade do trabalho	8	6	27	6	10	7	45	6
economicamente viável	7	6	19	4	8	5	34	4
sentimento vizinhança	11	9	38	8	9	6	58	8
noite / lazer	14	11	51	10	13	9	78	10
passado histórico	18	14	76	16	20	14	114	15
acessibilidades (transportes públicos)	11	9	63	13	17	12	91	12
carácter cultural	19	15	85	17	26	18	130	17
charme	15	12	54	11	18	12	87	11
comércio de proximidade	17	13	55	11	18	12	90	12
outros*	6	5	11	2	3	2	20	3
TOTAL	126	100	490	100	146	100	762	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

* a tabela com os elementos referidos como *outros* pode ser encontrada no anexo 1

Aplicou-se a esta questão a procura de resposta-tipo mas não foi encontrada nenhuma.

Veja-se que a opção mais escolhida é o *carácter cultural* e logo a seguir o *passado histórico*, embora muito se fale da *moda*, fenómeno do retorno ao centro, esta opção é a menos escolhida, apenas com 2% dos inquiridos. Com grande frequência aparecem também as hipóteses de *comércio de proximidade* (12%) e *charme* (11%).

Ao observar esta tabela percebe-se, também, que não há grande diferença entre as escolhas e razões de ir viver para a Baixa, quer seja por quem já reside na área quer por quem gostaria de o fazer, apenas pequenas diferenças mas não suficientemente pertinentes para se salientarem.

Podemos dividir as razões facultadas no questão em dois grupos, um mais objectivo que compreende *proximidade do trabalho*, *economicamente viável*, *noite/lazer*, *acessibilidades* e *comércio de proximidade*; e um outro mais subjectivo que compreende por sua vez *moda*, *sentimento de vizinhança*, *passado histórico*, *carácter cultural* e *charme*. Vemos que há um equilíbrio entre os dois grupos e visto, também, que há uma maior ocorrência das opções de *passado histórico* e *carácter cultural*, e a subjectividade da significação de *charme* é feita uma procura por uma, se possível, maior objectividade, que se encontra mais à frente neste capítulo.

O que valoriza / idealiza numa casa na Baixa?

Tabela 2 – O que valoriza numa casa na Baixa

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
jardim	14	15	42	9	22	15	78	11
vista	15	16	78	17	25	16	118	17
pé direito	8	9	48	11	16	9	72	11
nº divisões	6	7	34	7	12	7	52	8
qualidade da cozinha	1	1	25	6	11	1	37	5
qualidade dos WC	1	1	29	6	6	1	36	5
orientação solar	13	14	65	14	12	14	90	13
carácter da rua	22	24	91	20	14	24	127	19
elementos arquitectónicos característicos	8	9	38	8	14	9	60	9
outros*	4	4	11	2	0	4	15	2
TOTAL	92	100	461	100	132	100	685	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

* a tabela com os elementos referidos como *elementos arquitectónicos característicos* assim como *outros* pode ser encontrada no anexo 1

Nesta questão podemos também separar as opções em dois grupos, um voltado para o exterior da habitação que compreende: *jardim*, *vista*, *carácter da rua*; e o outro, direccionado para o interior: *pé direito*, *nº divisões*, *qualidade da cozinha*, *qualidade dos WC* e *elementos arquitectónicos característicos*. Veja-se que *elementos arquitectónicos característicos* poderão ser exteriores ou interiores mas como estamos a considerar interior, tudo o que esteja voltado para a habitação em si, decidimos enquadrar neste último grupo.

A informação desta tabela transmite alguma informação sobre o que possíveis futuros moradores ou já moradores da Baixa privilegiam ao escolher a sua habitação e este levantamento que quase 20% dos inquiridos escolhem o factor *carácter de rua* e em segundo grau de preferência a *vista* mas mais uma vez nenhum elemento se

sobrepôs a outro de maneira relevante.

A grande diferença que podemos apontar entre os já residentes e quem gostaria, mas ainda não reside na baixa do Porto é o facto de quem já vive valorizar apenas mais 4% o carácter da rua e também 4% mais o elemento *jardim*. De salientar é que apenas 9% de todos os inquiridos (9% quem já vive, 8% quem não vive) consideram valorizador ou idealizam para a sua casa *elementos arquitectónicos característicos*, pois como *passado histórico* é uma das razões para viver nesta área do Porto, seria de esperar (ou não) que os elementos arquitectónicos do passado fossem importantes, mas isto é uma questão que iremos abordar mais à frente.

Ao propor a questão “o que se valoriza mais? os *elementos característicos arquitectónicos* e *pé direito* (características do interior da casa) ou o *carácter da rua* e *vista* (características exteriores à casa)” percebemos que as características exteriores, do sítio, são muito mais relevantes para os inquiridos na escolha da casa visto estes serem as hipóteses mais escolhidas. Contudo, quem ainda não vive na Baixa demonstra maior interesse nas características interiores da casa do que quem já aí habita.

A esta pergunta também se aplicou a procura de resposta-tipo e mais uma vez não se apurou nenhuma.

Na análise desta tabela e de futuros resultados haverá sempre um lado interpretativo, visto não ser possível saber as motivações de cada inquirido. Assim, foram associados significados a cada elemento.

Vista – embora envolva elementos interiores (janelas) pressupõe-se sempre um olhar para fora, para o exterior. Quando se afirma “casa com vista”, o objectivo será a observação de um panorama como se de uma fotografia se tratasse, um enquadramento de algo pitoresco; trata-se de imagens, querer uma certa imagem (do rio, da cidade, do campo) na sua casa., é um contacto mais indirecto com a cidade.

Jardim – Há quem diga que o miolo dos quarteirões da cidade do Porto são o paraíso por descobrir da cidade, este elemento pressupõe um recolhimento da cidade,

uma abstracção e uma vontade de um espaço privado exterior.

Pé direito – na casa típica da cidade do Porto observa-se a existência de pé direito elevado, vistas as características da arquitectura da época, por isso muitas vezes este elemento será associado a *elementos arquitectónicos característicos* que como podemos ver (anexo 1) se traduz em elementos como *fachada, azulejos, cantaria*, etc.

Nº divisões, qualidade cozinha, qualidade de WC – demonstram um ponto de vista mais pragmático do ponto de vista da habitação, embora quem pretenda reabilitar não se preocupe com estes aspectos uma vez que dependem do projecto que efectuarão.

Carácter da rua – pela sua pouca definição de significado, este atributo irá ser estudado mais adiante neste capítulo.

Tabela 3 - modalidades de compra de habitação

	N	%
arrendar	122	52
comprar	111	48
TOTAL	233	100

Não há distinção entre o *arrendar* e *comprar* que pode ser traduzido pelos termos “usar” e “ter” .

3.1.1 Passado histórico

Visto que *passado histórico* foi uma das razões mais escolhidas e é um conceito extremamente vago, é necessária uma busca da sua significação para os inquiridos, uma resposta para a pergunta “o que é o *passado histórico*?”.

Uma vez que esta é uma zona histórica onde poderão ser criadas imagens-padrão e comportamentos-padrão sobre as escolhas de cada um, achamos necessário debruçarmo-nos sobre esta mesma com o objectivo de avaliar e analisar resultados para um melhor entendimento do que é considerado *passado histórico*.

Tabela 4 - zona preferida de quem escolhe *passado histórico*

	N	%	% rel.
Zona A	26	31	34
Zona B	10	12	36
Zona C	3	4	15
Zona D	23	27	53
Zona E	17	20	81
Zona F	5	6	56
TOTAL	84	100	42

Nesta tabela vemos que a zona E e F e parte da D, que compõem o centro histórico do Porto obtém uma maior percentagem (81%, 56% e 53% respectivamente), as respostas dos inquiridos revelam-se assim coerentes com as suas outras escolhas.

Apesar de a zona E e F e parte da D estarem incluídas no perímetro do centro histórico, vemos que a determinação das zonas, os lugares, não possuem relevância alguma pois a parte generaliza-se pelo todo, a imagem do centro histórico globaliza-se por áreas cujos limites são interpretados por cada um. O *passado histórico* não se confina, faz parte da idealização das pessoas, passa a ser representativo, a imagem a que associam o centro do Porto.

Tabela 5 - razões de viver na Baixa de quem escolhe *passado histórico*

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	8	3	0	0	8	2
Prox. do trabalho	4	5	18	7	4	6	26	6
economicamente viável	4	5	10	4	2	3	16	4
sentimento vizinhança	8	10	23	9	6	9	37	9
noite / lazer	10	13	31	12	9	14	50	13
acessibilidades	10	13	38	15	10	15	58	15
carácter cultural	13	16	58	23	15	23	86	22
charme	13	17	33	13	10	15	56	14
comércio de prox.	13	17	29	12	10	15	52	13
outros	3	4	6	2	0	0	9	2
TOTAL	78	100	254	100	66	100	398	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Como podemos ver na tabela quem afirma, como uma das razões para viver na Baixa, *passado histórico* valoriza também o *carácter cultural* e *acessibilidades*. De notar que quem já habita no centro do Porto considera mais importante *comércio de proximidade* (5%) do que quem apenas gostaria de se mudar para esta área, ao contrário do que acontece nas escolhas de *carácter cultural*, onde mais 7% das escolhas recaem sobre quem ainda não reside na Baixa comparativamente com os actuais residentes.

Associa-se *passado histórico* a *carácter cultural* por quem não vive na Baixa, falta de pragmatismo e bastante *utopia* (representações). *Charme* é mais escolhido por quem vive, um *je ne sais quois* que viver na baixa transmite, contudo, ainda é preciso perceber o que significa *charme*.

Tabela 6 - outras razões de viver na Baixa de quem escolhe *passado histórico*

	frequência	percentagem
beleza	2	19
centralidade	0	0
repovoamento da baixa	1	9
oportunidade de compra	0	0
arquitectura	0	0
cresci aqui	2	18
urbanidade	1	9
manter centros históricos vivos	1	9
tipologias únicas	2	18
mais vida	1	9
pode-se andar a pé para todo o lado	1	9
paixão pela cidade	0	0
TOTAL	11	100

Há uma grande preocupação com o futuro do centro da Cidade do Porto como se vê pelas respostas de *repovoamento da baixa*, *urbanidade*, *manter centros históricos vivos*, e também *mais vida* que no seu total foram referidas por 4 pessoas em 11 que escolheram esta opção.

A tabela seguinte resulta de uma reflexão sobre os atributos pareceram mais pertinentes para uma análise de associações para perceber o significado de *passado histórico*.

Tabela 7 - combinações entre *passado histórico*, *carácter cultural* e *charme*

	V.		N.	V.	N.	R.	T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 escolhas	5	17	17	13	7	16	29	14
Passado histórico	2	7	10	8	3	7	15	7
Carácter cultural	4	14	14	11	8	18	26	13
Charme	0	0	8	6	3	7	11	5
P. Histórico + C. Cultural	3	10	33	26	7	16	43	22
P. Histórico + Charme	3	10	8	6	2	5	13	7
C. Cultural + Charme	2	7	13	10	5	12	20	10
todas	10	35	25	20	8	19	43	22
TOTAL	29	100	128	100	43	100	200	100

22% afirma a conjugação dos 3 factores, assim como só a de *passado histórico* e *carácter cultural*. Podemos dizer então que *passado histórico* se encontra associado a *carácter cultural* e *charme*, pode ser um caminho para a sua definição embora não esteja ainda definido o significado dos outros elementos.

Quem habita na Baixa afirma que *passado histórico* é uma associação de *carácter cultural* e *charme*, enquanto quem não viva afirma maioritariamente que é apenas associado a *carácter cultural*.

Tabela 8 - o que valoriza numa casa, quem escolhe *passado histórico*

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
jardim	11	16	24	8	9	16	44	11
vista	13	19	50	18	13	23	76	19
pé direito	7	10	30	10	6	11	43	10
nº divisões	5	7	19	7	5	9	29	7
qualidade da cozinha	1	2	16	6	4	7	21	5
qualidade dos WC	1	1	17	6	3	5	21	5
orientação solar	9	13	39	14	4	7	52	13
carácter da rua	15	22	55	19	10	18	80	20
elementos arquitectónicos característicos	5	7	28	10	2	4	35	8
outros	2	3	6	2	0	0	8	2
TOTAL	69	100	284	100	56	100	409	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Das opções oferecidas para resposta a esta pergunta, julgamos haver duas pertinentes e estreitamente ligadas como os *elementos arquitectónicos característicos* que está associada naturalmente ao *pé direito*. Contudo ao observarmos a tabela vemos que essas duas opções somam apenas um total de 18%. De salientar que as maiores escolhas recaem sobre *carácter da rua* e *vista*.

Aqui nota-se a associação de *passado histórico* a *carácter da rua* e *vista*. Este

último elemento poderá associar-se às imagens, paisagem enquadrada como se de um quadro se tratasse, o pitoresco, algo digno de se pintar e ficar “congelado” para eternidade. O *carácter da rua* julga-se por dois lados: o lado prático que envolve um boa ambiente de vizinhança, comércio de proximidade, perfil da rua, ou pelo seu lado mais “romantizado” de aqui considerar o factor pitoresco também.

Apesar da escolha de *passado histórico* isso não reflectiu na *escolha de elementos arquitectónicos característicos* o que pode revelar uma contradição. A valorização da casa na Baixa estará mais relacionada com factores exteriores que interiores.

Tabela 9 - elementos arquitectónicos característicos que valoriza numa casa, quem escolhe *passado histórico*

	Frequência	Percentagem
fachada	5	24
data da arquitectura	2	9
carisma	1	5
pormenores e acabamentos	5	24
azulejos	3	14
varandas	1	5
divisões	3	14
tipologia	1	5
TOTAL	21	100

Será necessário referir que estas opções são de resposta aberta, os inquiridos apenas escolheram *elementos arquitectónicos característicos* e depois especificaram a que se referiam, as suas respostas foram então agrupadas. De notar a preocupação dos inquiridos com a *fachada* (24%) e seus *azulejos* (14%) assim como *pormenores e acabamentos* (24%).

Síntese:

- *passado histórico* não se condiciona a lugares, generaliza-se por uma área cujos limites são subjectivos; generaliza-se pelo todo e este todo faz parte de outro todo
- está intimamente relacionado com *carácter cultural* e *charme*
- *charme* é mais escolhido por quem vive na baixa já
- prevalência das imagens
- vista poderá significar as imagens, o pitoresco, perpetuação de uma imagem
- *carácter da rua*: pode ser bom ambiente de vizinhança ou lado poético das ruas e seu elementos
- *passado histórico* mais traduzido nos factores exteriores à habitação do que nos interiores.

3.1.2 Carácter cultural

Em primeiro dever-se-á clarificar o que se entende por cultura, noção bastante abstracta e subjectiva. Cultura pode passar por significar conhecimentos, hábitos, tradições que se passam de geração em geração, pode ser também considerada pelo seu lado de expressão artística, pode ser o conjunto de conhecimentos e acontecimentos que acontecem numa cidade que estimulam o intelecto. É um conceito tão abrangente e indefinível que apenas podemos ver a que se associa.

Tabela 10 - razões de viver na Baixa de quem escolhe *carácter cultural*

	V.		N. V.		N. R.		T	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	8	3	2	2	10	2
proximidade do trabalho	2	3	17	6	3	4	22	5
economicamente viável	4	6	10	4	4	5	18	4
sentimento vizinhança	7	10	26	9	8	10	41	9
noite / lazer	12	17	36	13	15	18	63	15
passado histórico	13	18	58	21	15	18	86	20
acessibilidades (transportes públicos)	8	11	43	15	11	13	62	14
charme	12	17	38	14	13	15	63	15
comércio de proximidade	10	14	36	13	13	15	59	14
outros	3	4	5	2	0	0	8	2
TOTAL	71	100	277	100	84	100	432	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Nesta tabela podemos observar que 20% das escolhas, de quem também opta por *carácter cultural*, recaem em *passado histórico*. O factor *noite/lazer* é considerado por 15% dos inquiridos e é de notar que quem vive na Baixa valoriza mais do que quem apenas afirma que gostaria de viver no centro do Porto, ao contrário de *passado histórico* que é mais valorizado por quem ainda não vive.

Ao não conseguir uma definição exacta do que significa *carácter cultural*

podemos apenas afirmar que se encontra associado ao *passado histórico*, ao *charme* e às *actividades nocturnas e de lazer*. Tudo isto pode ser uma das significações de cultura.

Foram considerados que os parâmetros para avaliação deste factor seriam: *noite/lazer*, *passado histórico* e *charme* visto a maioria das escolhas recair sobre os mesmos

Tabela 11 - combinação de escolhas quem escolhe *carácter cultural*

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 escolhas	2	10	6	7	3	10	11	8
charme	1	5	7	8	3	11	11	8
passado histórico	1	5	23	27	4	14	28	21
noite/lazer	2	11	8	10	5	18	15	12
noite lazer + charme	1	5	6	7	2	7	9	7
p. histórico + noite lazer	2	11	10	12	3	11	15	11
p. histórico + charme	3	16	13	15	3	11	19	15
todas	7	37	12	14	5	18	24	18
TOTAL	19	100	85	100	28	100	132	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Feita uma combinação e análise dos vários parâmetros observamos assim que apenas 8% dos inquiridos defendem que nenhum destes factores é chave na sua escolha de viver na Baixa do Porto.

É importante salientar que quem habita nesta zona opta pela combinação que abriga todas os factores enquanto que quem não mora no centro da cidade afirma que apenas *passado histórico* se associará à ideia de *carácter cultural*.

Há aqui um confronto entre as escolhas de quem vive e que não vive na Baixa, entre realidade e ficção, onde são valorizadas coisas diferentes na sua associação com a hipótese de *carácter cultural*.

Síntese:

- *carácter cultural* associa-se a *passado histórico, charme e actividades nocturnas e de lazer* – lazer pode ser desde exposições, a workshops, a andar de skate ou bares

- definição é bastante subjectiva e a sua aplicação ao centro do Porto também, tem vários pontos de vista, de residentes e não-residentes, pois associam-na a coisas diferentes. Quem vive associa as características já referidas e quem não vive associa maioritariamente a *passado histórico*.

3.1.3 Charme

Depois de analisados os dados de quem valoriza *passado histórico*, por ser uma das razões mais escolhidas e porque é um assunto bastante em voga, escolhemos estudar um outro também bastante debatido, o factor *charme*, visto que é está associado ao lado “pitoresco” da cidade. *Charme* não tem exactamente um significado definido e a sua definição passa por ser uma qualidade daquilo que atrai, que agrada, seduz e encanta e aqui pretende-se ver a que factores foi também associado.

Tabela 12- zona preferida de quem escolhe *charme*

	N	%	% rel.
Zona A	29	33	38
Zona B	12	14	43
Zona C	7	8	35
Zona D	20	23	47
Zona E	12	14	57
Zona F	7	8	78
TOTAL	87	100	44

O resultado mais relevante é então o da zona F pois 78% dos inquiridos que escolheram esta zona deram como motivo de viver na Baixa o factor *charme*. Nota-se uma diminuição das escolhas deste factor nas áreas A e C mas sendo o mínimo 35%.

Reparamos também que o centro histórico composto pelas zonas D, E e F apresenta as maiores percentagens relativas o que possivelmente reflecte a opinião das pessoas sobre o poder de atracção de um centro histórico.

Contrariamente ao que acontece quando falamos de *passado histórico*, cuja definição não passa por uma territorialização definida, ao falarmos de *charme* vemos uma maior incidência das escolhas nas zonas correspondentes ao centro histórico. Podemos assim associar *charme* a conjuntos urbanos mais específicos, o que agrada e atrai poderá ser o tipicidade do construído de outros tempos.

Tabela 13 - razões de viver na Baixa de quem escolhe *charme*

	V.		N.	V.	N.	R.	T	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	7	4	2	4	9	3
proximidade do trabalho	3	5	11	6	2	4	16	5
economicamente viável	3	5	6	3	2	4	11	4
sentimento vizinhança	7	11	15	8	3	5	25	8
noite / lazer	9	13	23	13	8	14	40	13
passado histórico	13	19	33	18	10	18	56	18
acessibilidades	7	10	26	15	8	14	41	14
carácter cultural	12	18	38	21	13	23	63	21
comércio de proximidade	11	16	20	11	8	14	39	13
outros	2	3	2	1	0	0	4	1
TOTAL	67	100	181	100	56	100	304	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Quem escolhe *charme* como motivo de viver na Baixa valoriza também factores como *passado histórico* e *carácter cultural* com 18% e 21% respectivamente. Reparamos que essas são também as escolhas de quem já vive nessa área assim como *comércio de proximidade*. Já quem gostaria de viver mas não vive, prefere *passado histórico*, *carácter cultural* mas também *acessibilidades*, este último com 15%.

Quem habita na baixa valoriza mais o *comércio de proximidade* do que quem não vive, e que quem não vive valoriza mais *acessibilidades*. Há aqui uma contradição que pode ser explicada por ser diferente a percepção da realidade, *charme* traduzir-se-á de modo diferente para estes diferentes modelos de usufruto do centro.

Tabela 14 - combinações entre *passado histórico*, *carácter cultural* e *charme*

	V.		N.	V.	N.	R.	T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 escolhas	5	17	17	13	7	16	29	14
Passado histórico	2	7	10	8	3	7	15	7
Carácter cultural	4	14	14	11	8	18	26	13
Charme	0	0	8	6	3	7	11	5
P. histórico + C. Cultural	3	10	33	26	7	16	43	22
P. Histórico + Charme	3	10	8	6	2	5	13	7
C. Cultural + Charme	2	7	13	10	5	12	20	10
todas	10	35	25	20	8	19	43	22
TOTAL	29	100	128	100	43	100	200	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Podemos ver que apenas 5% dos inquiridos, escolhem apenas *charme* de entre os 3 factores, encontra-se maioritariamente conjugado com os outros elementos, como se se definissem e justificassem uns aos outros.

Podemos afirmar que a característica que atrai (*charme*) no centro do Porto, centro histórico, é o *passado histórico* e *carácter cultural* que foram abordados anteriormente e por conseguinte não são os elementos e factores mais pragmáticos que prevalecem nas motivações de habitar o centro, mas sim um “ideal” de vida, hoje em dia muito em voga, a chamada da cultura e do passado.

Ao tentar perceber as preferências e escolhas de quem refere *charme* como razão de viver na Baixa, é necessário perceber se há alguma relação com a escolha de elementos e factores de uma casa nesta área.

Tabela 15 - o que valoriza numa casa, quem escolhe *charme*

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
jardim	8	16	16	8	9	14	33	10
vista	9	19	31	14	13	20	53	16
pé direito	5	10	23	11	6	9	34	10
nº divisões	4	8	18	8	7	11	29	9
qualidade da cozinha	1	2	16	8	5	8	22	7
qualidade dos WC	1	2	18	8	5	8	24	7
orientação solar	5	10	27	13	8	12	40	12
carácter da rua	11	23	41	19	10	15	62	19
elementos arquitectónicos característicos	4	8	20	9	2	3	26	8
outros	1	2	5	2	0	0	6	2
TOTAL	49	100	215	100	65	100	329	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Percebemos, então, que elementos como *vista*, *carácter da rua* são os mais escolhidos com 53% e 62%, respectivamente. Valorizando mais elementos exteriores à casa do que os interiores como *pé direito*, *elementos arquitectónicos característicos*, *divisões*, etc., percebemos que *charme* é então algo exterior à casa, na rua, bairro, zona.

Associa-se, assim, *charme* aos elementos exteriores da casa como *jardim*, por parte de quem vive (possível significação de recolhimento dentro da cidade – o paraísos da Baixa encontram-se no miolo dos quarteirões), *vista* como enquadramento duma imagem imobilizada, e *carácter da rua* também por parte de quem já habita o centro da cidade. Mais uma vez a definição de elemento, *charme*, traduz-se no exterior e não no interior da habitação como que o desejo de uma cenarização da cidade e do centro, o imaginar de um “percorrer” ao invés de “estar”.

Síntese:

- maior correspondência ao centro histórico, características específicas do edificado

- *charme* tem representações e significados diferentes para quem vive na baixa e quem apenas gostaria de lá viver pois há diferenças assinaláveis na escolha de razões de viver na baixa.

- *charme* é algo que atrai e seduz, e isso é extremamente subjectivo.

- *charme, passado histórico, carácter cultural* associam-se como vemos novamente, como vimos antes são elementos subjectivos que atraem pessoas ao centro do Porto, é mais um “ideal” de vida vendido, a chamada da cultura e do passado.

- vemos que a sua definição passa pelos elementos exteriores à habitação do que o seu interior – cenarização do centro, viver no centro passa mais por “percorrer” do que “estar”

- *Jardim* – recolhimento; *vista* – enquadramento imagem imobilizada; *carácter da rua* – como pitoresco que, ao contrário da imagem da vista, se pode percorrer

3.1.4 Carácter de rua

Ver a que se associa, o que associam os inquiridos, o carácter de rua visto que é a opção mais escolhida quando falamos em aspectos valorizadores de uma casa na Baixa.

Tabela 16 - razões de viver na Baixa de quem escolhe *carácter da rua*

	V.		N. V.		N. R.		T	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	8	2	2	2	10	2
proximidade do trabalho economicamente viável	7	7	23	6	1	1	31	6
sentimento vizinhança	4	4	17	5	4	5	25	4
noite / lazer	11	11	30	8	7	8	48	9
passado histórico	12	12	39	10	14	16	65	11
acessibilidades	15	14	55	15	10	12	80	14
carácter cultural	9	9	51	13	10	11	70	12
charme	15	15	64	17	18	21	97	17
comércio de proximidade	11	11	41	11	10	11	62	11
outros	13	13	43	11	11	13	67	12
TOTAL	4	4	9	2	0	0	13	2
	101	100	380	100	87	100	568	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

É de notar que vizinhança foi das opções menos escolhidas por quem escolheu *carácter da rua* no que valoriza/idealiza numa casa, possivelmente por causa dos problemas sociais dos já habitantes.

Leva a crer que *carácter da rua* é associado a factores mais subjectivos como *passado histórico* e *carácter cultural* e o único mais pragmático a que pode estar associado é *comércio de proximidade*. Define-se então pela imagem, vendida no postal, História e Cultura são os estandartes deste fenómeno e a tradução das escolhas feitas.

Para uma melhor percepção dos resultados obtidos, escolhemos elementos que, na nossa opinião, estariam mais relacionados com *carácter da rua*. A partir desses elementos abrimos novo campo de estudo com a tabela seguinte e conjugações destes componentes seleccionados.

Tabela 17 - combinações de quem escolhe *carácter da rua*

	V.		N.	V.	N.	R.	T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
nenhum	4	17	6	7	4	19	14	10
só comércio	0	0	6	7	2	10	8	6
só charme	0	0	8	9	2	10	10	7
só vizinhança	1	4	2	2	1	5	4	3
só passado	2	9	10	11	1	5	13	10
passado + comércio	2	9	9	10	0	0	11	8
passado + charme	2	9	12	13	3	14	17	13
passado + charme + comércio	2	9	5	5	1	5	8	6
charme + comercio	0	0	5	5	1	5	6	4
vizinhança + comércio	1	4	5	5	2	10	8	6
vizinhança + charme	0	0	2	2	0	0	2	1
vizinhança + charme + comércio	1	4	2	2	0	0	3	2
vizinhança + passado	0	0	7	8	0	0	7	5
vizinhança + passado + comércio	2	9	5	5	1	5	8	6
vizinhança + passado + charme	0	0	1	1	0	0	1	1
todas	6	26	6	7	3	14	15	11
TOTAL	23	100	91	100	21	100	135	100

comércio – comércio de proximidade

vizinhança – sentimento de vizinhança

passado – passado histórico

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Ao conjugar estes factores vemos que as combinações menos escolhidas são sempre as que envolvem vizinhança, ao passo que, a combinação *passado histórico* e *charme* é a eleita dando então significado ao que se julga ser *carácter da rua*.

Apenas 11% dos inquiridos, que valorizam o carácter da rua, afirmam que todas as hipóteses são válidas e 10% afirma que nenhuma, há uma maior ocorrência de escolha destas combinações por parte dos inquiridos que já habitam o centro do

Porto.

Podemos ver um sentido mais pragmático de quem vive na Baixa ao desvalorizar as combinações que envolvem *charme* e pelo contrário valorizar as que envolvem *comércio de proximidade*, excepto a *só comércio de proximidade*. Quem não vive na Baixa valoriza mais a combinação de *passado histórico* e *charme*, há um sentido mais utópico e idealista.

Carácter da rua tem então valores diferentes dependendo do ponto de vista, uma perspectiva mais real e outra mais imaginária mas ambas sempre a valorizar *passado histórico* como elemento mais significativo.

Tabela 18 - razões de viver na baixa de quem optou por 0 escolhas nenhuma opção na tabela anterior

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	0	0	0	0	0	0
proximidade do trabalho economicamente viável	3	43	2	17	0	0	5	19
noite / lazer	2	29	2	17	2	29	6	23
acessibilidades (transp. públicos)	0	0	1	8	1	14	2	8
carácter cultural	1	14	3	25	4	57	8	31
outros	1	14	3	25	0	0	4	15
TOTAL	7	100	12	100	7	100	26	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Quem na tabela anterior não tinha escolhido nenhuma das combinações que envolva *sentimento de vizinhança*, *passado histórico*, *charme* e *comércio de proximidade*, valoriza parâmetros como *proximidade do trabalho*, *noite / lazer* e também *carácter cultural*. De notar que ao contrário de quem vive na Baixa, quem não vive valoriza mais o *carácter cultural*, enquanto que quem vive valoriza mais a *proximidade do trabalho* e *noite/lazer*.

Carácter da rua define-se então pelo poder de atracção, charme, assim como *passado histórico* que se sobrepõem aos elementos mais objectivos como *comércio de proximidade* e *sentimento de vizinhança* indicando-nos que tem mais a ver com a idealização e criação de um estilo de vida, do que com a objectividade e realidade.

Tabela 19 - o que valoriza numa casa, quem escolhe *carácter da rua*

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
jardim	12	21	26	10	9	16	47	13
vista	12	21	51	20	10	17	73	20
pé direito	7	12	35	14	7	12	49	13
nº divisões	3	5	26	10	5	9	34	9
qualidade da cozinha	1	2	17	7	7	12	25	7
qualidade dos WC	1	2	22	8	7	12	30	8
orientação solar	11	20	47	18	10	18	68	18
elementos arquitectónicos característicos	7	13	28	11	1	2	36	10
outros	2	4	5	2	1	2	8	2
TOTAL	56	100	257	100	57	100	370	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

As escolhas de elementos valorizadores ou idealizados numa casa na Baixa do Porto por quem escolhe *carácter da rua* recaem sobre *orientação solar*, com 18%, e *vista* com 20%. Os inquiridos que já habitam nesta área e pertencem ao conjunto escolhido, preferem *jardim* também com 21%. Quase metade das escolhas (47%) incidem em elementos interiores da habitação (pé direito, nº divisões, qualidade da cozinha e WC, elementos arquitectónicos característicos).

Um bocado contraditória a escolha de jardim (por quem vive) quando escolhe também *carácter da rua*, não se pode afirmar qual deles terá mais força na escolha da sua casa mas a escolha de *jardim*, como parte interior do quarteirão, referido por alguns como o paraíso na Baixa, entra em confronto com a escolha de *carácter da*

rua, em que há um maior foco no exterior da casa. Outro contra senso, que poderá ser explicado de alguma forma, é a escolha enfatizada de *vista* por esta significar olhar para uma imagem da cidade mais generalizada e não se focando em pormenores ou pontos de vista mais próximos.

A escolha de *jardim* a par com *vista* são escolhas que se projectam para o exterior da habitação, embora jardim mais fora-dentro e vista para um fora mais longínquo.

Síntese:

- *carácter da rua* é definido por associação a *passado histórico* e *carácter cultural*
- está mais ligado a elementos subjectivos do que a físicos e reais por parte de quem não vive na baixa e o contrário por quem vive
- contradição traduzida nas escolhas de elementos alheios à rua, propriamente dita, como *vista* e *jardim*
- os inquiridos não revelam escolher componentes da rua como vizinhos e pequeno comércio ao optar por *carácter da rua*
- projecções mais ligadas a uma idealização imagética de passado e *charme*

3.1.5 Condição de centro

Sabendo que em tempos os parâmetros que definiam um centro eram: acessibilidades, direccionalidades e elementos simbólicos (ver capítulo 1), e que o significado de centro hoje em dia sofreu uma metamorfose, foi necessário verificar se os inquiridos valorizam estes aspectos ao viver, ou querer ir viver, para Baixa do Porto. Foram então consideradas as hipóteses de *acessibilidades (transportes públicos)*, *passado histórico*, como parâmetro equivalente a elementos simbólicos e identitários, e na área direccionalidades foram seleccionados parâmetros de *comércio de proximidade* e de *proximidade do trabalho*.

Tabela 20 - combinação de escolhas – condição de centro

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 escolhas	4	14	12	9	9	21	25	13
comércio proximidade	3	10	9	7	3	7	15	8
acessibilidades	0	0	8	6	2	5	10	5
trabalho	3	7	5	4	3	7	11	6
passado histórico	2	17	25	20	6	14	33	17
acess + comercio	0	0	14	11	3	7	17	9
passado + comércio	5	17	7	5	3	7	15	8
passado + acessibilidades	3	10	14	11	3	7	20	10
trabalho + comércio	0	0	1	1	1	2	2	1
trabalho + acessibilidades	0	0	2	2	0	0	2	1
passado + acess + comercio	4	14	12	9	4	9	20	10
trabalho + acess + comercio	1	3	1	1	2	5	4	2
trabalho + passado histórico	0	0	4	3	0	0	4	2
trabalho + passado + comercio	1	3	2	2	1	2	4	2
trabalho + passado + acess.	0	0	4	3	1	2	5	3
todas	3	10	8	6	2	5	13	7
TOTAL	29	100	128	100	43	100	200	100

Trabalho – proximidade do trabalho

Comércio – comércio de proximidade

Acess. – acessibilidades (transportes públicos)

Passado – passado histórico

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

A escolha com mais frequência é a combinação apenas de *passado histórico* com 17% e apenas 7% dos inquiridos considera a baixa da cidade de acordo com a condição de centro estabelecida quando falamos de uma cidade – um centro. Ressalta também que 13% afirmou que nenhum destes parâmetros é valido nas razões de escolha de viver na baixa e apenas 1% associa à Baixa do Porto a direccionalidades (*proximidade de trabalho e comércio*).

Ao fazer a separação de quem vive e quem apenas gostaria de viver na baixa, reparamos que quem aqui vive considera quase em igualdade de opiniões os motivos anteriormente referidos mas salienta a importância do *passado histórico*, *proximidade de comércio* e *acessibilidades*. Sabendo que a 78% dos inquiridos não habitam presentemente esta zona, as suas escolhas reflectem a maioria.

Tabela 21- razões de viver na baixa de quem optou por 0 escolhas nenhuma opção na tabela anterior

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
moda	0	0	1	6	1	6	2	5
economicamente viável	1	11	0	0	2	13	3	7
sentimento vizinhança	1	11	1	7	1	6	3	7
noite / lazer	2	22	1	7	3	19	6	15
carácter cultural	4	45	5	33	5	31	14	35
charme	1	11	6	40	4	25	11	28
outros	0	0	1	7	0	0	1	3
TOTAL	9	100	15	100	16	100	40	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Como seria de esperar 35% das pessoas, que optaram por 0 escolhas na tabela anterior, preferem *carácter cultural* como definidor do centro mas também *charme* (mais por quem não vive na Baixa). As pessoas que vive na Baixa valorizam mais

11% que as que não vivem o factor *economicamente viável*, talvez a tradução de um maior pragmatismo.

Associa-se o centro do Porto principalmente a *passado histórico*, como já tínhamos visto nas análises anteriores, contudo é interessante ver que um número significativo não elegeu nenhuma das combinações, que preferem *carácter cultural e charme*.

Quem não habita na Baixa dá preferência, nitidamente, a *passado histórico* enquanto que quem vive valoriza também a combinação deste com *comércio de proximidade*.

Percebemos, mais uma vez, que a principal atracção de viver na Baixa do Porto é a sua carga histórica e não tanto o local de trabalho ou de comércio. O centro representa-se pelo seu passado e as representações que daí advêm. Numa altura em que a habitação se localiza onde há actividades comerciais e serviços, é curioso ver que estes elementos não são assim tão relevantes quando falamos de centro histórico.

3.1.6 Preferências da casa na Baixa

Para uma melhor clarificação, nesta opção decidiu-se agregar opção de loft à de apartamento pelo que nos tempos que correm se associa o significado de loft ao de T0.

Tabela 22 – o que valoriza numa casa quem escolhe apartamento

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
jardim	5	13	26	7	4	8	35	8
vista	6	16	56	16	7	13	69	16
pé direito	2	5	38	11	5	10	45	10
nº divisões	2	5	27	8	5	10	34	8
qualidade da cozinha	0	0	22	6	5	10	27	6
qualidade dos WC	0	0	26	7	6	11	32	7
orientação solar	7	19	52	15	10	19	69	16
carácter da rua	11	29	71	20	8	15	90	20
elementos arquitectónicos característicos	3	8	27	8	2	4	32	7
outros	2	5	8	2	0	0	10	2
TOTAL	38	100	353	100	52	100	443	100

Tabela 23 – o que valoriza numa casa quem escolhe moradia

	V.		N. V.		N. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%	N	%
jardim	10	21	26	13	13	21	49	16
vista	6	13	32	16	13	21	51	16
pé direito	5	11	21	10	8	13	34	11
nº divisões	3	6	16	8	5	8	24	8
qualidade da cozinha	1	2	11	5	4	6	16	5
qualidade dos WC	1	2	13	6	3	5	17	5
orientação solar	4	9	23	11	6	10	33	11
carácter da rua	11	23	39	19	8	13	58	18
elementos arquitectónicos característicos	4	9	18	9	2	3	24	8
outros	2	4	5	3	0	0	7	2
TOTAL	47	100	204	100	62	100	313	100

V. – vive na baixa

N.V. – não vive na baixa

N.R. – não respondeu

T. – Total

Quem escolhe *moradia*, privilegia mais a existência de *jardim*, enquanto que quem prefere apartamento dá mais valor à *orientação solar* da habitação. Embora *apartamento* e *moradia* sejam bastante diferentes, as escolhas são genericamente semelhantes com as pequenas diferenças acima referidas.

Tabela 24 – o que valoriza numa casa ao escolher por reabilitar e já reabilitado

	P. R.		J. R.		T.	
	N	%	N	%	N	%
jardim	20	11	27	9	47	9
vista	30	17	43	15	73	15
pé direito	21	12	28	9	49	9
nº divisões	13	7	23	8	36	8
qualidade da cozinha	7	4	20	7	27	7
qualidade dos WC	9	5	20	7	29	7
orientação solar	24	14	43	15	67	15
carácter da rua	37	21	58	20	95	20
elementos arquitectónicos característicos	15	8	21	7	36	7
outros	2	1	8	3	10	3
TOTAL	178	100	291	100	469	100

P. R. – por reabilitar

J.R. – já reabilitada

T. – Total

De realçar nesta tabela e nas duas anteriores é a ausência de preocupação com *elementos arquitectónicos característicos*. Nota-se que há sempre uma superioridade de escolhas nos elementos exteriores (*jardim*, *vista* e *carácter da rua*) comparativamente aos elementos interiores (*pé direito*, *nº divisões*, *qualidade da cozinha e WC* e *elementos arquitectónicos característicos*), observando maior discrepância de resultados por parte de quem escolhe *moradia*.

3.1.7 Observações gerais do inquérito

Fazendo agora um afastamento e observando o panorama geral, podemos ver que há várias abordagens e representações da Baixa. Não são todas consensuais em relação às suas escolhas e apresentam um grau elevado de subjectividade que é algo a ter atenção.

Percebemos logo no início desta análise que estes conceitos não se encontram territorializados e embora a Baixa do Porto seja composta por vários elementos, o centro histórico, características e vivências diferentes, apercebemo-nos de uma heterogeneização e generalização da área.

O panorama geral é que o passado tem uma grande importância na escolha da Baixa do Porto para local de habitação, assim como parâmetros culturais e de lazer. Local de trabalho e acessibilidades deixam de ter importância neste contexto, dando lugar a uma representação mais em relação ao centro histórico e estilos de vida que lhe são inerentes assim como as suas imagens.

Observa-se no centro do Porto, como já foi referido nos capítulos anteriores, uma hipervalorização do significado do centro histórico e da cultura que lhe está subjacente onde a imagem de viver num local com características de outros tempos e uma casa aí inserida é a aparentemente a maior motivação para deslocação do habitat, uma mais valia numa sociedade extremamente ligada à valorização do passado, que quer ter ou viver um estilo de vida contemporâneo com o seu lado pitoresco.

Embora quase ninguém opte por escolher o factor *moda* como motivação para a sua escolha de habitar esta área, percebemos que sendo o conceito de *moda* sinónimo da tendência de consumo de actualidade, sim, uma das motivações é a *moda*, embora possa ser não conscientemente.

Esta análise despertou também o interesse em observar as contradições dos diversos pontos de vista, sendo o nosso modo de decomposição *quem vive e quem não vive* na Baixa, como reflexo de *realidade e idealização* pois quem já habita na

Baixa convive diariamente com o que é abordado neste estudo, e quem não vive apenas imagina e idealiza. Isto não significa que as respostas dadas sejam sempre contrárias, há pontos em que são consensuais como podemos observar na tabela seguinte.

Tabela 25 – escolhas de quem vive ou não na Baixa do Porto

Tema:	Quem vive	Quem não vive
Viver na Baixa	- Carácter cultural + Passado histórico	- Carácter cultural + Passado histórico
Casa na Baixa	- Carácter da rua + Vista - Dá mais valor a questões no interior da casa	- Carácter da rua + Vista - Dá mais valor a questões no exterior da casa
Passado histórico	- Charme + Comércio de proximidade + Carácter cultural combinações: - Carácter cultural + Charme + Passado histórico casa: - Carácter da rua + Jardim + Vista	- Carácter cultural + Acessibilidades + Charme combinações: - Passado histórico + Carácter cultural casa: - Carácter da rua + Vista
Carácter cultural	- Passado histórico + Noite/lazer + Charme	- Passado histórico
Charme	- Passado histórico + Carácter cultural + Comércio casa: - Carácter da rua + Vista + Jardim	- Carácter cultural + Passado histórico casa: - Carácter da rua + Vista
Carácter da rua	- Carácter cultural + Passado histórico combinações: - Comércio de proximidade + Passado histórico + Charme 0 escolhas: - Proximidade do trabalho + Noite/lazer casa: - Jardim + Vista + Orientação solar	- Carácter cultural + Passado histórico combinações: - Passado histórico + Charme 0 escolhas: - Carácter cultural + Outros casa: - Vista + Orientação solar
Condição de centro	- Passado histórico - Passado histórico + Comércio de proximidade 0 escolhas: - Carácter cultural	- Passado histórico 0 escolhas: - Charme
Pref. da casa da Baixa	Apartamento: - Carácter da rua + Orientação solar Moradia: - Carácter da rua + Jardim	Apartamento: - Carácter da rua + Vista Moradia: - Carácter da rua + Vista

Vemos também ao longo deste capítulo o contraposição de um maior pragmatismo a desejo, a escolha de factores com um lado objectivo e prático ao invés de um lado mais lírico de abordagem ao centro do Porto.

Já de início conseguimos separar em grupos, esta bifurcação foi feita tendo em vista a associação (baseada em instinto pessoal) de idealização com desejos que no seu extremo chegarão a ser fetiches.

Englobamos no grupo de pragmatismos em relação a viver na Baixa os factores: *proximidade do trabalho, economicamente viável, noite/lazer, acessibilidades e comércio de proximidade*; e em relação à casa na Baixa os elementos: *n.º divisões, qualidade da cozinha e WC e orientação solar*. No outro grupo, grupo dos desejos, foram englobados os factores: *moda, sentimento de vizinhança, passado histórico, carácter cultural e charme*; enquanto que em relação à casa na Baixa, foram escolhidos os elementos: *jardim, vista, carácter da rua, elementos arquitectónicos característicos*.

Estas escolhas são extremamente subjectivas e o seu objectivo é apenas salientar as contradições e complexidade que este tema compreende.

Tabela 26 – Pragmatismo vs. desejo

Tema:	Pragmatismo	Desejo
Viver na Baixa	44%	51%
Casa na Baixa	31%	56%
Apartamento	37%	51%
Moradia	29%	58%
Por reabilitar	28%	57%
Já reabilitado	46%	51%

De notar a prevalência dos desejos no confronto com pragmatismo, contudo, neste último grupo, varia notavelmente quando falamos de viver a baixa do Porto e em habitação já reabilitada. Nos outros parâmetros os sonhos falam mais alto, o que não significa que acabem por ser cumpridos.

3.2 Estratégias aplicadas

Esta abordagem traduz algumas das condicionantes e expectativas, no campo das representações, na procura de habitação no centro histórico do Porto. O arquitecto tem como objectivo, e missão, a conjugação das representações e da realidade pois há também outro tipo de condicionantes e abordagens à habitação.

Regulamentos e legislação de conforto com preocupações no campo da térmica, acústica, qualidade de ar, mobilidade de portadores de deficiência motora, ao reabilitar no centro histórico pode ser considerada um “entrave”, assim como regimes de protecção da Zona do Património Mundial, Zona Histórica do Porto ou Zona de Imóvel de Interesse Público, geram dificuldades à recuperação de imóveis que possam prover os habitantes do conforto inerentes aos dias de hoje.

Podemos ver então vários exemplos de recuperação e de intervenção na Baixa do Porto para diferente público-alvo, cliente e uso.

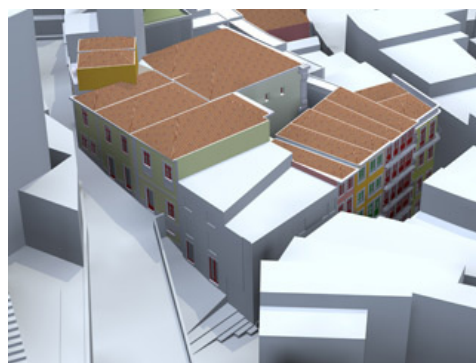
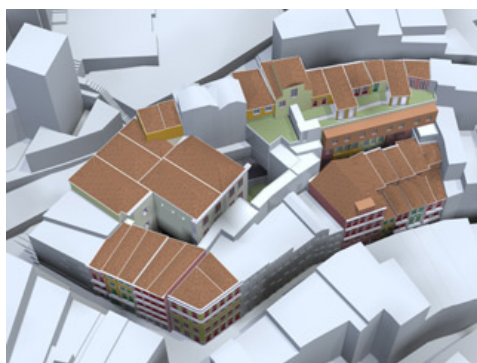
3.2.1 Intervenção do Morro da Sé

Esta iniciativa da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana tem como objectivo a revitalização da área ao planear a criação de uma residência de estudantes, uma unidade de alojamento turístico, qualificação do espaço público, etc. O principal propósito desta intervenção é atrair estudantes, nomeadamente do programa Erasmus, ao Morro da Sé, criar alojamento a baixos custos para estudantes, ateliers de trabalho e espaços multiuso que fomentam a regeneração do Bairro quer social, quer económica, mantendo o edificado existente.

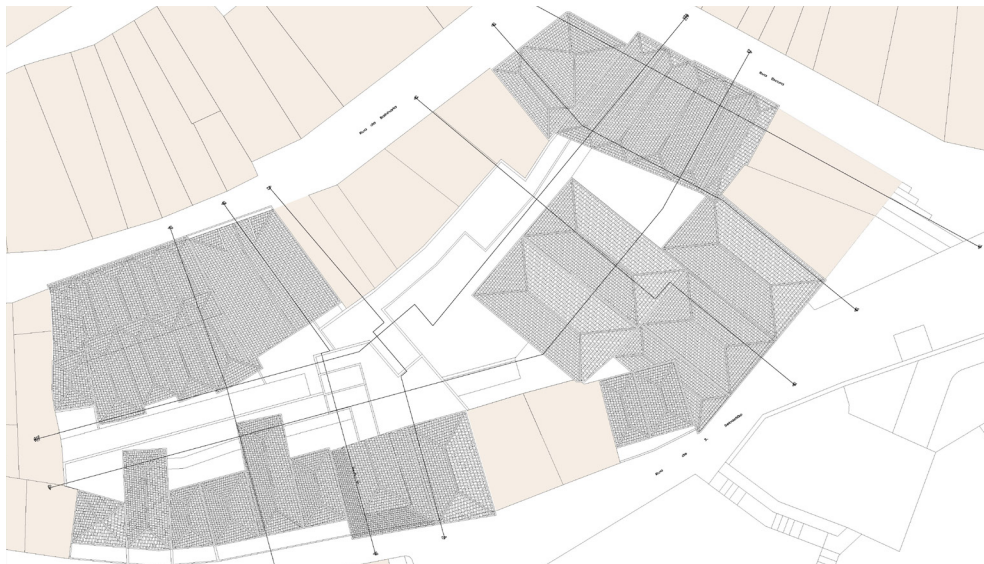
Uma vez que é uma zona onde há uma grande abundância de acessibilidades pois existe uma estação de Metro, estação de comboios, várias paragens de autocarros que facilitam as movimentações além do que estabelece conexão directa (linha

amarela do Metro) com o Polo Universitário da Asprela. Esta foi uma das mais-valias consideradas para dar início a esta operação.

No projecto de maior envergadura, a Residência de Estudantes, pelo gabinete Projectos e Gestão Urbanística, Lda., coordenado pelo Arquitecto Pedro Guimarães, a estratégia usada, comum a todas as intervenções da Porto Vivo, foi a abordagem ao quarteirão que facilita o emparcelamento que permite “abrir um espaço de logradouro (dos poucos que a Sé tem e único do quarteirão)”¹. Será neste projecto que nos iremos focar pelas suas características diferenciadoras que o tornam único no panorama da cidade.



23 e 24. simulações de emparcelamento no Quarteirão da Bainharia



25. Planta cobertura de Residência de Estudantes

1 Documento Estratégico para a Unidade de Intervenção da Bainharia

As parcelas no quarteirão em questão são de dimensões, a sua profundidade é bastante superior à sua frente de rua e observam-se em vários casos a existência de vários anexos que sendo rara a existência de espaços de logradouro não edificados. Apresentam também deficiência de condições de habitabilidade e salubridade pois, devido à grande diferença altimétrica entre as Ruas de Pena Ventosa e S. Sebastião e da Rua da Bainharia, as fachadas tardoiz funcionam muitas vezes como muro de suporte de transição de cotas. As parcelas da Rua de Pena Ventosa e de S. Sebastião possuem melhores condições de ventilação e insolação pois a sua cota de soleira é aproximadamente equivalente à cota de cumeeira da Rua da Bainharia.

Podemos encontrar neste quarteirão vestígios da Muralha Românica e encontramos, também, o Aljube Eclesiástico, de meados do século XVIII, que foi tendo inúmeras utilizações e adaptações e que apresenta características arquitectónicas de grande importância como a sua estrutura com arcos de volta perfeita e contra-arcos.

São também de salientar os elementos arquitectónicos característicos existentes no interior da casa que poderão ter interesse histórico e arqueológicos.

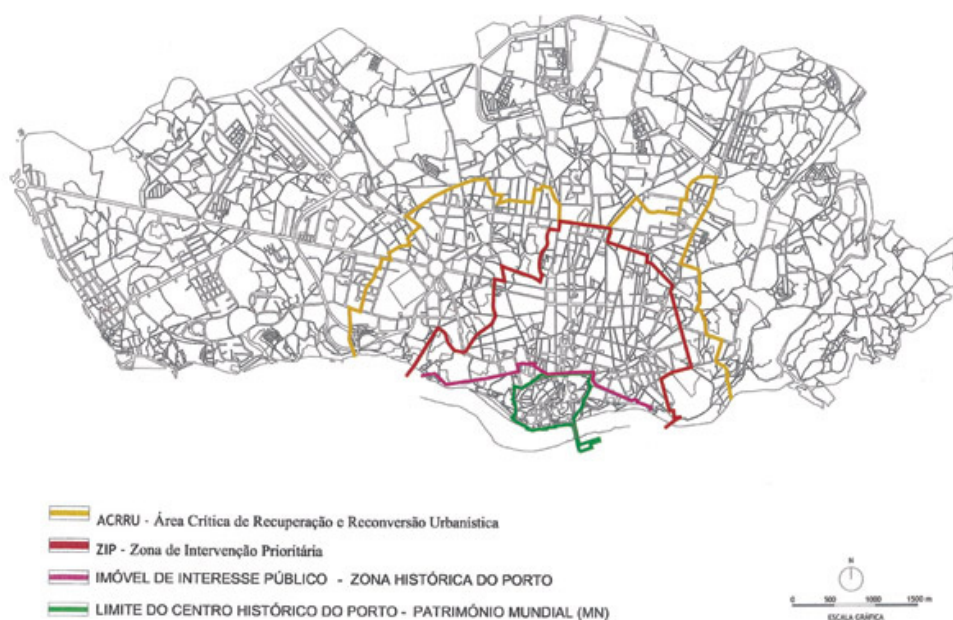


26. Elementos característicos arquitectónicos

Encontra-se nestas edifícios uma construção tradicional com paredes-mestras de alvenaria em granito, pavimentos de madeira e paredes interiores de tabique, que foram substituídas por lajes de betão e paredes interiores de tijolo para melhores condições de salubridade e habitabilidade da população residente (nas casas a reabilitar isoladamente) e para os novos habitantes.

Esta intervenção enalteceu a importância de uma ponderação anterior ao projecto, visto a sua escala, e o impacto que produzirá na cidade e centro histórico pois implica uma regeneração da população e área. A residência de estudantes poderá vir a transformar esta área numa das mais requisitadas pelos estudantes e artistas que procuram locais pitorescos e característicos para morar e até a existência de população residente e seus costumes e tradições se torna uma mais-valia nesta recuperação.

Será necessário referir as condicionantes e constrangimentos encontrados neste projecto visto que este quarteirão se encontra inserido na área classificada como Património Mundial pela UNESCO, na área classificada como centro histórico, Zona Especial de Intervenção, assim como condicionantes do PDM.

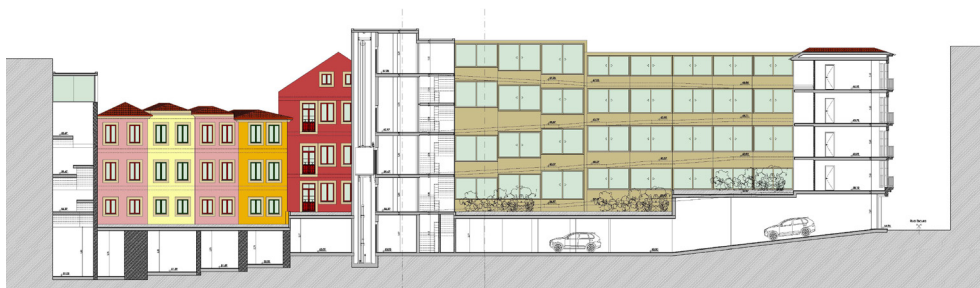


27. Planta com zonas de intervenção



28. Corte pelo edifício

Através deste corte conseguimos perceber a adaptação do projecto à realidade de hoje em dia em que uma das premissas mais requeridas é o estacionamento, visto que o automóvel ainda faz parte do nosso dia-a-dia e a ser considerado um bem indispensável.



29. Corte pelo edifício

Vê-se também a contraposição entre exterior e interior do quarteirão e a pertinência da imagem do passado transposta para as fachadas exteriores, contrariamente ao que acontece por fora, no interior do logradouro vemos uma mudança de linguagem como se a identidade e imagem da cidade não tivessem mais importância.

3.2.2 Casa na Cidade 3



30 - Fachada da rua

A Casa da Cidade 3, situada na Rua Duque de Saldanha, nº 600, Porto, é um trabalho de intervenção do atelier aNC Arquitectos composto por Teresa Novais e Jorge Carvalho. É um exemplar da casa típica burguesa do século XIX que podemos encontrar na cidade do Porto, desde o alçado à sua organização interior, e componente da rua.

Construída já no fim do século XIX, conservou por muitos anos a sua imagem exterior, apenas com o acrescento de um piso, sobreposições de materiais e componentes das janelas (caixilhos, estores, etc.), a nível interior encontrava-se remodelada, tendo sido estas alterações efectuadas por volta de 1950 mas sempre de um modo coerente com o passado.

Ao intervir houve a consciência de manter e valorizar os elementos típicos deste tipo de edifícios para haver uma conformidade com o seu valor histórico. O seu relativo bom estado de conservação permitiu isto pois a organização e composição da cada permitia a sua adaptação aos parâmetros necessários hoje em dia.



31. Três etapas de intervenção (1900 (?), 1925, 2005) - alçado da rua



32. Três etapas de intervenção (1900 (?), 1925, 2005) alçado tardoz

No processo de reabilitação, como a organização interior e compartimentação eram do agrado do cliente, apenas foram feitas algumas adaptações a necessidades específicas como quarto individual para cada um dos filhos (três) e suite para o casal com espaço de trabalho, cozinha espaçosa para convívio, espaço amplo para crianças e suas actividades.

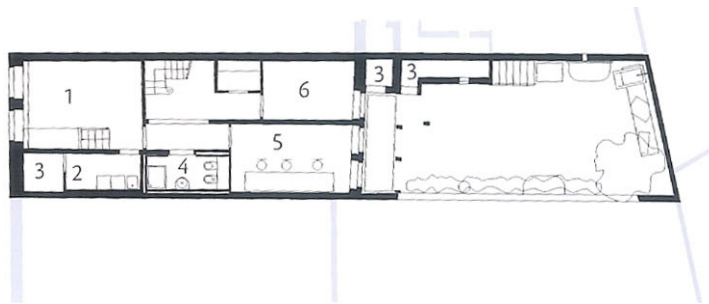
No alçado da rua foi feita uma limpeza e restauro, retirando os estores e caixilhos que tinham sido colocados anteriormente, no entanto o alçado posterior sofre alterações mais radicais uma vez que as condições já não eram as originais e assim se manteve as suas linhas verticais, garantindo uma imagem contemporânea.

Há que referir que embora não fosse necessária uma transformação total da organização espacial da casa, apenas alteração dos espaços entre eles, há exigências de conforto necessárias na habitação de hoje em dia como qualidade térmica, acústica, de ar interior, etc. É um projecto que limpa, restaura e reutiliza as preexistências e características genuínas.

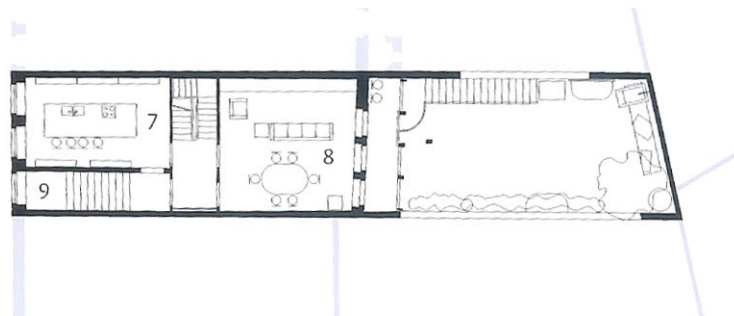
Ao reabilitar ou renovar um edifício, mantendo o exterior e estrutura, regulamentos e legislações vêm a sua pertinência questionada ao se depararem com valor patrimoniais e históricos. Há uma limitação de objectivos e estratégias projectuais pois é necessária uma compatibilização com as preexistências. Estas condicionantes não surgem quando falamos num projecto construído e pensado de raiz pois aí temos

na nossa mão o poder de decisão e melhor aproveitamento dos recursos naturais como orientação solar, declives, etc. É, então, necessário um equilíbrio para responder a todas as questões e conseguir manter todas as características do edificado.

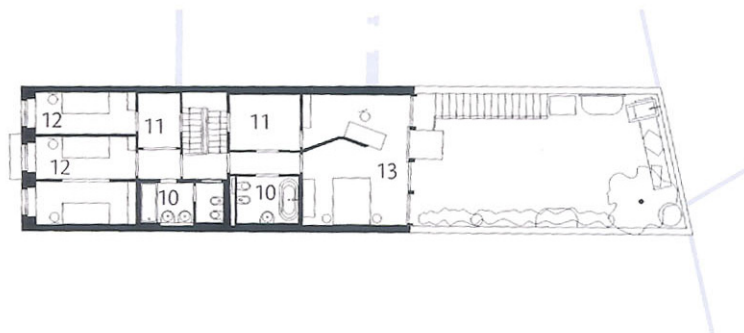
Com isto, neste projecto não foram introduzidas grandes alterações a nível térmico e acústico pois foi mantida a estrutura, construção e isolamentos já existentes.



Piso 1



Piso 3



3.2.3 LowCost Houses

Esta é uma estratégia de abordagem diferente às outras referidas anteriormente, é uma iniciativa por parte do Plano B, espaço cultural e recreativo, que advém duma preocupação pela reabilitação actualmente efectuada na cidade do Porto e uma tentativa de preencher as suas lacunas: apartamentos na Baixa do Porto a preços acessíveis.

A ideia, que parte do arquitecto Filipe Teixeira, tem como objectivo dinamizar e transformar o mercado de arrendamento actualmente se pratica com habitação a bons preços e boas condições como existem em várias cidades da Europa de onde o arquitecto responsável se fundamentou. Tendo por base que o Porto possui:

- 1- Alojamento turístico acessível onde abundam os hotéis B&B (bead&breakfast) e os hostels de inegável qualidade;
- 2- Transportes urbanos modernos e intermodais, (STCP, CP, Metro, eléctrico);
- 3- Tranportes aéreos com destinos diversificados e a preços acessíveis, (Base operacional da Ryanair);
- 4- Restauração de qualidade, cafês e restaurantes emblemáticos, casas de chá de inspirações diversas, bares e clubs que acompanham as mais recentes tendências;
- 5- Agenda cultural extensa, cujo espectro vai das instituições reputadas a nível internacional (Fundação de Serralves, TNSJ), até às inúmeras galerias de arte e associações culturais;
- 6- Comércio tradicional com grande expressão, oferta variada e preços competitivos.¹

¹ <http://lowcsthouses.wordpress.com>

Todas estas razões equiparam a cidade do Porto a outras cidades da Europa à excepção do custo de vida que é muito inferior, o Porto é então uma cidade LowCost, conceito de onde veio esta ideia. O carácter low cost da Baixa do Porto é então entendido como uma mais-valia e não como desvantagem.

Habitar o centro é compreendido como uma atitude natural pela sua enorme riqueza de imagem, onde acreditam ainda encontrar uma enorme actividade económica e uma actividade cultural emergente onde urge a recuperação do edificado aí existente. A intervenção baseia-se em edifícios de tipologia-tipo bastante comuns nesta área da cidade (loja no r/c e habitação nos pisos superiores), embora se mantenha a hipótese em aberto de mudanças de funcionalidade de edifícios de escritórios e armazéns, como se tem observado mas em pequena escala. Os autores desta intervenção acreditam a urgência da mesma por uma série de factores:

- 1- contexto de crise económica (urge otimizar recursos)
- 2- fraca disponibilidade para a aquisição de habitação própria.
- 3- revitalização do tecido social e económico do centro da cidade.
- 4- input de massa crítica (novos habitantes, novos hábitos) , que favorece o pequeno comércio que caracteriza a baixa, os equipamentos culturais e serviços aqui localizados.
- 5- redução dos movimentos pendulares trabalho/ casa , com óbvios benefícios para o ambiente, economia e qualidade de vida.
- 6- oferta de habitação de qualidade superior em termos de qualidade espacial e oferta de serviços disponíveis, forte compromisso com o desenho/design com o objectivo de encontrar soluções inovadoras e compatíveis com a vida moderna, áreas optimizadas às necessidades do mercado.

7- adequação das propostas existentes em termos de habitação ao público-alvo que procura habitação na baixa , nos quais incluímos os estudantes, profissionais liberais, jovens à procura da primeira habitação , numa lógica contrária à que está a ser implementada actualmente , mais focalizada nos segmentos médio/alto.

8- contributo na solução de problemas relacionados com as relações senhorios / inquilinos, estudo de soluções alternativas para esta problemática.

9- sensibilização dos grandes grupos económicos e banca , que são proprietários de grande parte do património edificado para novas abordagens e rentabilização destes mesmos edifícios, através da nossa acção.²

Esta intervenção tem como base uma adequação da oferta à procura, é feita uma procura de imóveis que possam corresponder à qualidade espacial e tipológica procurada, os responsáveis pela estratégia entrarão em negociação com o proprietário que irá ceder o seu imóvel, ainda sem condições de habitabilidade pois não há condições financeiras de ser reabilitado pelo proprietário. Após as obras efectuadas pelo proprietário e parcerias (não serão profundas pois não são necessárias remodelações estruturais), serão adoptadas modalidades de arrendamento, venda ou até mistas onde o proprietário terá sempre um retorno do seu investimento. O Plano B faz apenas o papel de um intermediário neste jogo de oferta e procura. Irão ser (o primeiro exemplo apenas estará pronto no fim de este ano - 2011) apartamentos T0 e T1, com espaços de trabalho, a custos controlados (300€/mês por base) tendo em vista um público jovem que ainda não consegue suportar os custos de viver na Baixa do Porto.

² <http://lowcostonhouses.wordpress.com>

3.3 Considerações:

Podemos ver ao longo deste capítulo as condicionantes e factores que podem influenciar a escolha de uma casa no centro histórico do Porto, desde as representações mentais e factores mais idealistas até à sua aplicação.

Desejos confundem-se com pragmatismo assim como realidade com ficção. É necessário um certo bom senso ao seleccionar e classificar a pertinência de cada um deles, equilíbrio entre cumprir e executar regulamentos e legislações e deixar lugar para as representações. Um equilíbrio entre realidade e representações.

Os casos, anteriormente referidos, traduzem as inúmeras preocupações que reabilitar traz consigo. No caso da intervenção da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, vemos um desejo de revitalização de uma zona do centro histórico envelhecida com edificado com fracas condições de salubridade e habitabilidade. É aplicada uma estratégia de emparcelamento, o que permite uma melhor manipulação dos espaços comuns visto tratar-se de uma residência de estudantes. Embora expressa, no Documento Estratégico relativo a esta intervenção, uma valorização dos elementos característicos arquitectónicos, não se encontra a sua tradução no projecto. No segundo caso analisado vemos a reabilitação de uma casa típica burguesa no Porto onde se manteve a estrutura e foram feitas escolhas com vista a privilegiar os elementos do passado. No último caso vemos uma estratégia de conjugação e comunicação entre oferta e procura com vista a providenciar alojamento com custo reduzido a quem o deseja, uma tentativa de estimulação do mercado de arrendamento e reduzir drasticamente a existências de tanto edificado abandonado.

Há inúmeras estratégias para reabilitar e pensamos ser necessário, para uma melhor arquitectura e urbanismo, ter em conta o peso que as imagens possuem nas representações do centro histórico.



capítulo 4. Conclusão Prospectiva

As cidades contemporâneas não são mais monocêntricas e tão pouco são espaços (de)limitados onde tudo acontece; são sim um conjunto de vários centros e funções onde a habitação e as actividades se vão misturando ou especializando de forma mais ou menos diversa; quando a mobilidade dependia sobretudo do modo pedonal e da proximidade, a habitação localizava-se muito próxima dos empregos, dos serviços e comércio. A aglomeração e a densidade são expressão desse fenómeno.

Hoje não é necessariamente assim, nem nos Centros Históricos, nem noutros contextos urbanos. A procura de habitação envolve, além desses dois factores, um terceiro, que em certos casos chega a ter tanta ou mais importância: o factor simbólico relativo a elementos marcantes, sejam estes isolados ou conjuntos urbanos, culturais, comerciais ou pertencentes à História. A leitura das cidades e seus elementos deixa de ser linear para passar a ser uma estrutura mais orgânica onde há uma menor definição dos seus elementos.

Nas cidades antigas, mais ou menos policêntricas, as actividades podem arrumar-se por zonas, tal como na cidade medieval as ruas das corporações de artífices e profissões: zona comercial, zona de negócios, zona das artes (como em Miguel Bombarda na cidade do Porto), zona de bares, zona da História (centros históricos). Apesar da nostalgia que caracteriza o discurso e as práticas sobre os Centros Históricos, não se pode voltar ao que se era no passado – deve perceber-se o processo de transformação da sociedade para perceber a “cidade” e o que se pode fazer.

Depois do tempo em que se tinha tudo direccionado para o futuro - como por exemplo nos anos do modernismo -, agora vivemos para um futuro incerto. O centro histórico funciona como elemento simbólico, imagem e representação do passado, de um tempo mitificado sobre a “velha e boa cidade”. Face à radicalidade da transformação urbana contemporânea e da dificuldade em compreendê-la, avolumou-se um certo trauma da perda que dramatiza a crise da cidade patrimonializada. A crise da cidade patrimonializada nada tem a ver com a crise do património que pode ser entendida de vários prismas: a visão de que o património está em crise pela

sua extrema e abusada utilização e usufruto para economia da cidade, e outra, do sentimento de querer preservar tudo, meter tudo no mesmo saco sem critérios bem definidos.

A acção de patrimonialização - com objectivos de competitividade e distinção das cidades, aumento de actividade económica, turismo e, hoje em dia, mercado imobiliário por percepção da valorização do centro histórico e imóveis aí inseridos -, poderá provocar, e provoca, um empolamento dos preços fruto do *marketing* e *branding* a que expõe o centro histórico. Vendem-se “estilos de vida” e ambiências em que a imagem e a ficção funcionam como elementos centrais.

O fenómeno do “retorno ao centro” não passa, então, de um caso moda *vintage*, fruto da supra referida acção de *marketing*, partindo de uma narrativa que ficciona um certo estilo de vida (para os jovens, os “criativos”, os ambientes “inovadores”, etc.) rodeado de um cenário de elementos históricos característicos mesmo que não tenham o mesmo significado e utilização de outrora.

Considerando o caso do Porto, cerne desta investigação, vemos que, apesar das suas características muito diversas e vivências particulares das diferentes áreas, na zona da Baixa verifica-se uma generalização e homogeneização de representações, onde a parte é tomada pelo todo. O Centro Histórico é um “todo” e a história é o “passado” livre de cronologias e reduzido a um tempo único traduzido num cenário edificado.

A importância do passado histórico, o carácter “cultural”, o charme..., constituem, entre outros, elementos valorizadores deste centro histórico; trata-se de uma idealização que se sobrepõe a um pragmatismo necessário ao dia-a-dia como a organização do comércio e das actividades comerciais, a escolha dos locais de trabalho e provisão de serviços, os diferentes estilos de vida, etc. Vendo deste modo que o *elemento marcante* são estas representações que partem do efeito-*fetich*e que o património provoca e, assim, funcionam como elemento polarizador de “nova”

habitação.

Na procura de casa, estas representações, direccionam-se para elementos exteriores à habitação, e não a casa em si e o seu local específico de implantação. A preferência pelo pitoresco da rua, da existência de vistas a partir da casa, bem como a referência a determinados padrões de vida de rua (comércio por perto, restaurantes, actividades, vida nocturna, etc.), exprimem os gostos e procuras dominantes que se sobrepõem às relações sociais, manifestando um maior individualismo inerente às sociedades contemporâneas. A tradução de viver no presente, habitando o passado.

Este jogo de representações e realidade é um jogo de expectativas e, com este trabalho, conseguimos uma consciência em relação às intervenções no centro histórico, pois não se trata de um assunto linear. É preciso lidar com os intervenientes e seus pontos de vista, com a memória colectiva do lugar ou a memória do que se acha que é o lugar. O arquitecto terá que ter tudo isto em conta, respeitar o desejo dos clientes e ainda assim proporcionar o conforto inerente aos dias de hoje e aos novos estilos de vida, e ao mesmo tempo actuar mediante a relação com o cliente num contexto de enorme diversificação de mercados e nichos de mercado. É necessário discernir a pertinência da aplicação de regulamentos e estratégias diferenciadas a cada caso pois, embora haja uma heterogeneização de vários factores, esta não está presente quando estamos a falar da adaptação à realidade.

Ao longo deste trabalho descobre-se a necessidade de aplicação, por parte do arquitecto, de discernimento entre condicionantes e factores que possam influenciar a reabilitação vista a complexidade extrema deste tema e suas contradições, a partir do qual inúmeras questões se colocam.



Este questionário destina-se a quem gostaria de viver ou vive na Baixa do Porto em imóveis reabilitados ou planeia reabilitar.

Está no âmbito da Tese de Mestrado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, chamada “O Centro do Porto – das Representações à Realidade”.

Obrigado por participar e ajudar. Os seus dados pessoais são para efeitos meramente estatísticos e é garantido o anonimato.

Assinale a resposta escolhida. Quando dadas várias hipóteses, pode escolher mais do que uma.

Dados Pessoais:

Sexo: ☐ M ☐ F

Idade:

Estado Civil:

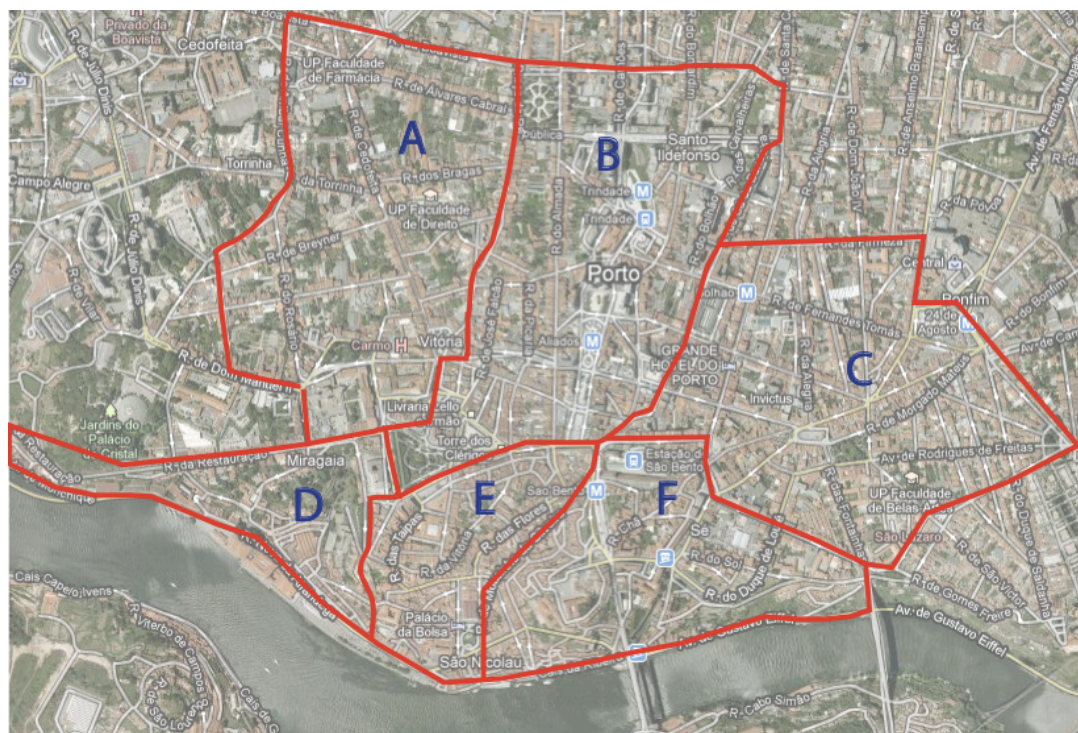
Profissão:

Salário:

- ☐ 0 - 500€
☐ 500 - 1000€
☐ 1000 - 1500€
☐ 1501 - 2000€
☐ 2000€ +

Agregado Familiar:

1. Por ordem de preferência refira as suas zonas preferidas para viver / onde já vive.



Elementos que podem ajudar à identificação das zonas

A – Rua Cedofeita, Rua Miguel Bombarda, Rua Álvares Cabral, Praça Carlos Alberto, Piolho, Hospital Sto. António

B – Jardim Cordoaria, Clérigos, Av. Aliados, Rua do Almada, Rua Sá da Bandeira, Bolhão, Pr. República

C – Rua Sta. Catarina, Rua Passos Manuel, Rua Alegria, Pr. Poveiros, São Lázaro, Campo 24 Agosto

D – Miragaia, Alfândega, Rua da Restauração, Jardim e Passeio das Virtudes

E – Rua Mouzinho da Silveira, Rua das Flores, Quarteirão das Cardosas, Palácio da Bolsa, Mercado Ferreira Borges, Rua das Taipas

F – Estação São Bento, Sé, Av. Da Ponte, Cais da Ribeira, Rua Mouzinho da Silveira, Rua Corpo da Guarda, Bairro da Sé

2. Porquê viver na Baixa?

- | | |
|---|---|
| ☐ Moda | ☐ Acessibilidades (transportes públicos) |
| ☐ Perto do trabalho | ☐ Carácter cultural |
| ☐ Economicamente viável | ☐ “Charme” |
| ☐ Sentimento de vizinhança | ☐ Comércio de proximidade |
| ☐ Noite / Lazer | ☐ Outros – |
| ☐ Passado histórico | quais? _____ |

3. O que valoriza / idealiza numa casa na Baixa?

- | | |
|---|--|
| ☐ Jardim | ☐ Carácter da Rua |
| ☐ Vista | ☐ Elementos arquitectónicos |
| ☐ Pé direito | característicos – quais? |
| ☐ N° divisões | |
| ☐ Qualidade da Cozinha | ☐ Outros – quais? |
| ☐ Qualidade dos WC | |
| ☐ Orientação Solar | |

4. De preferência:

- ☐ Moradia
- ☐ Apartamento - ☐ T0 ☐ T1 ☐ T2 ☐ T3 ☐ T4 ☐ T5 +
- ☐ Loft

5. Para arrendar ou comprar? ☐ Arrendar ☐ Comprar

6. Quanto está disposto a pagar / paga por viver na baixa?

Arrendamento ☐ 0-150€ ☐ 150-250€ ☐ 250-350€ ☐ 350-500€ ☐ 500€ +

Compra

.edifício por reabilitar

- ☐ 0 - 25.000€
- ☐ 25.000 - 50.000€
- ☐ 50.000 - 75.000€
- ☐ 75.000 - 100.000€
- ☐ 100.000 - 200.000
- ☐ 200.000 - 300.000€
- ☐ 300.000 - 500.000€
- ☐ 500.000€ +

.edifício já reabilitado

- ☐ 0 - 50.000€
- ☐ 50.000 – 100.000€
- ☐ 100.000 – 150.000€
- ☐ 150.000 – 300.000€
- ☐ 300.000 – 450.000€
- ☐ 450.000 – 600.000€
- ☐ 600.000 – 750.000€
- ☐ 750.000€ +

7. Quantos lugares de estacionamento precisa?

8. Se vive já na Baixa do Porto, de que é que sente falta?

9. Se gostaria de viver mas não vive, o que o impede?

10. O que acha do que tem acontecido nos últimos anos na Baixa do Porto?

Objectivo – perceber que populações vivem na Baixa do Porto e gostariam de lá habitar, perceber as suas razões e as “imagens” que têm dessa zona, perceber que a baixa do Porto não é um todo e há preferência de zonas devido às várias particularidades, identificar qual o tipo de habitação pretendido e características e preferências em relação a tipologia e opções de comprar ou arrendamento e estado de conservação do imóvel, enumerar e concluir o que impede as pessoas de irem viver para a baixa e se já lá habitam o que falta, apreciação geral das opiniões e discurso usado quando se fala nas mudanças de hoje em dia nesta área. O cruzamento desta informação tornará possível captar algumas imagens das representações de uma amostra de 200 pessoas.

Dados pessoais

Não foi tida em consideração a distribuição equitativa de sexo e de idade

Pergunta 1: Por ordem de preferência refira as suas zonas preferidas para viver / onde já vive

Sabe-se que o centro do Porto, a Baixa tão vulgarmente chamada, tem características diferentes do resto da cidade, quer seja por políticas urbanas, parque edificado, história. Estas características diferenciam-na do resto da cidade mas não podemos deixar de reparar que mesmo dentro deste perímetro, desenhado com uma linha imaginária na cabeça das pessoas, há distinções e casos distintos. Não se pode generalizar ao fazer uma análise de procura e oferta. A Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, fala em 3 zonas diferentes: Zona Intervenção Prioritária (ZIP), Zona de Imóvel Interesse Público (zona histórica), Centro Histórico (património mundial). Neste estudo foram usados diferentes limites tendo em conta cotas, vivências, “estilo de vida” (que ainda não sei bem o que é), estilo de construção e de carácter de envolvente. Mesmo em cada uma destas zonas (6 no total) há diferenças mas a escolha da procura por grau de preferência permitiu um estudo mais aprofundado de

uma delas, de modo a ter um estudo mais exacto do confronto procura-oferta.

As zonas escolhidas são delimitadas por:

A – a Norte pela Rua da Boavista; a Este pela Rua da Boa Hora, Rua da Maternidade, Rua Adolfo Casais Monteiro, Rua D. Manuel II, Rua Alberto Aires de Gouveia; a Sul pela Rua da Restauração e lado Sul da Praça de Parada Leitão; e a Oeste pela Praça Carlos Alberto, Rua das Oliveiras, Rua Mártires da Pátria e lado Este da Praça da República. Elementos simbólicos: Quarteirão das Artes, Faculdade de Direito e Farmácia, Reitoria da Universidade do Porto, Hospital de Santo António, Piolho D'Ouro

B – a Norte pela Rua de João das Regras, Rua das Musas e Travessa da Fontinha; a Este pelos limites Oeste da zona A; a Sul pelo lado Sul da Praça da Cordoaria, Rua dos Clérigos; a Oeste pela Rua de Sá da Bandeira, parte Sul da Rua de Santa Catarina. Elementos simbólicos: Avenida dos Aliados, Câmara Municipal, Praça da Cordoaria, Igreja e Torre dos Clérigos, recente área de movida nocturna, Praça da República, Igreja da Trindade.

C – a Norte pela Rua da Firmeza; a Este pelos limites a Oeste da zona B; a Sul pela Rua 31 de Janeiro, Praça da Batalha, Rua de Alexandre Herculano e Praça da Alegria; a Oeste pela Rua Joaquim António de Aguiar, Rua de Ferreira Cardoso, Campo 24 de Agosto e parte Sul da Rua de Santos Pousada. Elementos simbólicos: Mercado do Bolhão, Rua de Santa Catarina, Campo 24 de Agosto, Praça dos Poveiros, Jardim de São Lázaro, Biblioteca Municipal, Faculdade de Belas Artes.

D – a Norte e Este pela Rua da Restauração; a Sul pelo Rio Douro; a Oeste pela Rua Francisco Rocha Soares, Rua Barbosa de Castro e limite Este da Praça da Cordoaria. Elementos simbólicos: Rua da Restauração, área de Miragaia, Edifício da Alfândega

E – a Norte pelo limite Sul da zona B; a Este pelo limite Oeste da zona D; a Sul pelo Rio Douro; a Oeste pela Rua Mouzinho da Silveira. Elementos simbólicos: Cadeia da Relação, Mosteiro e Igreja de São Bento da Vitória, Praça do Infante,

Mercado Ferreira Borges, Palácio da Bolsa, Rua das Flores,

F – a Norte pelo limite Sul da zona C; a Este pelo limite Oeste da zona E; a Sul pelo Rio Douro e a Oeste pela Avenida da Ponte. Elementos simbólicos: Sé do Porto, Praça da Ribeira, Estação de São Bento, Praça da Batalha, Ponto D. Luís, Bairro da Sé, Rua Mouzinho da Silveira.

As zonas foram delimitadas tendo em vista as suas vivências, cota, características funcionais, de lazer e históricas.

Pergunta 2: Porquê viver na Baixa do Porto?

Esta pergunta tinha por base perceber as razões de viver nesta área, o que motiva as pessoas a mudarem ou permanecerem.

Moda: importância que tem tido entre a comunicação social por ser “diferente”

Perto do trabalho: postos de trabalho, um elemento definidor da condição de centro

Economicamente viável: visto todo o cenário de crise

Noite/Lazer: sociedade de lazers, movida nocturna emergentes

Passado histórico: centro histórico, nostalgia do passado

Acessibilidades: outro elemento definidor da condição de centro

Carácter cultural: importância da indústria cultural

Charme: algo pouco definido que incluído no novo estilo de vida no centro

Comércio de proximidade: também outro elemento definidor da condição de centro

Outros, quais?: possibilidade de escolha de outros elementos não referidos anteriormente.

Pergunta 3: O que valoriza / idealiza numa casa na Baixa?

Esta questão tem como objectivo ver o que as pessoas procuram numa casa na Baixa do Porto, características desde pormenores a carácter de zona de implantação.

Pergunta 4 a 6

Preferência de tipologias de habitação, de modalidade de pagamento, de estado de conservação e preços que os inquiridos acham pertinentes para as suas escolhas.

Pergunta 7: Quantos lugares de estacionamento precisa?

Uma vez que esta área não possui imóveis com garagem própria ou muitos lugares de estacionamento nas ruas e hoje em dia as pessoas estão habituadas a andar e serem dependentes do carro, julgou-se necessário colocar esta questão

Pergunta 8 a 10

Considerou-se importante colocar um espaço onde os inquiridos pudessem expressar a sua opinião, não estando condicionados pelas respostas de várias escolhas. Com estas perguntas conseguimos perceber quem vive na Baixa ou não, o que lá falta e a opinião geral sobre as intervenções dos últimos anos.

Dados pessoais:

Tabela 27 - Sexo

	Frequência	Porcentagem
Feminino	94	47
Masculino	106	53
TOTAL	200	100

Tabela 28 - idade

	Frequência	Porcentagem
0 - 18	3	1
19 - 24	48	24
25 - 29	78	39
30 - 34	27	13
35 - 39	9	5
40 - 49	9	5
50 +	26	13
TOTAL	200	100

Tabela 29 – estado civil

	Frequência	Porcentagem
solteiro(a)	134	67
casado(a), vive junto	57	28
divorciado(a), separado(a)	8	4
viúvo(a)	1	1
TOTAL	200	100

Tabela 30 – salário mensal

	Frequência	Porcentagem
0 - 499€	65	32
500 - 999€	53	27
1000€ - 1499€	40	20
1500 - 1999€	16	8
2000€ +	26	13
TOTAL	200	100

Tabela 31 – agregado familiar

	Frequência	Percentagem
1	35	17
2	54	27
3	34	17
4	38	19
5	26	13
6 +	13	7
TOTAL	200	100

Quem vive ou não na Baixa?

Convém logo de início entender a percentagem e frequência de inquiridos que habitam na baixa e dos que gostariam de viver mas ainda não vivem visto que a observação deste factor irá ser conjugado com outros para maior validação e entendimento das várias opções escolhidas. É bastante relevante distinguir as respostas destes dois grupos pois quem ainda não vive nesta área tem muito mais expectativas e imagens, e quem já aí habita já desfez algumas ou superou outras.

Tabela 32 – Quem vive na Baixa do Porto

	Frequência	Percentagem
vive	37	18
não vive	134	67
N.R.	29	15
TOTAL	200	100

Por ordem de preferência refira as suas zonas preferidas para viver / onde já vive

Tabela 33 – Ordem de preferência das zonas

	1 ^a		2 ^a		3 ^a		4 ^a		5 ^a		6 ^a	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A	77	39	36	22	14	9	22	15	11	8	8	6
B	28	14	40	25	45	30	16	11	18	12	9	6
C	20	10	22	14	39	26	27	18	20	14	33	23
D	43	22	26	16	22	14	26	17	24	16	22	15
E	21	11	30	19	12	8	49	32	37	25	5	3
F	9	4	7	4	20	13	10	7	36	25	67	47
TOTAL	198	100	161	100	152	100	150	100	146	100	144	100

Nesta tabela estão expressos os graus de preferência na escolha das zonas. Conseguimos ver a grande superioridade de escolhas que tem a zona A em relação às outras, vê-se também que a segunda área preferida é a zona D com 22%. O centro histórico composto pela zona E e F obtém apenas 15% das escolhas e apenas um terço desta escolhas escolheu a zona F para viver. A escolha da zona A (39%) é ainda superior à combinação das zonas em contacto com o Rio Douro, zona D, E e F, que juntas perfazem um total de 37%.

A zona B foi escolhida, em maior número, pelos inquiridos, como segunda e terceira opções, como quarta opção é escolhida a zona E assim como quinta opção juntamente com a zona F que é a opção em sexto lugar das escolhas com quase metade das opiniões (47%).

Porquê viver na Baixa do Porto? Outros

Tabela 34 – Porquê viver na Baixa do Porto – outros

	Frequência	Percentagem
beleza	3	15
centralidade	1	5
repovoamento da baixa	1	5
oportunidade de compra	1	5
arquitectura	1	5
cresci aqui	3	15
sempre morei aqui	2	10
urbanidade	1	5
manter centros históricos vivos	1	5
tipologias únicas	2	10
mais vida	1	5
pode-se andar a pé para todo o lado	1	5
paixão pela cidade	2	10
TOTAL	20	100

Ao preferir outras razões para habitar nesta área da cidade os grandes motivos serão *beleza* com 15%, *cresci aqui* e *sempre morei aqui*, estes dois últimos perfazendo uma percentagem de 25% dentro dos 20% já assinalados na tabela anterior. Há que referir que não é clarificado o que cada um entende por cultura e, consequentemente, carácter cultural.

O que valoriza / idealiza numa casa na Baixa?

Tabela 35 – O que valoriza numa casa na Baixa – *elementos arquitectónicos característicos e outros*

	Frequência	Percentagem
luminosidade	3	7
janelas e portas / caixilhos	4	9
escadas	1	2
tecto / estuque	2	5
clarabóia	1	2
fachadas	5	12
varandas	3	7
azulejo	3	7
cantaria granito	1	2
materiais	2	5
acabamentos	2	5
arquitectura até início do séc. XX	2	5
divisões amplas	5	12
carisma	1	2
organização espacial	1	2
qualidade acústica	2	5
garagem	5	12
TOTAL	43	100

Os vários *elementos arquitectónicos característicos* referidos pelos inquiridos, assim como, os *outros* foram colocados na mesma tabela visto que, quer numa opção quer na outra, foram sempre apontados elementos de composição da casa de um mesmo carácter. Mais uma vez esta informação é apenas informativa das a partir dela conseguimos perceber que os elementos referidos como *clarabóia*, *azulejos*, *cantaria de granito*, *tecto/estuque* são elementos das casas portuenses típicas desde o séc. XVII a fim do séc. XIX, fazem parte do imaginário, da imagem do que significa viver na Baixa com preocupações de conforto dos padrões dos tempos de hoje como reparamos quando referem *garagem* e *qualidade acústica*.

Observamos também que, em relação à escolha de outros elementos que poderão valorizar uma idealização numa casa na baixa, vemos uma frequente referência aos

pormenores interiores, ao tamanho das divisões, qualidade de isolamento acústico e existência de garagem.

Preferências nas tipologias

Tabela 36 – Preferência tipologia de habitação e modalidade de pagamento

	arrendar		comprar		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
moradia	33	27	50	45	83	36
apartamento	56	46	38	34	94	40
loft	33	27	21	18	54	23
outros	0	0	2	2	2	1
TOTAL	122	100	111	100	233	100

Tabela 37 – Preferência tipologia de apartamento

	Frequência	Percentagem
T0	1	1
T1	10	14
T2	27	36
T3	29	39
T4	7	9
T5	1	1
TOTAL	75	100

Fomo-nos apercebendo ao longo do trabalho que o significado de loft é normalmente utilizado para referir espaços sem divisões como um T0, mais destinados a pessoas solteiras, *duplex* ou *simplex*, semelhante a um *estúdio*, e não com o seu significado inicial de unidade habitacional fruto de reforma de antigos armazéns ou fábricas.

Vemos que os números entre os diferentes tipos de habitação não são muito dispares e que quem prefere apartamento opta na maioria por arrendamento e quem prefere moradia opta por comprar. Quanto à tipologia de apartamento as mais escolhidos são as tipologias T2 e T3 mas considerando que loft é equivalente a um T0, então, a maioria das escolhas recaem sobre

Se gostaria de viver mas não vive, o que o impede?

Tabela 38 – O que impede de viver na Baixa do Porto

	Frequência	Percentagem
desemprego	9	7
estacionamento	7	5
falta dinheiro	41	32
falta de oferta	10	8
oportunidade	5	4
relação qualidade / preço	15	12
muita agitação	1	1
acessibilidades	9	7
apatia	2	2
estado de degradação das casas	8	6
família	1	1
mercado arrendamento	5	4
segurança	4	3
falta de escolas	1	1
desertificação	1	1
inexistência pequeno comércio	1	1
já tenho casa noutra zona	7	5
falta de condições de vida	2	2
TOTAL	129	100

Com esta tabela vemos o porquê de quem gostaria de viver na Baixa não ter ainda dado o passo. Como esperado, o grande motivo são os motivos económicos visto que nos encontramos numa altura de crise económica, onde arriscar, é realmente um grande passo. Realça-se também o fundamento da relação qualidade preço existente não ser apelativa, muitos afirmavam o facto de os preços das casas ter inflacionado bastante assim o preço dos imóveis já reabilitados.

Se vive já na Baixa do Porto, de que é que sente falta?

Tabela 39 - O que sente falta ao viver na Baixa do Porto

	Frequência	Percentagem
comércio e serviços ao fim d semana	2	4
transportes	7	15
mar	2	4
mais reabilitação	1	2
tranquilidade	4	8
escolas	2	4
equipamentos culturais e sociais	3	6
qualidade acústica edifícios	1	2
limpeza	1	2
eventos	5	11
espaços verdes	4	8
estacionamento	6	13
rendas mais baixas	1	2
segurança	2	4
nada	7	15
TOTAL	48	100

Esta tabela revela-nos que, mais uma vez, não há consenso em relação ao que falta na baixa do Porto, os elementos mais vezes referidos são os transportes, o problema do estacionamento visto não haver espaço para parar os automóveis, nem muitas habitações com garagem própria. 15% de quem habita nesta zona afirma que não sente falta de nada. Embora os resultados não apresentem muita disparidade de frequência, terá interesse observar todas as opiniões visto que foram sugeridas pelos inquiridos, nestas duas últimas perguntas não havia hipóteses, mas eram de resposta aberta.

Poderá ser interessante ver os resultados da pergunta “Quantos lugares de estacionamento precisa?”, uma vez que o assunto do estacionamento foi abordado.

Tabela 40 – Lugares de estacionamento

	Frequência	Percentagem
0	42	22
1	74	38
2	73	37
3	4	2
4	2	1
5	0	0
TOTAL	195	100

revitalização . falsa oferta . desertificação . desertificação . invasão . desaparecimento . elitismo . a melhorar . piorou . superficial . gentrificação . perder a baixa antiga . falta muito . oferta reduzida . animação . revolução . deterioração . deserta . gentrificação . desertificação . renascido . revitalização . interessante . repovoamento . abandono . especulação . pólo cosmopolita . reabilitação . dinamização . processo lento . reanimação . massificado . revitalização . valorização de singularidades . muitos obstáculos . explosão . alteração interessante . abandono . desperdício . urgente . importante . gosto . revitalização bem sucedida . perda de encanto . centro de bares e turismo . melhorado . ainda não é atractivo . evolução . mais . revitalização . dinamização . reabilitação . desertificação . esquecimento . melhoria . grande alteração . atractividade . agrada-me . exageros . falta de civismo . crescimento . vida . envelhecimento . destruição . melhoria . despovoamento . óptima regeneração urbana . tentativa . aliciante . divertimento . mais cuidado . vida . falta de ocupação satisfatória . melhoria . anos de abandono . moda . degradação . está a mudar . valorização . fantástica . revolução cultural . vida . qualidade de vida . movimento . fartos de cimento . descaracterização . para pior . transformação não real . pouca acção . aumento oferta cultural . boom . bem vindo . tardio . lento . entregue aos bichos . a investir-se muito . tentativas . ruas desertas isoladas . mais segurança . desertificação . ausência de reabilitação . degradação . lixo . inovarem sem destruir . faltam os edifícios . muita recauchutagem . evolução . muita parra, pouca uva . dinamização . melhoria . recuperação normal . mais dinamismo . renascer . crescimento gigante . reabilitação . melhoria qualidade de vida . cidade desértica . redescoberta do centro . faltam apoios . degradação . abandono . criação de condições . jovens . adoptar zona histórica . abandono . transformação moradia em apartamento . ganhou vida . activa . renovada . maior oferta cultural . dinamização nocturna . pegou moda . animação nocturna . preservação . reabilitação . dinamização vida nocturna . decadência do mercado . crescer . revitalização renascer . alegria . muito para fazer . desertificação . desertificação diurna . caos no comércio . fenómeno natural . já vem com atraso . edifícios pouco acessíveis . reconstrução lenta . excesso espaços nocturnos . prédios degradados . melhorou . fantástico . bom para a projecção da cidade . evolução positiva . dinamização . rejuvenescimento . vida nocturna intensa . desertificação habitacional . preços proibitivos . desertificação . óptimo . revitalizado . muito trabalho a fazer . poucas oportunidades para jovens . positivo . pouco seguro . maior dinamismo . baixa viva e dinâmica . incrível . degradação do edificado . estacionamento abusivo . lixo . deterioramento . rendas baixas . desinteresse proprietários . despovoamento . gentrificação . boa iniciativa . repovoamento . descontrolada . apressada . muito positivo . está a morrer . continua inabitável . tornou-se moda . vida à baixa . um luxo . demasiado caro . renascimento . exclusivo de animação nocturna . triste . edifícios devolutos . muito positivo . edifícios devolutos . evolução . mais luz . mais limpo . mais organizada . precisa de vida . algumas melhorias . oferta nocturna . zona apetecível . muito bom . insuficiente . movida cultural enorme . degradação . melhorias significativas . reavivar vida urbana . investimento . é pena . rejuvenescimento . presença de jovens . desertificação . vida

O que acha do que tem acontecido nos últimos anos na Baixa do Porto?

Tabela 41 – opiniões (positivo/negativo)

	Frequência	Percentagem
só positiva	64	48
só negativa	39	29
positiva e negativa	30	23
TOTAL	133	100

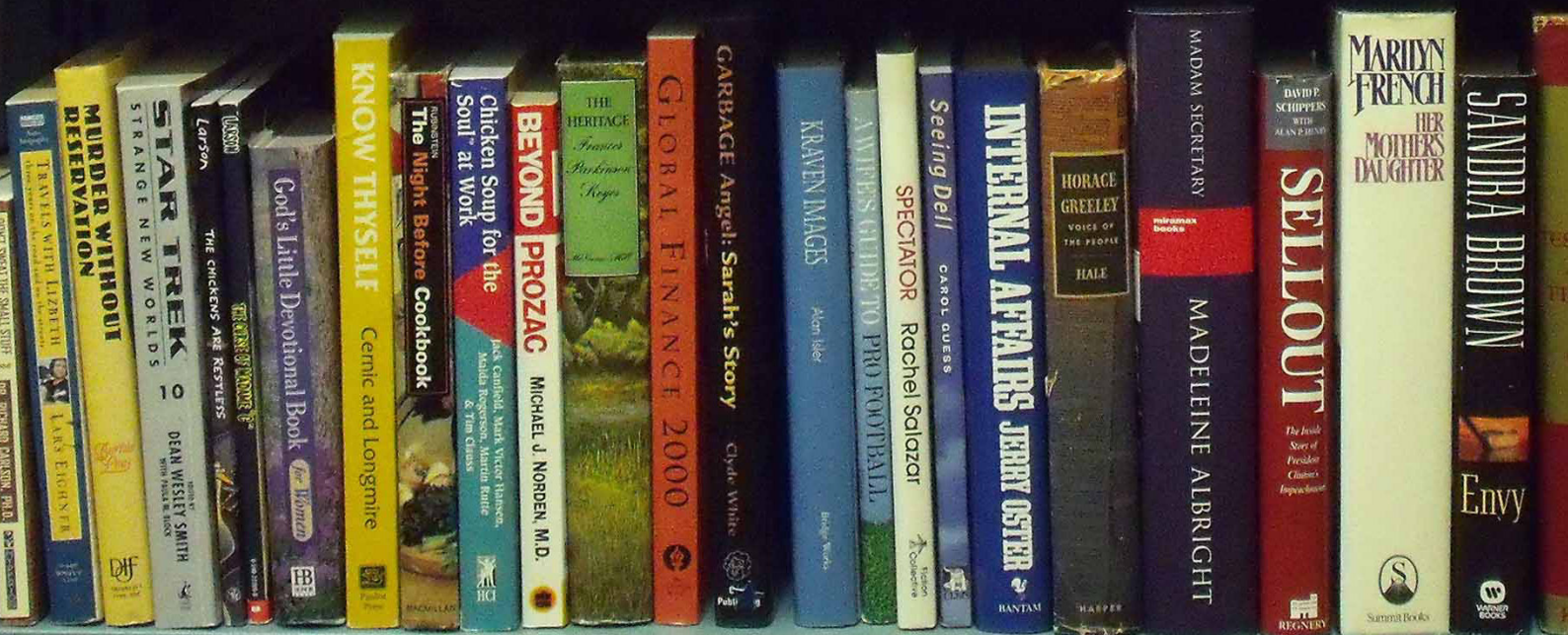
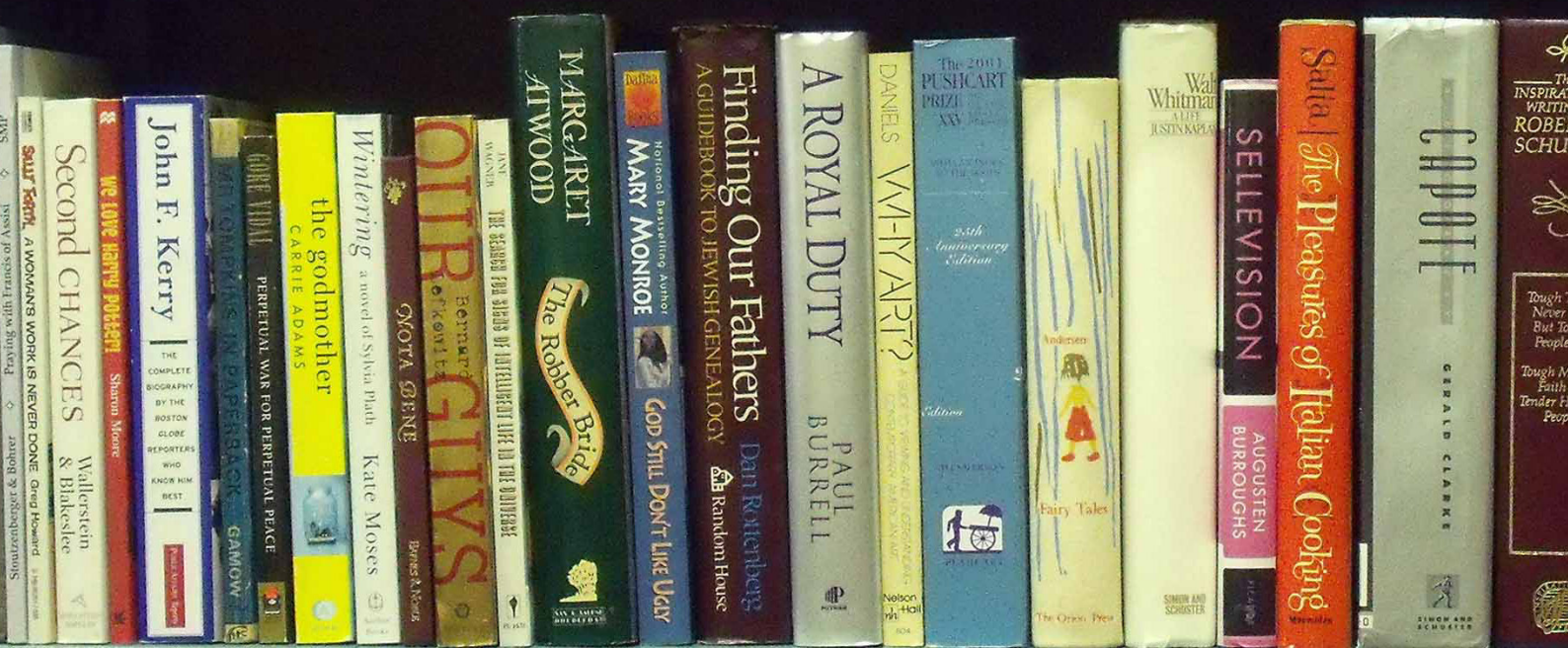
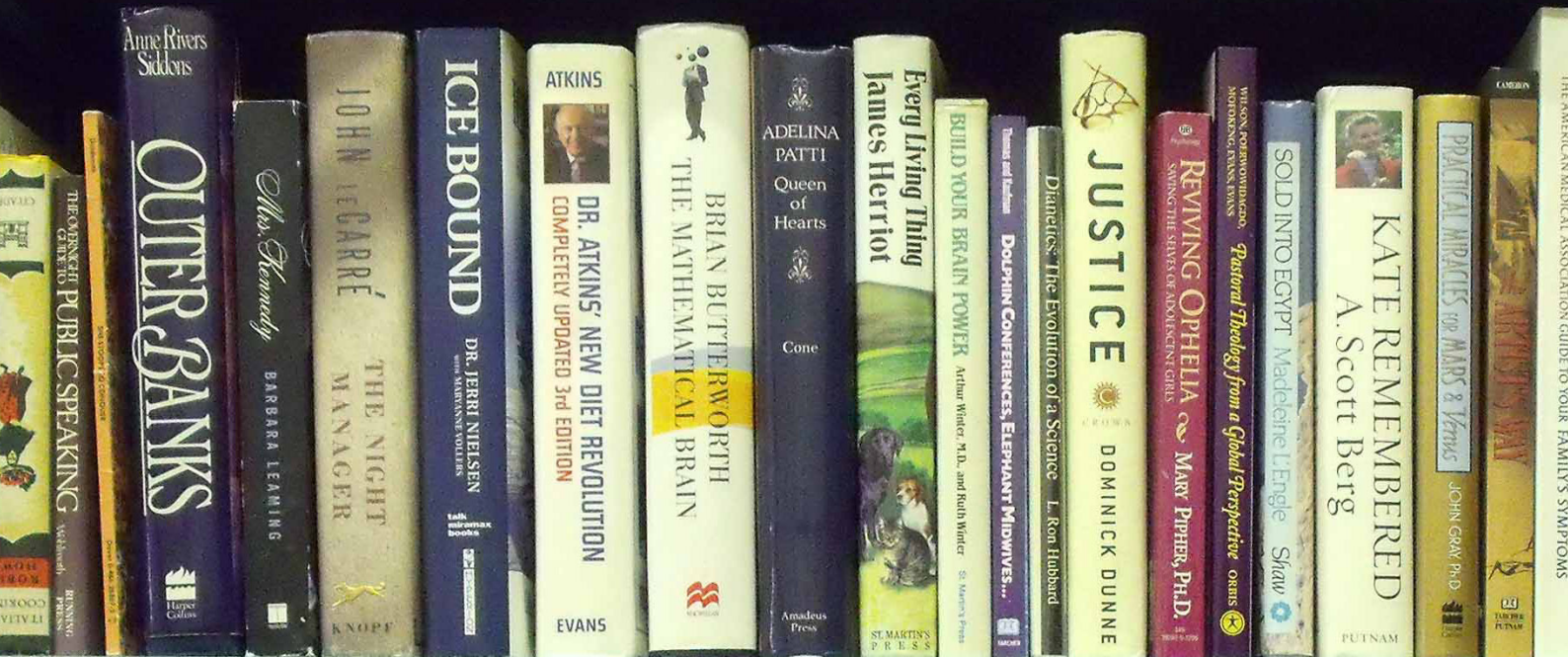
Podemos ver aqui a recolha de opiniões e a sua distribuição pelos inquiridos. Pode-se apontar que, numa análise global, a apreciação dos inquiridos tem sido maioritariamente positiva.

Tabela 42 – separação de opiniões em função de tema e classificação anterior

	positivo		negativo		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
noite	14	13	3	4	17	9
cultura	10	9	0	0	10	5
comércio e restauração	4	4	5	6	9	5
habitação	5	5	13	16	18	10
estratégia reabilitação	22	21	22	28	44	23
segurança	2	2	5	6	7	4
limpeza	0	0	5	6	5	3
fluxo populacional	10	9	14	18	24	13
apreciação geral	39	37	13	16	52	28
TOTAL	106	100	80	100	186	100

Depois de agrupadas em pequenos grupos de temas, vemos que a opinião geral é que o factor “noite” com a abertura de vários estabelecimentos nocturnos, bares, discotecas, foi um factor positivo de revitalização da Baixa nos últimos anos, deste factor advém o problema e apreciação negativa de falta de limpeza da área. A revitalização cultural foi considerada apenas positivamente pelo seu grande impulso como na Rua Miguel Bombarda, Rua Adolfo Casais Monteiro.

Embora as opiniões estejam equilibradas, há um maior positivismo em relação às intervenções em curso.



Bibliografia

ALMEIDA, C. A. Ferreira de: “Património - Riegl e Hoje” in *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, Volume X, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993

ALMEIDA, Gil Soares: *Vende-se... arquitectura como marketing de cidade*, Prova Final, FAUP, 2006

ASCHER, François: *Metapolis: Acera do futuro das cidades*, Celta Editora, 1998

BALSAS, Carlos José Lopes: *Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades*, GEPE, Lisboa, 1999

BAUDRILLARD, Jean: *A Sociedade de Consumo*, edições 70, Lisboa, 2010

BUSQUETS, Joan: *Cities : 10 lines, a new lens for the urbanistic project=ciudades : 10 formas, una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico*, Harvard University, 2007

CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e: *Reabitar no Porto*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, docente acompanhante: Nuno Valentim, FAUP, 2008

CET-ISCTE / IRIC-UPORTO/A. Mateus Associados: *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação – Diagnóstico e Proposta para uma Estratégia de Habitação 2008-2013*, Abril 2008

CHOAY, Françoise: *Alegoria do Património*, edições 70, 2010

CUNHA, Alexandra Manuel Marques de Sá: *Antigo Edifício da Cadeia e Tribunal da Relação do Porto, a sua Transformação no Tempo*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, docente acompanhante: António Madureira, FAUP, 2005

DOMINGUES, Álvaro: “O centro e a sua representação simbólica” in *Arquitectura e Vida*, Nº 78, Janeiro, 2007

FERNANDES, José Miguel Coelho: *Reabilitação Urbana, Reabilitação do Edificado no Centro do Porto e a sua Viabilidade*, Prova Final, FAUP, 2009

FISHER, Ernest M.: *Urban Real Estate Markets: Characteristics and Financing*, Columbia University, 1951

JACOBS, Jane: *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo, 2000

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean: *A cultura-mundo – resposta a uma sociedade desorientada*, edições 70, Coimbra, 2010

LOPES, Nuno Antunes, *Novos Processos de Polarização em Contexto Metropolitano – O caso da Maia*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, docente acompanhante Prof. Álvaro Domingues, FAUP, 2005

LYNCH, Kevin: *A Imagem da Cidade*, edições 70, Lisboa, 2009

LYNCH, Kevin: *A Boa Forma da Cidade*, edições 70, Lisboa, 2010

MARTINS, Joana Maria Nunes: *a Condição de Centro na Cidade Contemporânea, abordagem temática, visão territorial*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, docente acompanhante: Manuel Fernandes de Sá, FAUP, 2007

MENEZES, Marluci: “O “re” em questão: as “con”tradições socioculturais da reabilitação urbana”, Núcleo de Ecologia Social (NESO) / Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2003

MÉO, Guy Di: “Processus de patrimonialisation et construction des territoires” in Colóquio *Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser*, Poitiers-Châtelleraut, França, 2007

PEIXOTO, Paulo: “Os meios rurais e a *descoberta* do património” – comunicação apresentada na actividade “Conversas à volta das estrelas”, Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998

PORTAS, Nuno: *A cidade como arquitectura*, 3ª edição, Livros Horizontes, 2007

PORTAS, Nuno: *Os tempos das formas, vol.I: A Cidade Feita e Refeita*, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João: *Políticas Urbanas – tendências, estratégias e oportunidades*, CEFA/FCG, 2007, 3ª edição

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João: *Políticas Urbanas II – transformações, regulações e projectos*, FCG

Porto 2001: regresso à Baixa, Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense, coord. Manuel Mendes, FAUP Publicações, Porto, 2000

PORTO VIVO: *Plano de Gestão, Centro Histórico do Porto Património Mundial*, Edição CMP e Porto Vivo, SRU, Porto, 2010

RAMOS, Luís A. de Oliveira (coord.): *História do Porto*, Porto Editora, 2000

REMY, Jean, VOYÉ, Liliane: *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, Porto, 1994

REMY, Jean: *La Ville, phénomène économique*, 2ª edição, Paris, 2000

RODRIGUES, Ana Luísa Jardim Martins: *A habitabilidade do espaço doméstico: o cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*, Dissertação, Universidade do Minho, 2008

ROSSI, Aldo: *La arquitectura de la ciudad*, GG, Barcelona, 1982

RUSKIN, John: “La Lampara de Arquitectura” in *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*, Editorial Alta Fulla, Barcelona, 1987

RODRIGUES, Walter: “*Gentrification* e Emergência de Novos Estilos de Vida na Cidade” in *Colóquio Viver (n)a Cidade*, Lisboa, 1990

SALGUEIRO, Teresa Barata: *A cidade em Portugal, uma geografia urbana*, Edições Afrontamento, Porto, 1992

SILVA, Augusto Santos: *Dinâmicas Sociais do nosso Tempo – uma perspectiva sociológica para estudantes de gestão*, Universidade do Porto, 2002

WILLIAMS, Allan: “Conservation Planning in Oporto, an integrated approach in

the Ribeira-Barredo” in *Town Planning Review*, vol.51, nº 2, Abril 1980

Documentos consultados:

Carta de Atenas 1931, para o restauro de monumentos históricos em <http://idarqfactor.org/Carta%20de%20Atenas.pdf>

Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do Património construído em <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Carta de Veneza 1964, Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, em <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/ppereira/CartaVeneza.pdf>

Documento Estratégico para a Unidade de Intervenção da Bainharia, Porto Vivo, SRU, em www.portovivosru.pt

Endereços online consultados em 25.10.2010:

<http://www.urbe-nupi.pt/revista/index.php?r=44&art=60>

http://www.apcmc.pt/newsletter/newsletter_n216/imagens/Estudo_AECOPS.pdf

http://economico.sapo.pt/noticias/saiba-porque-2010-pode-ser-o-ano-da-reabilitacao-urbana_76578.html

<http://www.oje.pt/suplementos/espacos-de-negocios/opiniaio/mercado-de-reabilitacao-urbana>

<http://economico.sapo.pt/noticias/a-reabilitacao-urbana-e-o-mercado-com-mais->

capacidade-para-atrair-investimento-privado_65456.html

<http://www.portovivosru.pt/>

<http://blog.imobiliario.com.pt>

Endereços online consultados em 08.11.2010:

<http://mestrado-reabilitacao.f.a.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarreabilitacaoemnumeros2.pdf>

http://economico.sapo.pt/noticias/arrendamento-aquem-das-expectativas_103723.html

Endereços online consultados em 14.11.2010

<http://jn.sapo.pt>

Endereços online consultados em 23.11.2010:

<http://jpn.icicom.up.pt>

http://www.portovivosru.pt/sub_menu_5_2_3_9.php

http://portoxxi.com/jornal/ver_artigo.php?id=2523

<http://www.cm-porto.pt/>

<http://www.imobiliaria.novopca.pt/>

Endereços online consultados em 24.11.2010:

<http://www.confidencialimobiliario.com/>

http://www.portovivosru.pt/backoffice/modulos/clipping/ficheiros/fx_311.pdf

Endereços online consultados em 10.02.2011:

<http://era.pt>

<http://www.remax.pt/>

www.stcp.pt

Endereços online consultados em 18.02.2011:

<http://www.apemip.pt>

<http://www.casayes.pt/>

Endereços online consultados em 30.03.2011:

<http://www.porto.taf.net/dp/>

www.monumentos.pt

<http://lowcsthouses.wordpress.com>

Índice de imagens e tabelas

Imagens

01. Indicações centro [Rita V. Araújo]
02. Skyline NY
03. Fotografia aérea Matosinhos Sul [<http://loveporto.com/urbanizacoes/matosinhossul.JPG>]
04. Cartaz publicitário Rua Miguel Bombarda [<http://longedamultidaofrenetica.blogspot.com/2009/11/rua-miguel-bombarda.html>]
05. Rua comercial no Porto, Rua Sta. Catarina [<http://adevidacomedia.wordpress.com/2010/04/08/a-rua/>]
06. Muro da fonte, R. Mouzinho da Silveira [Rita V. Araújo]
07. Notre-Dame de Paris [http://architecture.relig.free.fr/images/denis/gravure_projet_violet.jpg]
08. Plano Voisin, Le Corbusier [<http://lebbeuswoods.files.wordpress.com/2008/12/voisin11.jpg>]
09. Fotografia maquete centro histórico [Álvaro Domingues]
10. Planta Sé do Porto [www.monumentos.pt]
11. Vista geral [<http://conhecerportugal.com/rotas/rota-catedrais-norte>]
12. Claustro [http://br.olhares.com/claustro_da_secatedral___porto_foto862970.html]
13. zona Ribeira/Barredo na Planta do Porto de 1892 de Augusto Geraldês Telles Ferreira [<http://foiassimk.blogspot.com/2010/06/zona-da-ribeira-barredo-na-planta-do.html>]
14. Praça da Ribeira antes e depois da intervenção do CRUARB [<http://foiassimk.blogspot.com/2010/05/praca-da-ribeira-antes-1976-e-depois.html>]
15. Casas Ribeira/Barredo [http://www.iscap.ipp.pt/gri/imagens/portugal/porto/casas_ribeira_800x600.jpg]
16. Planta Cadeia da Relação [<http://arkitectos.blogspot.com/2009/01/blog-post.html>]
17. Fotografia Cadeia da Relação [http://sonhocomandavida.blogspot.com/2010_10_01_archive.html]
18. Centro Português de Fotografia [http://2.bp.blogspot.com/_ZRMrNHZFJQI/Rj9GS5TJQ1I/AAAAAAAAAfs/fHWx8G6iCVE/s400/CPFPauloPimenta.jpg]
19. Interior [CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e: Reabitar no Porto, Prova Final]

- de Licenciatura em Arquitectura, docente acompanhante: Nuno Valentim, FAUP, 2008]
20. Jardim logradouro [CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e: ob. Cit.]
21. Fachada tardoz [CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e: ob. Cit.]
22. Pormenor de uma porta [<http://batente.blogspot.com/>]
- 23 e 24. simulações de emparcelamento no Quarteirão da Bainharia [www.portovivosru.pt]
25. Planta cobertura de Residência de Estudantes [Arquitecto Pedro Guimarães]
26. Elementos característicos arquitectónicos [Documento Estratégico do Quarteirão da Bainharia]
27. Planta com zonas de intervenção [www.portovivosru.pt]
28. Corte pelo edifício [Arquitecto Pedro Guimarães]
29. Corte pelo edifício [Arquitecto Pedro Guimarães]
30. Fachada da rua [<http://www.anc-arquitectos.com>]
31. Três etapas de intervenção (1900 (?), 1925, 2005) - alçado da rua [<http://www.anc-arquitectos.com>]
32. Três etapas de intervenção (1900 (?), 1925, 2005) alçado tardoz [<http://www.anc-arquitectos.com>]
33. Plantas da Casa na Cidade 3 [CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e: ob. Cit.]
34. Uma janela no centro do Porto [Rita V. Araújo]
35. Informações [<http://www.mittelbiberach.de/gemeinde1u.php?text=1639>]
36. Livros [<http://www.harvestbooks.com/pages/decorator.aspx>]

Tabelas

Tabela 1 – Porquê viver na Baixa do Porto

Tabela 2 – O que valoriza numa casa na Baixa

Tabela 3 - modalidades de compra de habitação

Tabela 4 - zona preferida de quem escolhe passado histórico

Tabela 5 - razões de viver na Baixa de quem escolhe passado histórico

Tabela 6 - outras razões de viver na Baixa de quem escolhe passado histórico

Tabela 7 - combinações entre passado histórico, carácter cultural e charme

Tabela 8 - o que valoriza numa casa, quem escolhe passado histórico

Tabela 9 - elementos arquitectónicos característicos que valoriza numa casa, quem escolhe passado histórico

Tabela 10 - razões de viver na Baixa de quem escolhe carácter cultural

Tabela 11 - combinação de escolhas quem escolhe carácter cultural

Tabela 12- zona preferida de quem escolhe charme

Tabela 13 - razões de viver na Baixa de quem escolhe charme

Tabela 14 - combinações entre passado histórico, carácter cultural e charme

Tabela 15 - o que valoriza numa casa, quem escolhe charme

Tabela 16 - razões de viver na Baixa de quem escolhe carácter da rua

Tabela 17 - combinações de quem escolhe carácter da rua

Tabela 18 - razões de viver na baixa de quem optou por 0 escolhas nenhuma opção na tabela anterior

Tabela 19 - o que valoriza numa casa, quem escolhe carácter da rua

Tabela 20 - combinação de escolhas – condição de centro

Tabela 21 - razões de viver na baixa de quem optou por 0 escolhas nenhuma opção na tabela anterior

Tabela 22 – o que valoriza numa casa quem escolhe apartamento

Tabela 23 – o que valoriza numa casa quem escolhe moradia

Tabela 24 – o que valoriza numa casa ao escolher por reabilitar e já reabilitado

Tabela 25 – escolhas de quem vive ou não na Baixa do Porto

Tabela 26 – Pragmatismo vs. idealização

Tabela 27 - Sexo

Tabela 28 - idade

Tabela 29 – estado civil

Tabela 30 – salário mensal

Tabela 31 – agregado familiar

Tabela 32 – Quem vive na Baixa do Porto

Tabela 33 – Ordem de preferência das zonas

Tabela 34 – Porquê viver na Baixa do Porto – outros

Tabela 35 – O que valoriza numa casa na Baixa – elementos arquitectónicos característicos e outros

Tabela 36 – Preferência tipologia de habitação e modalidade de pagamento

Tabela 37 – Preferência tipologia de apartamento

Tabela 38 – O que impede de viver na Baixa do Porto

Tabela 39 - O que sente falta ao viver na Baixa do Porto

Tabela 40 – Lugares de estacionamento

Tabela 41 – opiniões (positivo/negativo)

Tabela 42 – separação de opiniões em função de tema e classificação anterior